



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

FLÁVIA COSTA CAVALCANTE

METROPOLIZAÇÃO E DISPERSÃO URBANA NA AMAZÔNIA:

A dinâmica socioespacial do município de Santa Izabel do Pará no contexto da
urbanização belenense

BELÉM
2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

FLÁVIA COSTA CAVALCANTE

METROPOLIZAÇÃO E DISPERSÃO URBANA NA AMAZÔNIA:

A dinâmica socioespacial do município de Santa Izabel do Pará no contexto da urbanização belenense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Gestão do Território

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr.

**BELÉM
2011**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do CFCH/UFPA, Belém-PA)

Cavalcante, Flávia Costa

Metropolização e dispersão urbana na Amazônia: a dinâmica socioespacial do município de Santa Izabel do Pará no contexto da urbanização belenense / Flávia Costa Cavalcante; orientador, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr. - 2011

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2011.

1. Mobilidade residencial - Santa Izabel do Pará (PA). 2. Crescimento urbano - Santa Izabel do Pará (PA). 3. Urbanização. 4. Política urbana. 5. Belém, Região Metropolitana de (PA). 6. Santa Izabel do Pará (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 307.2098115

NOME: FLÁVIA COSTA CAVALCANTE

TÍTULO: METROPOLIZAÇÃO E DISPERSÃO URBANA NA AMAZÔNIA: a dinâmica socioespacial do município de Santa Izabel do Pará no contexto da urbanização belenense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (Orientador - PPGeo/UFPa)

Assinatura: _____

Prof.^a Dra. Sandra Lencioni (Examinadora Externa – Departamento de Geografia USP)

Assinatura: _____

Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima (Examinador Interno PPGeo/UFPa)

Assinatura: _____

Dedico este trabalho à minha querida família que comigo esteve durante toda a vida acadêmica, confortando-me no cansaço e me levantando das quedas, sempre me mostrando de onde eu vim e até onde posso chegar. Obrigada. Eu amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Não há como deixar de agradecer a todos os que estiveram comigo nesta pequena longa caminhada, pois nunca andamos sozinhos e muito menos somos autos-suficientes para nos bastarmos.

Deus, a ti agradeço por ter-me dado a vida e por ter-me permitido alcançar esta vitória. Agradeço a ti por não ter deixado nada me faltar, mesmo quando o cansaço e a falta de esperança me abateram. Agradeço a ti por tudo que tens feito em minha vida e por teres me acompanhado em mais essa jornada.

Queridos pais, amores da minha vida, vocês são a força que me trouxe até aqui. Sem vocês nada disso poderia estar acontecendo. Obrigada pelo amor, pela paciência, pelo colo e pelos sacrifícios que tiveram que fazer em nome da minha formação profissional e, principalmente, como ser humano. Dedico a vocês todas as vitórias conquistadas em minha vida. Hoje e sempre, vocês serão meus exemplos maiores de amigos, pais e, principalmente, de família. Obrigada. Eu amo vocês.

Querida irmã-amiga, companheira de todas as horas. Mesmo distante, às vezes, sei que sempre posso contar com seu apoio e carinho. Obrigada por esses anos em que juntas estivemos, enfrentando tantas dificuldades ao lado de nossa família e juntas vencemos a todas elas. Você se lembra daqueles momentos em que éramos só eu e você? Pois é, conseguimos. Só nós duas sabemos o quanto foi difícil, o importante é que chegamos lá. Você é um exemplo pra mim e sempre vai ser minha grande amiga e a minha irmãzinha.

A todos os meus familiares que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho meu muito obrigada pela força, pela admiração e por acreditarem na educação como único meio de transformação de uma sociedade.

A você Thiago, amor querido, meu “companheirão” de todas as horas meu muito obrigada. Essa jornada se iniciou junto com nós dois, por isso você é tão parte dela quanto eu. Obrigada, amor pela compreensão, por entender os momentos de ausência e por estar à minha espera quando voltava. Sei que estava tão ansioso quanto eu por esse momento, pois ao término desse ciclo, um novo vai começar. Finalmente, poderemos pensar em nossa vida a dois. Obrigada. Eu te Amo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), meu agradecimento pela bolsa de dois anos. Sem ela, não teria sido possível abdicar de tantas outras coisas importantes para me dedicar ao mestrado. Agradeço a confiança

em mim depositada e espero hoje apresentar os resultados satisfatórios que irão se refletir na vida acadêmica de outros tantos pesquisadores.

Ao meu orientador, Prof. Saint-Clair, por quem tenho uma grande admiração e respeito, pois em toda a minha vida acadêmica poucos foram os professores que demonstraram tanto respeito e dedicação ao trabalho de um aluno, obrigada por ter transformado um projeto pobre e sem vida neste grande trabalho. Com você aprendi, de fato, o que é fazer pesquisa e isso não começou agora, mas sim lá na graduação com a disciplina “Iniciação à Pesquisa”. Aprendi também que a disciplina de um aluno é fundamental para o sucesso de uma pesquisa. Todo mérito que este trabalho receberá dividido com você. Obrigada.

À minha querida turma de 2009. Não poderia jamais esquecer de vocês. Albenize, Regina, Wallace, Walber, Emerson, Luciano e Mauro, obrigada pela companhia, pelos momentos frutíferos que tivemos durante nossas aulas e também pelos momentos extraclasse. Parabéns a todos vocês que demonstraram tanta capacidade e força de vontade. Essa vitória é nossa. Obrigada ao Tiago Veloso, que sempre esteve disposto a me ajudar nas horas de dúvida. Obrigada à Marlene, secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. Muitas coisas não teriam sido viáveis sem sua ajuda e competência.

Agradeço à banca de qualificação, responsável direta pelo crescimento e amadurecimento do trabalho que hoje defendo.

Um agradecimento muito especial à Prof^a. Dr^a. Sílvia dos Santos de Almeida, do Instituto de Ciências Exatas e Naturais, coordenadora do Laboratório de Sistema de Informação e Georreferenciamento da Universidade Federal do Pará e também ao bolsista Wagner Rogério Ferreira Pinheiro. Ambos foram de fundamental importância para a lapidação e a organização dos dados estatísticos apresentados nesta dissertação.

Meu muitíssimo obrigado ao casal de amigos Cyntia e Leonardo, principalmente a você, Leo, que tão pacientemente construiu meus mapas não tão fáceis de construir. Obrigada pela disponibilidade e, principalmente, pela amizade. Deus abençoe vocês.

Meu muito obrigada a todos vocês que contribuíram com este trabalho direta ou indiretamente. Compartilho com cada um os méritos a mim conferidos.

O processo de metropolização do espaço, com seu avassalador ímpeto de assemelhar os lugares, dilui ou dá opacidade aos diversos tempos presentes nos lugares.

Sandra Lencioni

RESUMO

CAVALCANTE, F. C. **METROPOLIZAÇÃO E DISPERSÃO URBANA NA AMAZÔNIA:** a dinâmica socioespacial do Município de Santa Izabel do Pará no contexto da urbanização belenense. 2011. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

Desde a década de 1980, observa-se uma tendência ao crescimento dos municípios periféricos das regiões metropolitanas brasileiras, evidenciando, em muitos casos, a configuração de uma forma metropolitana que não necessariamente é marcada pela conurbação e pela contiguidade/continuidade do tecido urbano. Tal processo pressupõe a existência de uma população metropolitana que se desloca diariamente em direção ao local de trabalho e aos espaços de consumo de bens e serviços diversos. Nesse sentido, há uma mobilidade quase que diária da população entre os municípios metropolitanos, mas principalmente entre a periferia e a área central da metrópole, decorrente da expansão urbana que configura, cada vez mais, novos e precários espaços de assentamentos na periferia distante. Essa questão é tomada como central no presente trabalho, que tem como objetivo analisar o papel desempenhado pelo Município de Santa Izabel do Pará no âmbito do processo de metropolização belenense. Discute-se a relação entre os espaços de assentamento desse município e o processo de dispersão urbana verificada no âmbito metropolitano, a ponto de incluí-lo, recentemente, como uma nova unidade municipal integrante da Região Metropolitana de Belém. Buscam-se, a partir disso e tomando como referência empírica, novos espaços de assentamentos de baixa renda existentes em Santa Izabel, a identificação das dinâmicas e demandas relacionadas ao crescimento populacional e urbano, bem como a necessidade de definir uma política de serviços metropolitanos comuns. Para a efetivação da análise, foram utilizados procedimentos metodológicos de natureza quantitativa - como a análise de dados de órgãos oficiais, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e levantamentos de campo realizados por meio de aplicação de formulários com a população local - e qualitativa – pautados na análise de entrevistas realizadas com representantes políticos e com lideranças e moradores dos espaços de assentamentos visitados por ocasião do trabalho de campo. A partir dos dados levantados e analisados, constata-se que, de fato, o município de Santa Izabel está cada vez mais inserido na dinâmica metropolitana de Belém, ratificando a natureza dispersa de sua forma urbana, bem como contribuindo para a difusão do processo de urbanização precária no contexto metropolitano, que, não obstante a unidade geográfica configurada, carece de políticas metropolitanas pautadas em serviços e demandas comuns com os demais municípios incluídos, oficialmente ou não, na estrutura metropolitana de Belém.

Palavras-Chave: Metrópole. Metropolização. Dispersão Urbana. Região Metropolitana de Belém. Santa Izabel do Pará.

ABSTRACT

CAVALCANTE, F. C. **METROPOLIZATION AND URBAN SPRAWL IN THE AMAZON:** the socio-spatial dynamics of the City of Santa Izabel do Pará within the context of the urbanization of Belém. 2011. 185 f. Dissertation (Master's Degree) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

Since the 1980s, the peripheral cities of Brazilian metropolitan regions have shown a tendency to move outwards and grow. In many cases, such growth has generated a metropolitan form that is characterized by the contiguity/continuity of the urban fabric, rather than conurbation. This process presupposes the journey of a metropolitan population from home to workplace and to centers that provide goods and services. Therefore, there is an almost daily mobility of this population between the metropolitan cities, but particularly from the peripheral areas to the center of the metropolis, as a consequence of urban expansion, which is contributing to the development of new and precarious areas of low-income settlements in the distant peripheral areas. This is a central issue in the present study, which is aimed to analyze the role of the City of Santa Izabel do Pará in the process of metropolization of Belém. The relationship between these settlements in the referred city and the process of urban sprawl in the metropolitan area is discussed. These settlements have become so much part of the urban growth dynamics that have been included as a new unit of the Metropolitan Region of Belém. Based on the aforementioned data, and with the new low-income settlements of Santa Izabel providing an empirical reference point, the present study seeks to identify the dynamics and demands related to urban and population growth, as well as the need to define a policy on metropolitan common services. Quantitative methodological procedures were used in the analysis, such as the analysis of data provided by official agencies, e.g. the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, and field surveys that involved the application of forms to be filled by the local population. Also, qualitative procedures were used, based on interviews with local political representatives and leaders and residents of the settlements visited during field work. Based on the data obtained and analyzed, it has been found that, in fact, the city of Santa Izabel is more inserted in the metropolitan dynamics of Belém, confirming its dynamics as a urban sprawl, and contributing to the dissemination of the precarious urbanization process in the metropolitan context, which, despite constituting a geographic unit, lacks metropolitan policies aimed to provide services and meet demands common across all the cities that integrate, officially or not officially, the metropolitan region of Belém.

Key words: Metropolis. Metropolization. Urban sprawl. Metropolitan Region of Belém. Santa Izabel do Pará.

Índice das tabelas

Tabela 01 – BASE DE DADOS PARA A REALIZAÇÃO DO CÁLCULO AMOSTRAL	26
Tabela 02 - RESULTADO DO CÁLCULO AMOSTRAL PARA APLICAÇÃO DE FORMULÁRIOS	27
Tabela 03 - METRÓPOLES E REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS - EVOLUÇÃO POPULACIONAL 1940\2010 (MILHÕES DE HABITANTES)	39
Tabela 04 – RMB: INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS MUNICÍPIOS FORMADORES	59
Tabela 05 – SANTA IZABEL DO PARÁ: IMIGRANTES BRASILEIROS E ESTRANGEIROS RESIDENTES (1940-2000)	71
Tabela 06 – SANTA IZABEL DO PARÁ: TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS MORADORES NAS ÁREAS DE OCUPAÇÃO	78
Tabela 07 – SANTA IZABEL DO PARÁ: PERCENTUAL DE POPULAÇÃO URBANA E RURAL (ANO-2010)	79
Tabela 08 – RMB: SERVIÇO DE COLETA DE LIXO PERMANENTE NOS DOMICÍLIOS	79
Tabela 09 – RMB: COLETA DE LIXO PERMANENTE PELO TOTAL DE UNIDADES DOMICILIARES	80
Tabela 10 – SANTA IZABEL DO PARÁ: PRINCIPAIS CARÊNCIAS INFRAESTRUTURAIS POR ÁREA DE OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO	82
Tabela 11 – SANTA IZABEL DO PARÁ: NATURAIS E NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO RESIDENTES NAS ÁREAS DE OCUPAÇÃO	131
Tabela 12 – SANTA IZABEL DO PARÁ: LOCAL DE RESIDÊNCIA ANTERIOR DOS MORADORES POR ÁREA DE OCUPAÇÃO	135
Tabela 13 – SANTA IZABEL DO PARÁ: MODALIDADE DE CONSTRUÇÃO DAS RESIDÊNCIAS DAS ÁREAS DE OCUPAÇÃO	137

Tabela 14 – SANTA IZABEL DO PARÁ: TRANSPORTE UTILIZADO PARA DESLOCAMENTO CASA-TRABALHO 141

Tabela 15 – SANTA IZABEL DO PARÁ: MUNICÍPIO DE TRABALHO DOS ASSALARIADOS E TAXA DE DESEMPREGADOS RESIDENTES NAS ÁREAS DE OCUPAÇÃO 147

Tabela 16 – SANTA IZABEL DO PARÁ: DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS ÁREAS DE OCUPAÇÃO EM DIREÇÃO AOS MUNICÍPIOS DA RMB EM BUSCA DE BENS DE CONSUMO DURÁVEIS 152

Tabela 17 – SANTA IZABEL DO PARÁ: DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS ÁREAS DE OCUPAÇÃO EM DIREÇÃO AOS MUNICÍPIOS DA RMB EM BUSCA DE SERVIÇO DE SAÚDE ESPECIALIZADO 152

Tabela 18 – SANTA IZABEL DO PARÁ: MUNICÍPIO DE TRABALHO, AQUISIÇÃO DE BENS DURÁVEIS E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DE SAÚDE DOS ASSALARIADOS RESIDENTES NAS ÁREAS DE OCUPAÇÃO 159

Índice dos quadros

Quadro 01 – PRIMEIRAS REGIÕES METROPOLITANAS, LEIS E ANOS DE CRIAÇÃO 34

Quadro 02 – BELÉM: ÁREAS DE OCUPAÇÃO CADASTRADAS PELA COHAB ATÉ 1991 86

Quadro 03 – ANANINDEUA: ÁREAS DE OCUPAÇÃO CADASTRADAS PELA COHAB ATÉ 1991 87

Quadro 04 – RMB: ÁREAS DE OCUPAÇÃO CADASTRADAS PELA COHAB DE 1991 A 1994 89

Quadro 05 – RMB: ÁREAS DE OCUPAÇÃO CADASTRADAS PELA COHAB DE 1994 ATÉ 2008 94

Quadro 06 – DISTRITO DE MOSQUEIRO: ÁREAS DE OCUPAÇÃO (1999-2008) 96

Quadro 07 – SANTA IZABEL DO PARÁ: PROGRAMAS HABITACIONAIS REALIZADOS PELA COHAB 164

Índice dos mapas

Mapa 01 - REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS 35

Mapa 02 - REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM 47

Mapa 03 - MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ 68

Mapa 04 - A ESTRADA DE FERRO BELÉM-BRAGANÇA 70

Mapa 05 – SANTA IZABEL DO PARÁ: OCUPAÇÕES IRREGULARES 111

Mapa 06 – RMB: OCUPAÇÕES CADASTRADAS PELA COHAB DE 1991 ATÉ 2008

Mapa 07 – SANTA IZABEL DO PARÁ: FLUXO DE DESLOCAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA 151

Mapa 08 – SANTA IZABEL DO PARÁ: FLUXO DE DESLOCAMENTO PARA A AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO DURÁVEIS 154

Mapa 09 – SANTA IZABEL DO PARÁ: FLUXO DE DESLOCAMENTO À PROCURA DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DE SAÚDE 155

Índice das figuras

Figura 01 – RESIDENCIAL MIRITI INTERNACIONAL GOLF MARINE	85
Figura 02 - CONDOMÍNIO RESERVA JARDINS	85
Figura 03 – LOCALIZAÇÃO DO RESIDENCIAL JARDIM DAS GARÇAS NO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ	101
Figura 04 – RESIDENCIAL JARDIM DAS GARÇAS: UNIDADES HABITACIONAIS JÁ OCUPADAS	104
Figura 05 – JARDIM DAS ACÁSSIAS: ÁREA DE RISCO ANTES OCUPADA POR POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA	104
Figura 06 – SANTA IZABEL DO PARÁ: PERÍMETRO URBANO	109
Figura 07 – ÁREA BAIXA DO TATU: RUA SEM DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	111
Figura 08 – ÁREA BAIXA DO TATU: RUA SEM ESGOTO E COLETA DE LIXO REGULAR	111
Figura 09 – BAIRRO NOVO: TRECHO DE RUA PAVIMENTADO	113
Figura 10 – BAIRRO NOVO: RUA SEM PAVIMENTAÇÃO E REDE DE ESGOTO	113
Figura 11 – NOVO HORIZONTE: MORADIA PRECÁRIA CONSTRUÍDA EM MADEIRA	115
Figura 12 – NOVO HORIZONTE: MORADIAS PRECÁRIAS DE MADEIRA EM RUA SEM PAVIMENTAÇÃO E REDE DE ESGOTO	115
Figura 13 – JARDIM PARAÍSO: RUA SEM PAVIMENTAÇÃO APRESENTANDO CONSTRUÇÕES RESIDENCIAIS EM ALVENARIA	117
Figura 14 – JARDIM PARAÍSO: RUA SEM DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E REDE DE ESGOTO	117

- Figura 15** – SANTA TEREZINHA: RUA SEM REDE DE ESGOTO E COM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM PRECÁRIAS 119
- Figura 16** – SANTA TEREZINHA: RUA SEM REDE DE ESGOTO E COM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM PRECÁRIAS 119
- Figura 17** – MOLPASA: OCUPAÇÃO CONSTITUÍDA POR APENAS UMA RUA 121
- Figura 18** – JARDIM MIRAÍ: RUA PARCIALMENTE PAVIMENTADA E COM REDE DE ESGOTO 125
- Figura 19** – JARDIM MIRAÍ: RUA COM REDE DE ESGOTO E RESIDÊNCIAS APRESENTANDO “MELHOR” PADRÃO DE CONSTRUÇÃO 125
- Figura 20** – JARDIM DAS ACÁSSIAS: RUA SEM PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E COM ESPAÇOS OCIOSOS E SEM LIMPEZA 127
- Figura 21** – JARDIM DAS ACÁSSIAS: RUA SEM REDE DE ESGOTO, PAVIMENTAÇÃO E COLETA DE LIXO REGULAR 127
- Figura 22** – STA. RITA DE CÁSSIA: RUA SEM PAVIMENTAÇÃO E ÁGUA ENCANADA 129
- Figura 23** – STA. RITA DE CÁSSIA: RUA COM ESGOTO À CÉU ABERTO, SEM PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E LIMPEZA 129
- Figura 24** – JARDIM PARAÍSO: OCUPAÇÃO SEM REDE DE ESGOTO, PAVIMENTAÇÃO, LIMPEZA E COM PRECÁRIAS LIGAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA 133
- Figura 25** – SANTA TEREZINHA: OCUPAÇÃO SEM PAVIMENTAÇÃO E CALÇADAS 134

Lista de siglas

ARCON – AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO ESTADO DO PARÁ

CDRU – CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

CEF – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

COHAB – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELÉM

DF – DISTRITO FEDERAL

FGTS – FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IDESP – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

IPVA – IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

LASIG – LABORATÓRIO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GEORREFERENCIAMENTO

PAC – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

PAIH – PLANO DE AÇÃO IMEDIATA PARA HABITAÇÃO

PDP – PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

PPA – PLANO PLURIANUAL

RMB - REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

RMs - REGIÕES METROPOLITANAS

RIDE – REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO

SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

SFH - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO

SIPAM – SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

SEPOF – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO COMO OBJETO DE ESTUDO	32
2.1 Metrópole e Metropolização: algumas considerações	32
2.2 O Espaço Relacional: ponto de partida para a compreensão da metrópole	41
2.3 A configuração metropolitana face à dinâmica atual dos espaços relacionais ..	43
2.4 O Processo de Metropolização de Belém	46
3. PENSANDO O ESPAÇO METROPOLITANO A PARTIR DA ECONOMIA POLÍTICA DA CIDADE E DA PERSPECTIVA INTRAURBANA	52
3.1 Economia Política da Urbanização e Economia Política da Cidade	52
3.2 Discutindo a noção de espaço intraurbano	54
3.3 Pensando o espaço intrametropolitano belenense	58
4. A INSERÇÃO DE SANTA IZABEL DO PARÁ NA ESTRUTURA METROPOLITANA DE BELÉM	62
4.1 A formação da metrópole dispersa: dos territórios formais aos não instituídos .	62
4.2 A estrada de ferro de Bragança e o Município de Santa Izabel do Pará	69
4.3 A natureza do processo de urbanização de Santa Izabel: uma expressão da metropolização	74
4.4 Santa Izabel: um novo espaço de assentamento que configura a metrópole dispersa	82
4.5 Da urbanização da população à urbanização da sociedade e do território	139
4.6 As novas demandas locais e sua relação com os serviços metropolitanos comuns	144
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	172
APÊNDICES	178

1. INTRODUÇÃO

Analisar processos de metropolização na Amazônia é, sem dúvida, uma tarefa não muito fácil, visto que se trata de uma realidade distinta das reconhecidas em outras regiões do País. Entretanto, ao mesmo tempo em que essa análise nos permite o reconhecimento de novas formas de reflexão, ela também possibilita a incorporação de novos elementos à realidade estudada.

A bibliografia acerca dos fenômenos de metropolização no espaço urbano vem crescendo nos últimos anos, principalmente devido à presença desse processo nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. No que diz respeito à realidade regional amazônica, vários são os trabalhos que tratam da metrópole, da dinâmica socioespacial intraurbana e do processo de metropolização. Entretanto, o que estamos propondo aqui não pretende ser uma discussão nova, mas sim uma reflexão sobre uma dinâmica socioespacial específica e seu reconhecimento em uma determinada estrutura metropolitana. Em outras palavras, pretendemos analisar o reconhecimento da dinâmica socioespacial do município de Santa Izabel do Pará na estrutura metropolitana de Belém. Porém, não pretendemos fazer essa análise à luz pura e simplesmente dos aspectos formais e/ou institucionais. Nosso entendimento busca ir além disso, isto é, compreender a dinâmica socioespacial que vem se configurando de modo disperso no âmbito da RMB, em especial a do município de Santa Izabel do Pará.

Especificamente falando, temos a Região Metropolitana de Belém, que concentra uma população de aproximadamente dois milhões de pessoas distribuídas nos seis municípios pertencentes a ela (Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara, Benevides e Santa Izabel do Pará²). Na porção nordeste da Amazônia oriental, é esta Região Metropolitana a maior responsável pela dinâmica econômica e social dessa parte da região amazônica.

O processo de transformação do espaço metropolitano de Belém é, sem dúvida, resultante de uma dinâmica constante de construção e reconstrução de

² Em sessão ordinária no dia 07 de abril de 2010, foi derrubado, por unanimidade, o veto da Governadora do Estado Pará, Ana Júlia Carepa, ao Projeto de Lei Complementar nº 02/2001, de 02 de setembro de 2008, de autoria do Ex-Deputado Estadual César Colares, o qual defendia a incorporação do município de Santa Izabel do Pará na RMB. Derrubado o veto, o município passou a integrar a Região Metropolitana de Belém.

novas relações sociais e também significados espaciais. Em outras palavras, temos um processo de metropolização que se intensifica e se desenvolve à medida que novas necessidades de reprodução do capital vão se tornando uma condição de cada período específico.

A partir da dificuldade em acompanhar o crescimento demográfico ocorrido nos últimos trinta anos, causando grande inchaço habitacional, os municípios metropolizados e/ou pertencentes à RMB passam a fazer parte de um novo processo: o de dispersão urbana.

Esta nova definição ganha forma a partir da obrigação que a cidade de Belém tem em crescer para atender às necessidades de moradias; a cidade, neste sentido, alarga-se. Ela, em dado momento de seu inchaço, exige a parceria ou mesmo a convivência de espaços contíguos para desinchar a cidade de Belém (LIMA, 2006, p. 18).

O crescimento habitacional para áreas distantes do núcleo metropolitano levou à necessidade de expansão da própria RMB. Entretanto, essa dispersão urbana não é acompanhada pela oferta de serviços básicos, como educação, saúde e emprego, reforçando a dependência desse espaço urbano disperso em relação ao centro metropolitano, principalmente quando se trata da busca pelos serviços citados acima.

Nesse sentido, a problemática da pesquisa busca compreender a dinâmica socioespacial presente no município de Santa Izabel do Pará, verificando se tal dinâmica se insere, de fato, na estrutura da Região Metropolitana de Belém. Há, portanto, a necessidade de se pensar o processo de metropolização no âmbito de uma conformação espacial dispersa, caracterizada pela expansão/criação de novos espaços de assentamentos no interior da RMB, e não somente isso, mas compreender de que forma essa dinâmica atua no espaço intraurbano belenense, deixando claro que a reestruturação interna da metrópole visa a “direcionar os assentamentos residenciais populares das áreas de baixadas para o subúrbio. Hoje, esses novos espaços de assentamentos já se colocam mesmo como verdadeiros anteparos às migrações populacionais” (TRINDADE JR, 1998, p. 356) que se dirigiam para o município de Belém.

Pensar o município de Santa Izabel do Pará no âmbito do processo de metropolização do espaço intraurbano belenense necessita de uma análise acerca dos aspectos socioespaciais dessa realidade. Diante disso, indaga-se: Santa Izabel

do Pará constitui um novo espaço de assentamento no contexto da RMB? O crescimento populacional do município está articulado ao processo de metropolização do espaço, reforçando a ideia de concentração e dispersão metropolitana? As demandas relacionadas ao crescimento populacional possibilitam a definição de serviços comuns do ponto de vista metropolitano?

Diante disso, consideramos a hipótese de Santa Izabel do Pará representar um novo espaço de assentamento no âmbito do processo de dispersão metropolitana que vem caracterizando algumas regiões metropolitanas brasileiras. Para tanto, torna-se relevante analisar se o crescimento populacional desse município tem relação direta com o processo de metropolização dispersa do espaço metropolitano belenense e se as demandas relacionadas ao crescimento populacional de Santa Izabel do Pará, a partir da dependência do mesmo, definem uma unidade do ponto de vista metropolitano no que diz respeito a serviços como educação, saúde e emprego.

No âmbito das questões apresentadas acima, o objetivo principal da pesquisa é analisar o papel desempenhado pelo município de Santa Izabel do Pará na dinâmica do espaço intrametropolitano belenense. Tal objetivo se desdobra em outros três, especificados a seguir:

- a) Identificar e caracterizar o perfil dos espaços de assentamentos residenciais ilegais existentes no município de Santa Izabel do Pará;
- b) Analisar o crescimento populacional de Santa Izabel do Pará e sua relação com o processo de metropolização dispersa do espaço metropolitano belenense;
- c) Identificar e analisar demandas relacionadas ao crescimento populacional de Santa Izabel do Pará a partir da definição de serviços comuns do ponto de vista metropolitano.

Em setembro de 2008, foi aprovado na Assembléia Legislativa do Estado do Pará o Projeto de Lei Complementar nº 02/2001, de autoria do agora ex-Deputado Estadual César Colares. Tal projeto justificava a inserção do município de Santa Izabel do Pará na RMB. No entanto, a governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, rejeitou o projeto sob a alegação de que o município não possui políticas de interesse comum com os demais municípios integrantes da RMB.

Em sessão parlamentar ocorrida em abril de 2010, o veto da governadora foi derrubado por unanimidade por 33 votos a favor e somente três contra.

A derrubada do veto foi coordenada na tribuna pelos deputados José Megale (PSDB), líder da oposição, e pelo deputado Carlos Bordalo, do PT. "Os estudos existem desde o período do governador Hélio Gueiros, quando contratou empresa que os realizou", ponderou Megale. Ele criticou a Assembléia Legislativa pela demora na tramitação do projeto, e não nas administrações dos governos anteriores. "Não se pode admitir que não existam políticas comuns entre os municípios se você tem trabalhadores e universitários estudando em Belém e morando em Santa Izabel, e trabalhadores morando na capital e trabalhando em Santa Izabel.", explicou Megale, expondo a necessidade de políticas comuns. O parlamentar aproveitou ainda para demonstrar a logística de transportes que precisa estar interligada, citando ainda a existência da penitenciária em Santa Izabel (PARÁ, 2010, p. 02).

A sistematização do suporte teórico da pesquisa segue uma perspectiva dialética, a partir da conceituação do espaço relacional proposto por Harvey (1980) e Santos (2004). O primeiro explicita que o espaço é produto social que surge do trabalho social, não sendo, pois, somente o "palco" onde vive a sociedade, mas sim uma realidade social construída a partir de relações heterogêneas, sustentadas pelo trabalho social diversificado, resultado de uma sociedade de classes. Já o segundo, compreende o espaço como uma relação entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Sem dúvida, tais relações se dão a partir dos novos movimentos da sociedade que, ao atribuir novas funções às formas geográficas, modificam a organização do espaço, criando contínuos pontos de partida para novos movimentos. Ambas as definições subsidiarão as análises feitas aqui sobre a dinâmica socioespacial do município de Santa Izabel do Pará, no âmbito do processo de metropolização belenense.

A discussão feita nesta pesquisa procura compreender o espaço urbano como produto de relações sociais conflitivas e desiguais, pois é nele que acontecem as relações entre identidades que estão em constante movimento na busca pela construção de novos espaços, através das articulações temporais e das práticas repetidas que refletem a necessidade de comunicação e deslocamento.

Entendemos que o espaço é produzido socialmente pela articulação entre práticas econômicas, sociais e culturais, podendo, então, ser analisado a partir da estrutura e do funcionamento da sociedade.

Outro caminho teórico no qual a pesquisa se baseia diz respeito às discussões feitas acerca de território, aqui analisado com base em Haesbaert (2004). Sustentada pelas contribuições desse autor, a pesquisa discute a configuração dos territórios formais e não-instituídos no interior do espaço metropolitano belenense. Para tanto, analisamos, num primeiro momento, o território a partir de uma perspectiva também relacional. Posteriormente, analisamos a configuração dos territórios instituídos e não-formais a partir do processo de reestruturação metropolitana do espaço intraurbano de Belém. Por fim, damos ênfase ao processo de constituição dos novos espaços de assentamento que passam a configurar as áreas periféricas do município de Santa Izabel do Pará.

A metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa partiu da escolha de seus conceitos norteadores – a metropolização e a dinâmica socioespacial. Ambos são considerados centrais quando se discute o processo de metropolização e de dispersão urbana belenense.

Outro ponto de análise, considerado de extrema importância, diz respeito à distinção entre os conceitos de metrópole (forma espacial), metropolização (processos espaciais) e região metropolitana (definição político-administrativa). Tal distinção se faz necessária pela preocupação com o fato de que, apesar de institucionalizada oficialmente na qualidade de região metropolitana, é fundamental ter conhecimento das especificidades definidas pela dinâmica socioespacial presente no espaço intraurbano da RMB.

O ponto de partida para desenvolver a análise descrita acima é a unidade institucionalmente reconhecida como RMB. Porém, a pesquisa não se esgota nesse reconhecimento formal. Num segundo momento, fez-se necessário reconhecer a relação entre a cidade-núcleo e seu entorno metropolizado.

Segundo Catalão (2008), o critério definidor dos espaços metropolizados é o deslocamento populacional entre a cidade principal e as cidades pertencentes ao entorno metropolizado. Não por acaso, uma das fontes de levantamento de dados da pesquisa é a intensidade de fluxos entre os municípios que compõem a região metropolitana, mais especificamente os fluxos entre Santa Izabel do Pará e os demais municípios pertencentes à RMB.

Sabemos da dificuldade de analisar o processo de metropolização ora em curso no espaço urbano belenense por dois principais motivos. Primeiro, porque tal processo vem acompanhado de uma crescente dispersão urbana; segundo, porque, assim como em outras regiões metropolitanas do País, a definição político-administrativa da RMB não coincide com a realidade socioespacial presente nesse espaço.

Para avançarmos em nossa análise, além de consultas feitas às obras referenciadas aqui, foi necessário levantar dados e tratá-los de forma quali-quantitativa. Esses dados são apresentados dispostos ao longo do trabalho, ora em forma de quadros, ora em forma de tabelas, ora em forma de transcrições ou ainda, em forma de mapas.

Por se tratar de um tema extenso, cabe aqui a utilização de uma metodologia quali-quantitativa, pois acreditamos que ela dê conta de compreender tal complexidade quando considerados determinados procedimentos descritos a seguir.

Para alcançarmos os objetivos propostos foram feitos inicialmente levantamentos dos dados referentes ao censo demográfico do ano de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), concernentes ao crescimento populacional dos municípios da RMB.

Utilizou-se também levantamento de dados primários a partir de um formulário (apêndice D)³ para identificar a quantidade de população que trabalha e procura bens de consumo duráveis e serviços especializados de saúde fora do município de Santa Izabel do Pará, isto é, nos outros municípios da RMB e também Castanhal⁴. Mapeou-se a direção dos fluxos de deslocamento populacional por atividade e serviços (trabalho e saúde⁵). Os formulários foram aplicados, em forma

³ A amostragem do formulário foi definida baseada em cálculos estatísticos feitos no Laboratório de Sistema de Informação e Georreferenciamento (LASIG) da Universidade Federal do Pará, sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Sílvia dos Santos de Almeida.

⁴ Devido à proximidade entre o município de Santa Izabel e Castanhal, alguns izabelenses preferem se deslocar até Castanhal para consumir alguns serviços, pois o tempo percorrido entre Santa Izabel e este município é de somente 15 minutos, utilizando o transporte coletivo intermunicipal.

⁵ Inicialmente trabalharíamos com o fluxo de deslocamento populacional casa-escola/universidade. Porém, constatou-se que as escolas de ensino médio existentes em Santa Izabel suprem as necessidades dos estudantes desse nível de ensino, não

de amostragem, nas nove áreas de ocupação existentes no município de Santa Izabel do Pará, num total de 364, de acordo com o número de domicílios existentes em cada área de ocupação. O critério de aplicação utilizado é o mesmo do IBGE, associando o número de domicílios à adequação da área a ser percorrida pelo responsável pela coleta dos dados.

Os formulários foram aplicados entre os dias 12 e 15 de dezembro de 2010, de acordo com a disponibilidade do técnico Lázaro Cavalcante, responsável pelo setor de terras do município de Santa Izabel do Pará, que nos acompanhou durante todo o processo de coleta de dados.

A decisão de identificar, caracterizar e aplicar os formulários somente nas áreas de ocupação acompanhou nossa hipótese, que supõe serem as áreas de ocupação novos espaços de assentamentos que alojam uma grande parte da população excluída que não pode residir, em decorrência do alto valor imobiliário, nas áreas centrais da metrópole belenense. As ocupações são uma das principais expressões da dispersão urbana, juntamente com os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e os condomínios residenciais populares, produzidos pela iniciativa privada. Nesse sentido, as áreas de ocupação são uma boa amostragem qualitativa da dinâmica recente de urbanização na franja metropolitana.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, quando da realização de seus censos, define as áreas por setores censitários para que a amostra e o levantamento dos dados sejam feitos de forma mais organizada e sistemática. Segundo Bolfarine (2005), esse tipo de amostragem é definido como amostragem sistemática.

Dentro dos setores censitários delimitados pelo IBGE em Santa Izabel, cinco deles incluem cinco áreas de ocupação pesquisadas por nós, são elas: Jardim das Acácias⁶, Novo Horizonte, Santa Rita de Cássia, Jardim Paraíso e Maranguape (Santa Terezinha). Para que pudéssemos então definir estatisticamente a quantidade de domicílios nos quais seriam aplicados os formulários nessas cinco áreas, foram feitos cálculos estatísticos utilizando a quantidade de domicílios

precisando os alunos se deslocar em direção a outros municípios. Quanto ao nível superior, existem somente três universitários que realizam deslocamento diário. Dois deles utilizam o transporte urbano coletivo e um utiliza veículo particular próprio.

⁶ Em todos os documentos consultados esse nome foi grafado dessa forma, em vez de "Acácias".

existentes nos setores censitários nos quais as cinco áreas estão incluídas. Para as quatro áreas restantes (Baixa do Tatu, Bairro Novo, Jardim Mirai e Molpasa), que não possuem nenhum tipo de levantamento, foram utilizados os dados gerais fornecidos pelas associações comunitárias referentes à quantidade de domicílios existentes em suas comunidades. Para que pudéssemos chegar à amostragem final para a aplicação dos formulários foram feitos os seguintes cálculos estatísticos baseados em Bolfarine (2005):

$$n_0 = \frac{1}{E^2}$$

Em que n_0 é o tamanho inicial da amostra e E representa o erro amostral, isto é, a porcentagem de erro que a pesquisa está disposta a tolerar. Essa fórmula foi utilizada tanto para as cinco áreas presentes nos setores censitários definidos pelo IBGE, como para as quatro áreas restantes que não estão incluídas nesses setores.

Esse foi somente o primeiro passo para que chegássemos à quantidade final de formulários. Foi necessário, em seguida, definir a porcentagem de erro que a pesquisa toleraria registrar. Chegamos então a uma porcentagem de 5%, ou seja, os formulários aplicados têm 95% de certeza nas afirmações referentes ao município de trabalho, bem como àqueles municípios procurados para fins de atendimento especializado de saúde, por exemplo. Para que chegássemos a este termo foram utilizadas as seguintes fórmulas estatísticas, também baseadas em Bolfarine (2005):

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Em que n é o número de indivíduos na amostra; N é a quantidade de domicílios e indivíduos do universo total e n_0 é o tamanho inicial da amostra, ou seja, é o n_0 da primeira fórmula apresentada anteriormente.

Finalmente, chegamos à fórmula que veio determinar quantos formulários seriam aplicados em cada área de ocupação do município de Santa Izabel do Pará. Vale ressaltar que para se chegar a esta fórmula foi necessário utilizar as duas anteriores. A fórmula seguinte também está baseada em Bolfarine (2005).

$$Wh = \frac{\text{número de domicílios da ocupação}}{\text{total de domicílios}}$$

$$nh = Wh \times n$$

Em que **nh** é o número da amostra final e **n** é a quantidade de domicílios e indivíduos da cada área de ocupação. Dessa forma temos:

$$nh = \frac{\text{n}^{\circ} \text{ de domicílios da ocupação} \times \text{domicílios e indivíduos por área}}{\text{total de domicílios}}$$

Os dados utilizados para a realização de todos os cálculos estatísticos feitos nesta pesquisa estão descritos na Tabela 01.

Tabela 01 – Base de Dados Para a Realização do Cálculo Amostral

Áreas de Ocupação	Nº de Domicílios	População Residente
Jardim das Acássias	376	1.707
Novo Horizonte	647	2.597
Santa Rita de Cássia	390	1.524
Jardim Paraíso	378	1.087
Sta. Terezinha (Maranguape)	409	1.122
Baixa do Tatu	350	1.500
Bairro Novo	420	1.850
Jardim Mirai	980	5.000
Molpasa	75	1.000
Total	4.025	17.387

Fonte: IBGE (2010) e Associação dos Moradores das Áreas de Ocupação do município de Santa Izabel do Pará (2010).
Organização: Flávia Cavalcante

Na Tabela 02 mostramos de que forma os dados ficaram organizados e a quantidade exata de formulários aplicados em cada uma das nove áreas de ocupação do município de Santa Izabel do Pará.

Tabela 02 – Resultado do Cálculo Amostral Para Aplicação de Formulários

Áreas de Ocupação	Nº de Domicílios	Wh	Nh	n_5
J. das Acássias	376	0,09	34	34
Novo Horizonte	647	0,16	58	58
Santa Rita de Cássia	390	0,10	35	35
J. Paraíso	378	0,09	34	34
Santa Terezinha (Maranguape)	409	0,10	37	37
Baixa do Tatu	350	0,09	32	32
Bairro Novo	420	0,10	38	38
J. Mirai	980	0,24	89	89
Molpasa	75	0,02	7	7
Total	4.025	1,00	364	364

Fonte: Cálculo Amostral.

Organização: Flávia Cavalcante

Em seguida, utilizando outras informações do formulário aplicado, foi possível identificar algumas características existentes nas áreas de ocupação visitadas. Na verdade, os dados ajudaram na identificação dos fluxos intermunicipais ocorridos no interior da RMB, bem como possibilitaram reconhecer de que forma essa população habita. Mais especificamente falando, possibilitaram a mensuração do contingente populacional que se encontra trabalhando e indo à procura de bens de consumo duráveis e também de serviços nos demais municípios da RMB, isto é, fora de Santa Izabel. Posteriormente, foi necessário definir e separar o número de trabalhadores do número de pessoas que se deslocam em busca de bens e de assistência médica que não encontram em Santa Izabel. No que se refere aos trabalhadores, optamos por aqueles com idade acima de 18 anos, pois é a partir desta idade que os jovens concluem o ensino médio e passam a ingressar no mercado de trabalho⁷.

O que intencionamos, pela análise dos dados descritos acima, foi mapear os fluxos entre Santa Izabel e os demais municípios integrantes da RMB, identificando se estes fluxos, de fato, se concentram em direção ao núcleo da região metropolitana ou se também há fluxo de deslocamento populacional em direção multivariada, inclusive em direção a Castanhal, pois este município apresenta uma rede de oferta de serviços relativamente mais bem organizada do que alguns municípios da RMB, como Santa Bárbara e Benevides, por exemplo. Isso sem falar

⁷ Destacamos aqui que nem sempre encontramos trabalhadores inseridos em suas respectivas funções com a idade especificada aqui, pois muitos jovens com idade acima de 18 anos não estão devidamente inseridos no mercado de trabalho.

da distância entre Santa Izabel e Castanhal que é bem menor do que entre Santa Izabel e o núcleo da Região Metropolitana de Belém.

Não podemos falar de fluxo sem falar de transporte urbano, apesar de o primeiro não precisar do segundo para acontecer. No entanto, fez-se necessário um levantamento acerca do contingente populacional transportado (via coletivos urbanos e interestaduais) diariamente do município de Santa Izabel do Pará em direção aos demais municípios da RMB. É na Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos no Estado do Pará (ARCON) que se encontram os dados referentes ao número de passageiros transportados intra e interestadualmente. Esses dados são fornecidos pelas empresas de transporte coletivo, responsáveis pela realização desse tipo de trajeto.

A ARCON foi uma importante fonte de dados por dois principais motivos. Primeiro, porque nos permitiu mensurar a quantidade de deslocamentos realizados diariamente pela população residente nas áreas de ocupação. Segundo, porque foi possível identificar o número de pessoas que se deslocam utilizando exclusivamente o transporte coletivo, não discriminando, assim, a causa dos deslocamentos, podendo ser ele de outra natureza que não seja unicamente trabalho ou estudo. Além disso, os dados também apresentam o número de viagens feitas pelos coletivos, a quantidade de passageiros por quilômetro percorrido, a quantidade de passageiros nos trajetos de ida e volta, a quilometragem total percorrida e o nome das empresas autorizadas a realizar os deslocamentos. Entretanto, essa fonte de dados possui limitações. Entre elas, temos a não possibilidade de separar os deslocamentos por local de residência, isso sem falar nas informações fornecidas pelas empresas concessionárias à ARCON, que podem ser distorcidas de acordo com os interesses de cada empresa. Por esse motivo, esses dados foram analisados conjuntamente com as informações coletadas no formulário por nós aplicado. Diante disso, fizeram-se necessárias algumas adequações com o intuito de uniformizar os dados do formulário e da agência reguladora.

Com os dados da ARCON, foi possível identificar o grau de integração metropolitana entre Santa Izabel e os demais municípios da RMB e Castanhal, no que tange aos deslocamentos diários da população izabelense em direção a esses municípios. Visando a identificar tal grau de integração, uma das hipóteses

levantadas nesta pesquisa diz respeito ao fato de Santa Izabel do Pará representar hoje um novo espaço de assentamento integrante da RMB⁸. Para favorecer a confirmação de tal hipótese, fez-se necessário identificar o número de assentamentos, suas localizações e o período em que eles foram constituídos. Para tanto, coletamos dados na Companhia de Habitação do Pará (COHAB), que vem a ser a responsável técnica que identifica as áreas de ocupação espontâneas.

Esses dados possibilitaram identificar não somente o crescimento populacional apresentado nas áreas descritas acima, mas também compreender a relação entre a dispersão do tecido metropolitano em direção ao município de Santa Izabel do Pará e o surgimento de novos espaços de assentamento na periferia desse município.

A identificação dos fluxos nos permitiu mapear os deslocamentos feitos pela população entre Santa Izabel e o núcleo metropolitano, bem como possibilitou a caracterização das áreas de assentamento existentes na periferia do município de Santa Izabel do Pará. As informações mapeadas respeitaram os dados levantados no censo de 2010, nos formulários aplicados, na ARCON e na Secretaria de Obras do município de Santa Izabel. Vale ressaltar que para cada conjunto de dados foi construído um mapa, pois acreditamos que esse tratamento permitiu uma leitura espacializada das informações coletadas.

Posteriormente, a pesquisa voltou-se para uma análise qualitativa a fim de reconhecer, de fato, Santa Izabel como um novo espaço de assentamento no contexto da RMB, demonstrando que é também por meio dos deslocamentos populacionais diários que o processo de metropolização se desenvolve, principalmente na vida de uma população que reside nos espaços metropolitanos. Vale ressaltar que é preciso pensar os deslocamentos para além da relação centro-periferia, isto é, pensar sim numa relação de deslocamento periferia-periferia.

Com base nisso, também foi possível, enfim, analisar se a dependência do município de Santa Izabel em relação ao núcleo da RMB - e quem sabe também em relação a Castanhal - leva a uma definição de serviços comuns do ponto de vista

⁸ Para alcançar tal compreensão, foram analisadas as ocupações espontâneas de Santa Izabel, pois elas são reflexo da dinâmica de ocupação recente do espaço metropolitano belenense.

metropolitano, ponderando se há uma relação de fluxo intenso entre Santa Izabel do Pará e os demais municípios da RMB.

Num primeiro momento da análise qualitativa, delimitaram-se os locais e os grupos que foram entrevistados. Posteriormente, definimos a amostragem da quantidade de pessoas que foram entrevistadas.

Para a realização das entrevistas escolhemos um grupo de sete pessoas para cada uma das nove áreas de ocupação do município (Área Baixa do Tatu, Bairro Novo, Jardim das Acácias I e II, Jardim Mirai, Jardim Paraíso, Novo Horizonte, Molpasa, Piçarreira (Santa Rita de Cássia) e Santa Terezinha. Dois foram os objetivos principais das entrevistas: i) analisar como ocorrem as interações entre Santa Izabel e os demais espaços metropolitanos do ponto de vista de necessidades como trabalho, aquisição de bens de consumo duráveis e serviços especializados de saúde; ii) compreender como os deslocamentos populacionais se relacionam à efetiva apropriação do espaço metropolitano pela população izabelense.

As questões apresentadas até agora foram analisadas nesta pesquisa em três capítulos. O primeiro - "O Processo de Metropolização como objeto de estudo" - visa a discutir algumas concepções de metrópole e metropolização pela perspectiva do espaço relacional, reconhecendo a importância dessa discussão no âmbito do processo de metropolização de Belém.

O segundo capítulo - "Pensando o espaço metropolitano a partir da economia política da cidade e da perspectiva intra-urbana" - objetiva analisar aspectos importantes da economia política da cidade para nossa discussão, bem como possibilita discutir acerca do espaço intra-urbano, para se chegar, enfim, a uma discussão do espaço intra-metropolitano belenense.

O terceiro capítulo - "A inserção de Santa Izabel do Pará na estrutura metropolitana de Belém" - tem como objetivo compreender a dispersão da metrópole para além dos territórios formais, isto é, reconhecer também o alcance dos territórios não-formais no âmbito da RMB, demonstrando se, de fato, Santa Izabel do Pará vem fazer parte dessa metrópole em dispersão. Para tanto, buscou-se identificar as demandas locais e sua relação com os serviços comuns metropolitanos.

São destacados, ainda, os processo de urbanização da sociedade e do território. Nesse momento, analisamos a cidade na condição de indutora de

necessidades resultantes de grandes aglomerações populacionais, que cada vez mais são atraídas pelos centros metropolitanos na busca de reproduzir relações e processos presentes na metrópole.

2. O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO COMO OBJETO DE ESTUDO

Este capítulo se destina a discorrer, num primeiro momento, acerca das concepções de região metropolitana, metrópole e metropolização, a fim de esclarecer as características e os limites de cada uma e, principalmente, reconhecer seu papel no espaço metropolitano, destacando suas semelhanças e diferenças. Posteriormente, analisamos de que forma essas concepções se relacionam. Aqui, a discussão em torno do espaço relacional se torna relevante, pois nos permite enxergar um espaço não homogêneo, descontínuo e diferente daquele formatado por limites institucionalizados. A partir disso, buscamos compreender o processo de metropolização de Belém no âmbito de uma estrutura urbana relacional, onde a expansão do espaço metropolitano de Belém levou a uma redefinição dos limites da RMB.

2.1 METRÓPOLE E METROPOLIZAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No passado, tínhamos uma metrópole conurbada, isto é, um agrupamento de cidades em torno de uma cidade principal, porém com diversos núcleos contíguos. Hoje, alguns desses aspectos definidores da metrópole no passado ainda são considerados, mas a eles se acrescentam outros:

corresponde à grande cidade moderna que se define mais pela irradiação internacional de suas empresas, de seus capitais, de suas universidades que pelas funções tradicionais regionais e por uma hinterlândia da qual ela retiraria recursos e poder, ou ainda, as principais aglomerações urbanas de um país com algumas centenas de milhares de habitantes, que são multifuncionais e que têm relações econômicas com várias outras aglomerações (SPOSITO, 2008, p. 133).

A metrópole atual se configura muito mais pela sua dispersão urbana, responsável pela ampliação das cidades e dos espaços metropolitanos para escalas territoriais cada vez mais extensas, do que exclusivamente pela simples conurbação de municípios e cidades. Para Santos (2004), a metrópole passa a ser definida por uma descontinuidade metropolitana, propiciada por fatores como o desenvolvimento tecnológico, das comunicações, dos transportes e, principalmente, pelo advento de

um tipo de urbanização com espacialidades difusas, o que possibilita o alargamento dos espaços de produção, circulação, distribuição e consumo.

As metrópoles, com a sua gama infinita de situações, são a fábrica de relações numerosas, frequentes e densas. O número de viagens internas é muitas vezes superior ao de deslocamentos para outros subespaços. A metrópole é o lugar onde há mais mobilidade e mais encontro, pois a hierarquia atual lhe assegura um maior número de deslocamentos (SANTOS, 2004, p. 319)

Para Santos (1994), a metrópole é o “lócus” por excelência das relações sociais e econômicas, pois é um lugar funcional à sociedade como um todo, e não somente isso, sendo através dela que todas as localizações se tornam estruturalmente centrais.

No cerne da constituição da metrópole, temos a institucionalização das regiões metropolitanas. Estas vêm a ser a definição político-administrativa que delimita a área de atuação e competência dessas regiões.

Durante o governo militar, mais especificamente em 8 de junho de 1973, a Lei Complementar de número 14 inicia a história institucional das Regiões Metropolitanas Brasileiras (Quadro 01). Entretanto, não se conheciam os critérios que definiam a institucionalização dessas RMs, apesar de terem sido colocados alguns aspectos direcionados para um planejamento integrado que possibilitasse o desenvolvimento econômico e social (SOUZA, 2006). Segundo o mesmo autor, o que se observava era o desenvolvimento institucional de regiões metropolitanas sem qualquer conhecimento acerca da política urbana brasileira e de suas especificidades. Na verdade, essa lei deu tratamento igualitário a regiões do País completamente diferentes umas das outras no que diz respeito à realidade urbana e territorial. Na verdade, essa institucionalização foi limitada e restritiva, pois estava mais preocupada em delimitar formalmente do que materialmente a Região Metropolitana, isto é, não se preocupou com o conteúdo metropolitano presente nessas RMs.

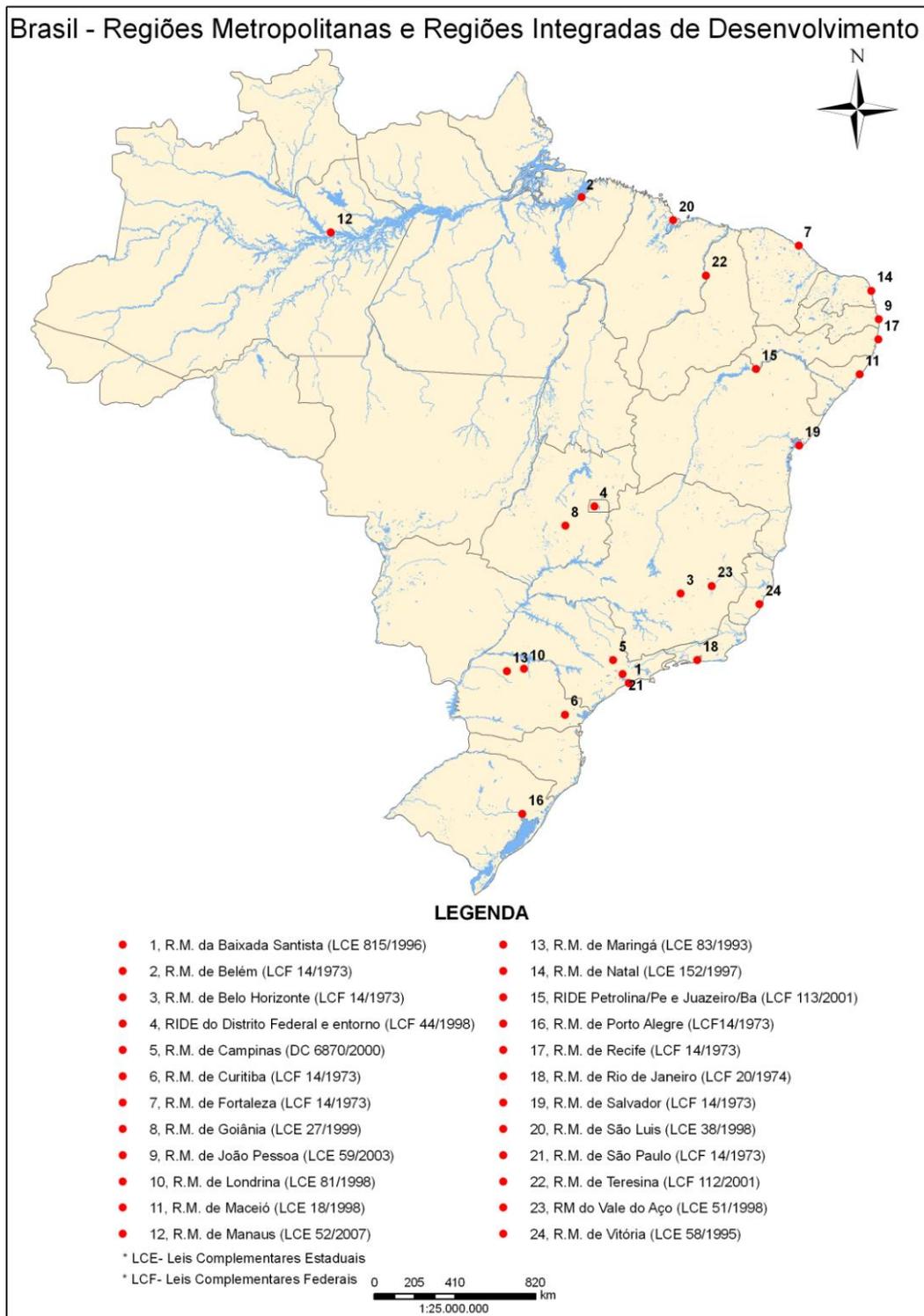
Quadro 01 – Primeiras Regiões Metropolitanas, Leis e Anos de Criação

Região Metropolitana	Cidade Sede	Unidade Federativa	Lei de Criação	Ano de Criação
RM de Belém	Belém	PA	LCF nº 14	1973
RM de B. Horizonte	B. Horizonte	MG	LCF nº 14	1973
RM de Curitiba	Curitiba	PR	LCF nº 14	1973
RM de Fortaleza	Fortaleza	CE	LCF nº 14	1973
RM de Porto Alegre	P. Alegre	RS	LCF nº 14	1973
RM de Recife	Recife	PE	LCF nº 14	1973
RM de Salvador	Salvador	BA	LCF nº 14	1973
RM de São Paulo	São Paulo	SP	LCF nº 14	1973
RM do R. de Janeiro	R. de Janeiro	RJ	LCF nº 20	1974

Fonte: Catalão (2008)

Atualmente, há 22 Regiões Metropolitanas no País e duas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE), abrangendo 413 municípios que, juntos, concentram cerca de 68 milhões de habitantes numa área de aproximadamente 167.000 Km² (MORAES, 2008). Em 1988, a Constituição Federal atribuiu aos estados da federação a responsabilidade pela institucionalização das regiões metropolitanas (Mapa 01). Pretendeu-se, com isso, facilitar a formulação de políticas públicas voltadas para o planejamento das cidades metropolitanas (LENCIONI, 2006).

Mapa 01 – Regiões Metropolitanas Brasileiras



Fonte: Veloso (2010)

É necessário deixar claro que, apesar de os aspectos populacionais e de extensão serem necessários para definir tanto RM como metrópole e ambas serem recortes espaciais reais que sofrem em seu interior intensas relações do ponto de vista da circulação de pessoas, bens e serviços, existem diferenças entre elas no que concerne aos seus critérios definidores. A primeira delas consiste no fato de que, ao se definir a RM a partir de critérios pré estabelecidos, perdem-se de vista processos responsáveis pela ampliação das cidades e dos espaços metropolitanos. Outra diferença diz respeito ao fato de que, mesmo a metrópole se desenvolvendo por meio de processos de expansão e dispersão, “isso tem pouco a ver com os limites administrativos, mas muito com a constituição de um conteúdo que a define como espaço metropolitano” (LENCIONI, 1991, p. 55). Ainda segundo Lencioni, a metrópole

constitui uma forma urbana de tamanho expressivo, quer relativo ao número de sua população, quer em relação à sua estrutura territorial; possui uma gama diversa de atividades econômicas, o que a constitui como um ponto de grande densidade de emissão e recepção de fluxos de informação e comunicação, fator que costura um nó significativo de redes, sejam de transporte, informação, cultura, inovação, consumo, poder e, principalmente, a concentração de serviços públicos e privados (LENCIONI, 2006, p. 45).

A partir de outro ponto de vista, mas seguindo uma linha de interpretação semelhante ao da autora supracitada, Oliveira reconhece a metrópole como movimento de reprodução da vida social no urbano:

Como paisagem, aglomeração aparentemente infinda que se estende para além do horizonte. Metrópole: cidade ou não-cidade, unidade que afirma e extravasa a cidade em sua urbanidade e simultaneamente a nega em seus sentidos fundantes - conjunto de lugares e territórios que, uma vez postos, não podemos afirmar no singular, e sim como espaços complexos e múltiplos (OLIVEIRA, 2006, p. 59).

As concepções de metrópole elencadas acima a definem não somente como uma forma espacial que se expressa em número de população e tamanho territorial, concentrando grande densidade de atividades e serviços, mas também como uma forma metropolitana que se desenvolve também a partir das funções materialmente realizadas em seu interior. As Regiões Metropolitanas, por sua vez, são definidas pelas atribuições que lhes são repassadas pelo poder público

estadual. Vale ressaltar que, na medida em que cresce a importância das cidades e de sua integração na rede urbana, as funções regionais também se centralizam na RM. Segundo Ribeiro (2000), tais funções são realizadas pelos:

- sistemas integrantes da atividade econômica (produção, consumo e finanças);
- sistema de prestação de serviços de cunho social e administrativo (hospitais, comércio etc.);
- sistemas de organização social, cultural e político (centros culturais e sedes governamentais); e
- sistemas de circulação, necessários à circulação de fluxos de bens, pessoas e ideias.

Para Silva (2006, p. 401), “a questão metropolitana requer um olhar complexo sobre as novas redes no território e sobre as novas funções metropolitanas, frente às tendências de organização e modernização da economia e da sociedade”. Podemos compreender, então, que a metrópole vem sofrendo constantes transformações em sua forma e em seu conteúdo, pois obedece à lógica imposta pelos interesses de agentes diversos.

De fato, estamos tratando aqui de algo que ultrapassa delimitações formais. Em outras palavras, trata-se de um processo de reconhecimento de uma dinâmica socioespacial metropolitana que, sem dúvida, se expande para além de normas e delimitações formais. Para Santos (1994), trata-se de uma mudança do perfil urbano que “se torna complexo, com tendência à onipresença da metrópole, através de múltiplos fluxos de informação que se sobrepõem aos fluxos da matéria e são o novo arcabouço dos sistemas urbanos” (SANTOS, 1994, p. 09).

No sentido de reconhecer, de fato, uma dinâmica socioespacial metropolitana dispersa e/ou difusa, o processo de metropolização constitui a base fundamental, definido, de uma forma geral, pela expansão descontínua e heterogênea dos espaços urbanizados, que são incorporados por cidades maiores e que, por conseguinte, estão ligadas a economias regionais dinâmicas. Santos (1994) afirma que a concentração populacional também caracteriza fortemente o processo de metropolização no Brasil (Tabela 03).

Para Oliveira (2006), a metropolização só pode ser entendida por meio de múltiplas escalas, pois, se, por um lado, esse processo representa a

dispersão/ampliação das cidades em uma escala local/regional, por outro, diz respeito à concentração dessas mesmas cidades em uma escala nacional, ou seja, trata-se de um duplo processo: de dispersão e de concentração. Ambos propiciam à metropolização fazer parte ativamente do desenvolvimento urbano, tendo ela uma natureza diferenciada, principalmente no que diz respeito aos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, que, além de múltiplos, são intensos e cotidianos. Tais características estão presentes nos espaços metropolizados, “ora de forma mais concentrada, ora de forma diluída, ora no interior de uma região metropolitana administrativa, ora mais dispersa territorialmente” (LENCIONI, 2006, p. 49).

Segundo Silva (2006), o processo de metropolização faz parte do fenômeno urbano no Brasil, expressando quatro tendências importantes:

- 1- A involução metropolitana: os municípios das velhas metrópoles apresentam crescimento populacional menor do que o de outros municípios periféricos;
- 2- O crescimento de novas áreas metropolitanas nas quais há intensa mobilidade populacional no interior das áreas de aglomeração;
- 3- O espraiamento de algumas metrópoles, com o crescimento de alguns municípios periféricos, bem como também a incorporação de novos à Região Metropolitana; e
- 4- Metropolização marcada por novas direções, havendo uma seletividade social, ou seja, esses novos deslocamentos não se dão mais somente quando da busca de trabalho e moradia.

Diante disso, entendemos que o processo de metropolização apresenta características tais como: a expansão e a redefinição de novos núcleos, a seletividade residencial e o crescimento explosivo da periferia. Dessa forma, temos uma nova estruturação do espaço intrametropolitano, que vem a ser o espaço no qual se estruturam as áreas comerciais e de serviços e é onde se intensificam as interações entre o social e o espacial, pela relação entre produção, circulação e consumo (SANTOS, 1994).

**Tabela 03 – Metrôpoles e Regiões Metropolitanas Brasileiras
Evolução Populacional – 1940/2010 (Milhões de Habitantes)**

Região Metropolitana	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Belém	206	255	399	633	999	1.333	1.796	2.101
B. Horizonte	211	353	683	1.235	2.540	3.436	4.358	5.414
Curitiba	142	181	357	484	1.441	2.001	2.727	3.174
Fortaleza	180	270	507	520	1.580	2.269	2.985	3.615
P. Alegre	266	324	635	886	2.231	3.027	3.719	3.958
Recife	348	525	788	1.061	2.347	2.682	3.338	3.690
R. de Janeiro	1.764	2.378	4.862	6.719	9.014	9.815	10.894	11.835
Salvador	290	417	650	1.007	1.767	2.497	3.022	3.573
São Paulo	1.326	2.198	3.602	5.925	12.584	15.445	17.879	19.683

Fonte: Veloso (2009)
Atualização: Flávia Cavalcante

Dessa forma, temos um processo de metropolização imbricado à Região Metropolitana, porém com diferenças que devem ser destacadas. Entre elas, temos o fato de a metropolização propiciar uma dispersão geográfica (social e territorial) que ultrapassa o limite institucional das RMs, “dificultando” o reconhecimento de dinâmicas socioespaciais na metrópole.

Tratamos aqui da forma metropolitana e de seu processo de metropolização – destacando, quando necessário, o papel da RM -, pois ambos possibilitam um melhor reconhecimento e aproximação da dinâmica que estamos analisando, e não somente isso, mas também e, principalmente, pelo fato de se tratar de uma dinâmica socioespacial reconhecida no âmbito do processo de metropolização belenense, mas ainda não conhecida e plenamente justificada no âmbito da RMB.

Em se tratando da metrópole belenense, que se caracteriza, segundo o IBGE, como uma metrópole regional, temos alguns elementos comuns aos processos de metropolização ocorridos em outras regiões do País, como, por exemplo, a concentração populacional e a influência que exerce sobre o seu entorno imediato e também disperso no âmbito da rede urbana regional. Na verdade, o fenômeno da metropolização em Belém seguiu os mesmos padrões de crescimento urbano - ao redor das capitais estaduais - que o restante do País.

Segundo Trindade Jr. (1998), foi somente a partir da segunda metade do século XX que se pôde reconhecer um processo de metropolização em Belém. Este veio se consolidando nas décadas posteriores a 1960. Para o autor, o início desse processo em Belém se caracterizou pela “incorporação de cidades e vilas próximas a Belém, definindo uma malha urbana única, ainda que fragmentada” (TRINDADE JR, 1998, p. 01). Diante disso, o autor considera dois os períodos que marcaram o processo de metropolização de Belém: o primeiro se caracteriza por uma forma metropolitana concentrada; o segundo, por uma forma metropolitana dispersa⁹ e/ou fragmentada. O primeiro período era caracterizado pelo crescimento sempre maior da população em relação ao crescimento territorial urbano. Já o segundo período expressa “a exteriorização espacial de processos por meio de objetos ou conjunto ordenado de objetos (residências, indústrias, áreas de lazer, comércio etc.) no território” (TRINDADE JR, 1998, p. 23).

O processo de metropolização de Belém possui particulares características, marcadas por (re) estruturas, rupturas e alterações na organização espacial metropolitana. Em outras palavras, as redefinições internas ocorridas na metrópole acompanham as novas territorialidades surgidas a partir da expansão metropolitana. Ao encontro disso, Vicentini (2004) destaca que as metrópoles do terceiro mundo - aí incluídas as metrópoles amazônicas - caracterizam-se pela presença de um centro e de uma periferia, ambas concentrando um grande contingente populacional que vive nas metrópoles, mesmo sem ter direito a ela no que diz respeito à assistência de serviços básicos, como saúde, educação e emprego.

Sabemos que a grande especificidade do processo de urbanização brasileira, de sua concentração e de sua metropolização, é o ritmo de crescimento de municípios periféricos em detrimento do crescimento das capitais, fator comandado pelo crescimento populacional metropolitano, isto é, pelo aumento do número de habitantes vivendo em aglomerações metropolitanas.

Dessa forma, Trindade Jr. afirma que a metrópole belenense

⁹ O fator de importância fundamental que caracteriza a conformação espacial dispersa da metrópole belenense diz respeito à expansão/criação de novos espaços de assentamento fora da cidade de Belém.

se define pela existência ainda do primado metropolitano no contexto regional e pela primazia do núcleo metropolitano, responsável por conformar a metrópole dispersa. Portanto, o espaço metropolitano se desenvolve não só através de um maior adensamento, mas também se estendendo e se expandindo, configurando, portanto, a cidade dispersa. Aqui, os limites administrativos têm pouco a ver com a dinâmica socioespacial verificada (TRINDADE JR, 1998, p. 353).

A discussão feita a seguir parte de um entendimento acerca da noção de espaço relacional, buscando compreender como a metrópole e sua dinâmica se reproduzem num conjunto de relações, destacando a importância desse espaço no âmbito da configuração dos espaços metropolitanos, bem como o reconhecimento dessa categoria como válida para o desenvolvimento coerente de nossa pesquisa.

2.2 O ESPAÇO RELACIONAL: PONTO DE PARTIDA PARA A COMPREENSÃO DA METRÓPOLE

As definições e discussões acerca da metrópole e dos processos de metropolização feitas no subcapítulo anterior não pretendem seguir de forma isolada, pretendemos analisá-las sob a perspectiva do espaço relacional, visto que ele melhor se aproxima da realidade analisada. Para apreender o sentido dessa noção de espaço, procuramos aqui identificar de que forma ele se manifesta no âmbito do processo de metropolização.

Partindo da compreensão de que o espaço relacional é complexo, não homogêneo, descontínuo e completamente diferente do espaço físico, Harvey (1980) o caracteriza como uma relação entre objetos, que existe somente porque eles se relacionam e contêm relações. Temos agora questões de natureza socioeconômica sobre a superfície, ou seja, novos eventos e transformações estão ocorrendo nessa superfície. Talvez, por isso, o autor entenda que os processos sociais que ocorrem no e sobre o espaço não podem ser compreendidos sem uma apreciação da forma espacial, ou seja, o mais razoável é considerar o espaço como um sistema dinâmico e complexo, no qual a forma e o processo sociais interagem mutuamente. Essa interação entre forma e processos sociais só pode ser entendida pela relação entre o natural e o social ou vice-versa. Em outras palavras, o espaço relacional está “contido em objetos, no sentido de que um objeto existe somente na

medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos” (HARVEY, 1980, p. 05).

Com efeito, o domínio urbano se manifesta em toda uma série de relações sustentadas por elementos relacionais que asseguram a coesão da estrutura urbana. Esses elementos são: os transportes, a estrutura política e a dinâmica demográfica e econômica.

Não foi somente Harvey quem se debruçou em torno da análise sobre o espaço relacional, Santos (2009) também o fez. Para ele, o espaço relacional ganha sentido quando abarca

o movimento da sociedade como um todo: a natureza como corpo orgânico do homem; o homem como resultado das suas relações com outros homens e com a natureza; a produção como um dado fundamental das funções exercidas conjuntamente pela natureza e pelo homem, em um dado momento (SANTOS, 2009, p. 113).

O que podemos apreender das colocações acima diz respeito ao fato de que se torna indispensável relacionar os processos sociais às formas espaciais presentes no espaço. Nas palavras de Santos (2004), significa considerar o espaço

um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que permite, a um só tempo, trabalhar o resultado conjunto dessa interação, como processo e como resultado, mas a partir de categorias susceptíveis de um tratamento analítico que, através de suas características próprias, dê conta da multiplicidade e da diversidade de situações e processos (SANTOS, 2004, p. 64).

Entender o espaço relacional pela concepção explicitada acima, significa observar os processos, as relações e as necessidades (materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas) existentes entre os lugares do ponto de vista da produção de mercadorias relacionada à produção simbólica do e no espaço, pois essas condições relacionais se dão, sem dúvida, por intermédio do espaço.

É nesse sentido que Harvey (1980) nos fala de uma “consciência espacial” ou “imaginação geográfica”. Esta consciência

habilita o indivíduo a reconhecer o papel do espaço e do lugar; a relacionar-se aos espaços que ele vê ao seu redor, e a reconhecer como as transações entre os indivíduos e entre as organizações são afetadas pelo espaço que os separa. Isto conduz a reconhecer o relacionamento que existe entre ele e sua vizinhança, seu território (HARVEY, 1980, p. 15).

Em outro momento de seu raciocínio, o mesmo autor nos coloca a importância das atividades sociais. Segundo ele, cada atividade define seu espaço, isto é, só se pode entender o espaço social relacionando-o a alguma atividade social. Dessa forma, temos que este espaço, além de relacional, é também social no sentido de que cada indivíduo vive em sua própria realidade, construída por uma série de relacionamentos espaciais. Diante disso, possíveis descontinuidades podem vir a se manifestar no âmbito de estruturas sociais pré estabelecidas. Ora, sabemos que se, por exemplo, a estrutura espacial da rede de transportes for alterada, logo ocorrerão mudanças significativas em relação ao uso do solo, ou ainda, se surgir uma nova forma espacial de se comunicar, novas estruturas serão criadas para reforçar essa nova forma.

Sem dúvida, o caminho para compreender a dinâmica urbana e todas as estruturas provenientes dela passa pelo entendimento dos relacionamentos funcionais que ocorrem no âmbito dessa estrutura, bem como a forma espacial e o processo social que se configuram - independentes ou não - no interior dessa estrutura urbana. É essa discussão que faremos nos subcapítulos posteriores. Especificamente, utilizaremos as discussões feitas neste tópico, nos detendo, em especial, na importância do espaço relacional para a configuração dos espaços metropolitanos.

2.3 A CONFIGURAÇÃO METROPOLITANA FACE À DINÂMICA ATUAL DOS ESPAÇOS RELACIONAIS

A atual Região Metropolitana de Belém possui três características que se assemelham às demais RMs do País: a) é formada por mais de um município, o maior deles em área constituindo o centro da RM e lhe dando nome, no caso de Região Metropolitana de Belém; b) é objeto de programas idealizados em âmbito Federal e Estadual que utilizam normas e recursos, em sua maioria oriundos do governo federal; c) os recursos aplicados na RMB, assim como nas demais Regiões Metropolitanas brasileiras, não atendem às necessidades da área abrangida pela

RMB, apesar de os diversos serviços e necessidades serem de interesse coletivo, isto é, de toda a área da RM.

Sem dúvida, as funções centralizadas na metrópole fazem com que ela seja o centro de comando regional, econômico, financeiro, social, cultural e político da sociedade. Por conta disso, o espaço metropolitano de hoje é o centro que tem a função de expandir relações, bem como é uma importante e indispensável ponte de contato com realidades socioeconômicas externas, fatores que ultrapassam os limites da região metropolitana e até do próprio País. Como consequência, temos uma dinamização do processo de desenvolvimento e de inovações que condicionam os progressos tecnológicos e econômicos às mudanças sociais que os acompanham. Entretanto, por se tratar de uma região (metropolitana) que centraliza diversas funções e competências, ela também apresenta grandes problemas agravados pela grande concentração populacional presente nessas áreas metropolitanas. Vejamos alguns desses problemas:

- uso inadequado do solo urbano;
- saturação de recursos, como a água e a deterioração de espaços públicos; e
- demandas cada vez mais crescentes por investimentos em serviços urbanos (infraestrutura material).

Diante disso, é necessário que se reconheça a metrópole também como:

unidade que afirma a cidade em sua urbanidade e simultaneamente a nega em seus sentidos fundantes - conjunto de lugares e territórios que, uma vez postos, não podemos afirmar no singular, e sim como espaços complexos e múltiplos (OLIVEIRA, 2006, p. 59).

Outro aspecto importante que deve ser lembrado tem relação direta com a tendência atual de crescimento dos municípios periféricos da região metropolitana. Ora, tal inversão espacial ocorre pelos saldos migratórios negativos das capitais metropolitanas com os demais municípios formadores da RM das cidades, ou seja, há uma crescente saída de população das capitais em direção às periferias metropolitanas, fato observado desde a década de 1980. No caso de Santa Izabel, cerca de 43% das pessoas que habitam os espaços de assentamentos são provenientes do próprio município (interior ou outros bairros). O restante, 56%, são provenientes de outros municípios da RMB, de outros municípios do Estado do Pará ou ainda de outro Estado brasileiro segundo dados dos formulários aplicados nas

áreas de ocupação visitadas. O mais importante aqui é o fato de que há moradores oriundos de vários municípios da RMB, o que nos faz concluir que Santa Izabel funciona como município de anteparo às migrações para Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara e principalmente para Belém. Voltaremos a esses dados posteriormente.

Podemos elencar várias consequenciais desse processo. Uma delas é a busca por parte da população pobre de imóveis adequados ao seu nível de renda, isto é, uma mobilidade residencial que extrapola o limite das capitais em direção aos municípios metropolitanos vizinhos. A essa mobilidade residencial se somam a mobilidade pendular, pela qual a população metropolitana mais pobre se desloca diariamente em direção ao local de trabalho, consumo, educação e serviços, isto é, há uma mobilidade quase que diária da população entre os municípios metropolitanos e o núcleo central e/ou vice-versa. Todavia, outros segmentos da população - aqueles com níveis de renda mais elevados - também se têm deslocado espacialmente no sentido de trabalharem na capital da RMB e residirem nos municípios vizinhos, principalmente em condomínios fechados.

É o aglomerado metropolitano que permite a mobilidade residencial e pendular citada acima, pois envolve muito mais do que um processo de conurbação de municípios, ele é um território contíguo, sustentado por sistemas de transportes e comunicação, “com uma grande integração funcional e intensas redes de interações entre as cidades metropolitanas” (BRITO, 2000, p. 78). Entretanto, os aglomerados metropolitanos se fragmentaram socialmente, o que se reflete nos níveis de desigualdade presentes nas grandes cidades, principalmente no que diz respeito à intensa mobilidade residencial dos pobres em direção às periferias, à mobilidade pendular e à infraestrutura inadequada para atender às necessidades humanas essenciais.

Na verdade, temos um espaço urbano estruturado relacionalmente, onde o centro do aglomerado só se configura como tal devido à existência de uma periferia, isto é, o primeiro define o segundo e vice-versa. Diante disso, faz-se necessária uma análise mais complexa das novas funções metropolitanas, reconhecendo que o espaço só pode ser entendido pelas “relações sociais que marcam, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto

morfologicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos” (SANTOS, 2004, p. 96).

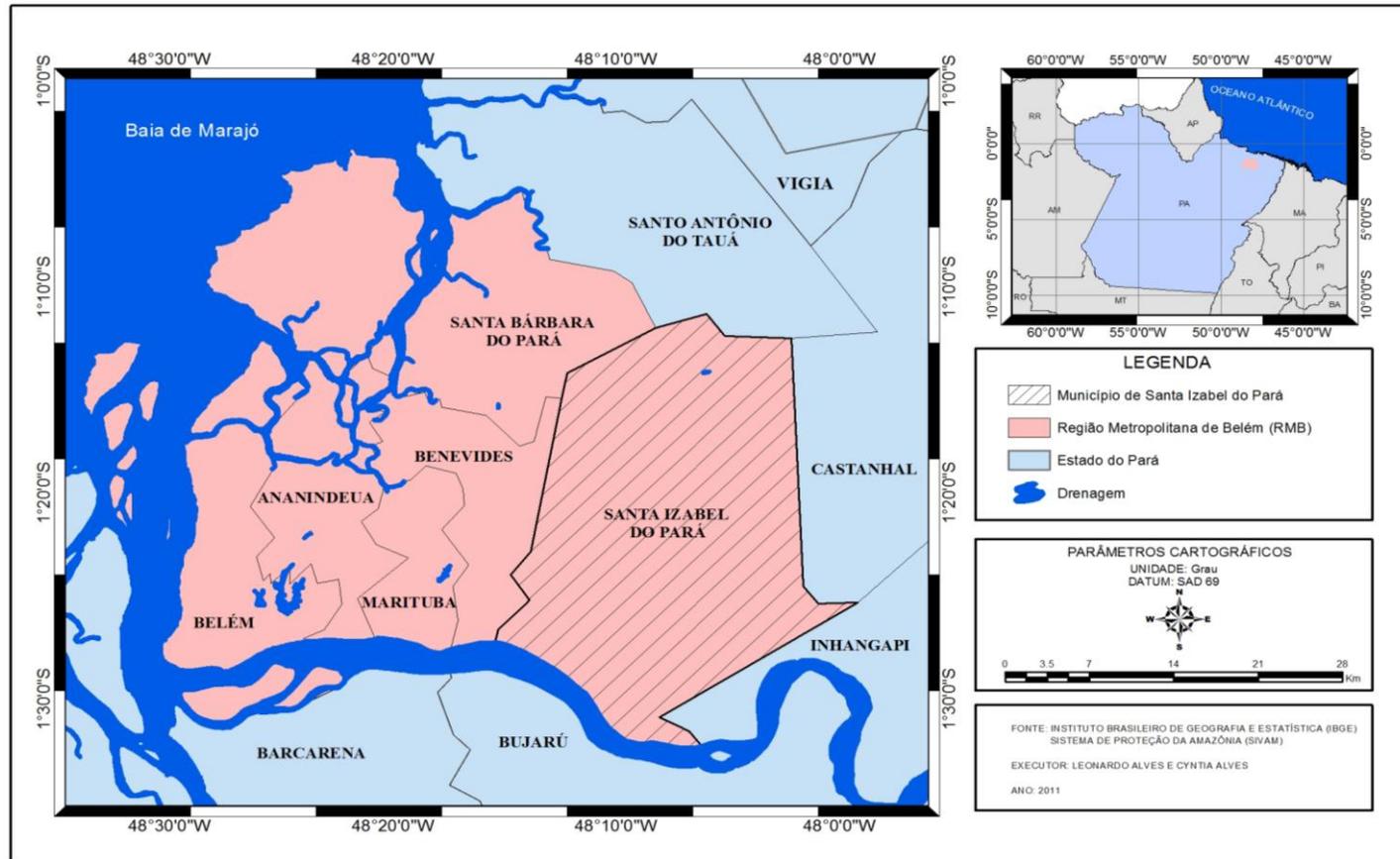
Diante disso, entendemos que esse espaço relacional deve sim ser apreendido como estruturador de realidades distintas e contraditórias, no interior das quais não podem existir objetos e relações tratados separadamente, pois esse espaço modifica e, ao mesmo tempo, recria as condições territoriais e sociais que não são constituídas apenas de morfologias, mas também de funcionalidades, de dinâmicas e de processos.

2.4 O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE BELÉM

Buscando compreender a metrópole no âmbito de um espaço urbano estruturado relacionalmente, temos especificamente a Região Metropolitana de Belém. Até 1995, a RMB era composta somente por dois municípios: Belém e Ananindeua. A partir daquele ano, a região metropolitana foi ampliada, passando a abarcar também os municípios de Benevides e Marituba, este último formalizado como município em 1991, quando de seu desmembramento do Distrito de Benfica, pertencente ao município de Benevides. Em 1996, uma nova incorporação foi realizada, a do município de Santa Bárbara do Pará, quando de seu desmembramento de Benevides. Recentemente, no dia 07 de abril de 2010, mais uma inclusão se concretizou depois de um ano e seis meses de espera, a do município de Santa Izabel do Pará¹⁰ (Mapa 02).

¹⁰ O Projeto de Lei foi aprovado, porém não sancionado pela governadora do Estado, Ana Júlia Carepa, quando apresentado a ela para apreciação, em 30 de setembro de 2008.

Mapa 02 – Região Metropolitana de Belém



Fonte: Base Cartográfica do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)
 Projeto Cartográfico: Leonardo Alves e Flávia Cavalcante

Satisfeito com a incorporação do município de Santa Izabel do Pará à RMB, o atual prefeito do município Marió Kató, mostra preocupação com a RMB como um todo. Para ele

o Estado precisa promover ainda toda sua reestruturação de serviços e distribuição geográfica também pra que o município de Santa Izabel possa ser incluído definitivamente na área metropolitana. Temos a lei, agora precisamos o fato acontecendo realmente (Marió Kató, Prefeito de Santa Izabel do Pará, Médico, dez. 2010).

Apesar do que foi dito pelo prefeito de Santa Izabel, sabe-se que o primeiro passo é a inclusão, somente após isso deverão ser definidas políticas metropolitanas pensadas também para o município, visto que ele traz novas demandas para a RMB como um todo.

Já no final da década de 1980, observa-se um crescimento populacional em direção aos municípios de Marituba e Benevides. No município de Santa Bárbara do Pará, tal crescimento só passa a ser visualizado nos anos 1990; já em Santa Izabel, o acréscimo populacional passa a ser observado a partir dos anos 2000, quando este município ainda não integrava a RMB, passando a se intensificar ainda mais a partir do ano de 2004. De fato, quando da aplicação dos formulários nas áreas de ocupação, constatamos que 10% das pessoas que residem nesses espaços habitavam anteriormente outros municípios da RMB (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara).

O que podemos observar é que as várias redefinições dos limites municipais da RMB fazem parte do novo processo político e econômico que envolve a criação de novos municípios no Brasil e, principalmente, na região Norte. Segundo Lima (2007, p. 146), “particularmente na Amazônia, a formação de novos municípios tem sido utilizada como estratégia política para reforçar a presença do poder público na região”. Sem dúvida, a expansão dos limites da RMB reflete muito mais do que seu processo de metropolização, ela envolve diversas articulações e contradições que se estabelecem em nível local, sendo, porém, comandadas por uma ordem estrutural que vem direcionando o processo de urbanização local e nacionalmente.

No caso da Amazônia, e mais especificamente da Região Metropolitana de Belém, o processo de metropolização se caracteriza pela seletividade de áreas residenciais, pelo crescimento explosivo de periferias populares e, principalmente,

pela constituição de novas territorialidades no interior do espaço metropolitano a partir da

expansão dos limites territoriais da área metropolitana e da presença na aglomeração de uma numerosa população de pobres. Na configuração da forma metropolitana dispersa presente hoje no espaço belenense, o papel das redes de articulação por parte dos agentes urbanos se mostra decisivo para a compreensão da dinâmica urbana, pois o espaço que se conforma é produto, condição e meio dessas redes. Há, portanto, não só uma relocação dos assentamentos urbanos - das baixadas para o subúrbio - resultando em uma nova forma-conteúdo do espaço metropolitano, como também a existência de uma estratégia de organização espacial que se coloca como meio e condição para a reprodução das formas recentes de apropriação diferenciada desse espaço, daí a configuração de novas territorialidades (TRINDADE JR., 1998, p. 47)¹¹.

Sem dúvida, a concentração populacional nas cidades a partir da década de 1960 deu início ao processo de metropolização. A partir daí, observa-se então uma expansão do espaço metropolitano para além da capital, isto é, em direção à periferia em expansão, isto porque a dispersão da metrópole ultrapassa os limites administrativos, levando em consideração o conteúdo que irá definir o espaço como metropolitano, isto é, conteúdos de reprodução material e social (LENCIONI, 1991). Diante disso, é possível pensar que os municípios integrantes da RMB (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará) e os que não o são (Castanhal e Barcarena), encontram-se profundamente ligados em termos socioeconômicos à capital Belém.

O prefeito de Santa Izabel, Marió Kató, justifica a importância do município de Santa Izabel para a RMB, e não somente desse município, mas também dos Municípios de Castanhal e Barcarena. Segundo ele,

Belém cresceu, Belém é cercada de rios, por uma baía, e, do outro lado, Ananindeua. Ananindeua trava o crescimento de Belém. Ananindeua explodiu, cresceu demais e tá empurrando essa urbanização para Marituba e de Marituba vem seguindo pela BR. Vem seguindo a parte de industrialização da área metropolitana e que não tem alternativa do que chegar a Santa Izabel. Do outro lado, nós temos Castanhal, um município que prosperou de maneira rápida, que hoje já contempla aí quase 160 mil habitantes e que também tem um distrito industrial razoável. Eu digo que daqui mais algum tempo Castanhal vai tá envolvido nisso tudo. Eu diria que Barcarena não foi incluída hoje porque tem uma baía que interfere nisso, que dificulta o trânsito. Mas se fizesse uma ponte ligando

¹¹ As baixadas se caracterizam como áreas alagadas e/ou alagáveis que se tornaram espaços segregados e de moradia da população de baixa renda. Já os subúrbios constituem novos espaços de assentamentos residenciais populares que passam a receber a população “expulsa” das baixadas (TRINDADE JR., 1998).

direto Belém a Barcarena eu te garanto que o município de Barcarena seria muito maior, até porque Barcarena é um município próspero, é um município de recursos, que tem um grande parque industrial e, com certeza, se tivesse um acesso mais rápido que não seja por balsa ou pela alça viária teria um fluxo muito maior (Marió Kató, Prefeito de Santa Izabel do Pará, Médico, entrevista realizada em 01/12/2010).

A dinâmica econômica imprimida à região Amazônica a partir da implantação das rodovias foi responsável por redefinir o espaço regional e urbano amazônico; tal fator foi um dos que influenciaram o processo de metropolização de Belém. A fase primeira da metropolização

se inicia ainda na década de sessenta e ... se consolida nas décadas seguintes e ... pressupõe a incorporação de cidades e vilas próximas a Belém, definindo uma malha urbana única, ainda que fragmentada. Ela faz parte de um momento em que a região amazônica passa a vivenciar as transformações decorrentes de sua efetiva integração econômica ao Nordeste e ao Centro-Sul do País - tendo como um dos marcos desse processo a inauguração da Rodovia Belém-Brasília - e cujas repercussões se traduziram de maneira decisiva no plano de sua configuração espacial (TRINDADE JR., 1998, p. 03).

O autor supracitado afirma ainda que a metropolização belenense foi definida em dois momentos. O primeiro deles foi constituído por uma forma metropolitana compacta; já o segundo, definido por uma forma metropolitana dispersa. É o segundo momento que marca o período atual do processo de metropolização, pois, “recentemente, as tendências à dispersão começam a se impor e atingem parcela cada vez mais importante dos fatores, distribuídos em áreas mais vastas e lugares mais numerosos” (SANTOS, 1994, p. 89).

Para a compreensão do processo de metropolização em sua atual conformação dispersa, é necessário entender a dinâmica socioespacial metropolitana em sua totalidade de relações. Nas palavras de Harvey (1980, p. 43), “pressupõe a compreensão do espaço como elemento que contém e está contido num conjunto de relações (espaço relativo) e que só pode ser entendido pela relação que estabelece com os demais espaços (espaço relacional)”.

Trindade Jr. (1998) destaca ainda a verticalização como outro importante elemento a ser considerado no processo de metropolização de Belém, pois ele propiciou uma dispersão horizontal em direção às rodovias, dispersão esta que vem se consolidando desde a década de sessenta.

Dessa época para cá foram, aproximadamente, um milhão de pessoas que passaram a incrementar a dinâmica do espaço urbano de Belém. Num primeiro momento do processo de metropolização, grande parte desse contingente se concentrou nas áreas centrais da metrópole, em espaços sem infraestrutura e de péssima qualidade ambiental, as chamadas áreas de baixadas. Mais recentemente, esse segmento da população urbana passou a ocupar efetivamente a periferia distante, anexando de maneira definitiva à malha urbana os espaços de outros municípios até então considerados rurais (TRINDADE JR., 1998, p. 06).

O que foi destacado na citação acima vem comprovar a dinâmica atual de expansão residencial em direção a outros municípios pertencentes à RMB, isto é, novos espaços de assentamento, característicos da ampliação do espaço metropolitano.

De fato, é inegável que a expansão do espaço metropolitano de Belém bem como a constituição de novos espaços periféricos para além dos limites institucionais tenham levado a uma redefinição dos limites da RMB, sendo que, atualmente, novas discussões têm sido feitas com o propósito de incorporação de outros municípios à Região Metropolitana de Belém, quais sejam: Castanhal, Barcarena e Abaetetuba¹². Isto porque o processo de metropolização envolve mudanças cotidianas por parte dos agentes envolvidos, bem como modifica os espaços de atuação e relação deles. Tais fatores nos levam a refletir sobre a necessidade de serem analisados os processos de metropolização ora em curso no espaço metropolitano belenense e em sua área de influência imediata.

A partir do que foi exposto acima, entendemos que o fato de a periferia estar se expandindo - a ponto de ultrapassar os limites institucionais da RMB - justifica a necessidade de pensar em uma nova redefinição para os limites da Região Metropolitana de Belém. É essa configuração espacial que estabelece as várias relações que se dão na totalidade do espaço urbano, bem como marca seu processo de metropolização a partir das rupturas e alterações verificadas no espaço belenense e arredores.

¹² O Projeto de Lei Complementar de junho de 2008, de autoria do Deputado Estadual Manoel Pioneiro (PSDB), que amplia a área de expansão da RMB, está passando a incluir também os municípios de Castanhal, Barcarena e Abaetetuba.

3. PENSANDO O ESPAÇO METROPOLITANO A PARTIR DA ECONOMIA POLÍTICA DA CIDADE E DA PERSPECTIVA INTRAURBANA

Este capítulo se destina a entender o espaço metropolitano a partir da economia política da cidade e da perspectiva intraurbana. Nesse sentido, fez-se necessário uma análise acerca dos conceitos de economia política da urbanização e economia política da cidade, demonstrando a importância de ambas para se compreender a urbanização. Entretanto, damos especial destaque à economia política da cidade, pois é a cidade que assume posição central nessa discussão. Posteriormente, discutimos a noção de espaço intraurbano, que se torna relevante, pois nos possibilita a compreensão da metrópole a partir de sua dinâmica socioespacial, bem como também nos permite reconhecer e caracterizar o espaço intrametropolitano belenense.

3.1 ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO E ECONOMIA POLÍTICA DA CIDADE

A economia política, conforme nos aponta Santos (2009), é o caminho fundamental para se compreender a urbanização, pois além de propiciar a compreensão da circulação de homens e ideias, viabiliza também o entendimento da circulação de produtos e de mercadorias.

Enquanto a economia política da urbanização levaria em conta uma divisão social do trabalho, que dá, com a divisão territorial do trabalho, a repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens na superfície de um País, a economia política da cidade seria outra coisa diferente, porque seria a forma como a cidade, ela própria, se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade (SANTOS, 2009, p. 114).

Apesar da distinção descrita acima, hoje é quase impossível não nos confundirmos em relação aos aspectos que caracterizam a economia política da urbanização e a economia política da cidade, pois ambos se entrelaçam e se completam no espaço metropolitano. Entretanto, é a cidade que assume papel central nessa economia, pois, “quanto mais os territórios são cortados por estradas, tanto mais a produção e os homens se concentram em poucos lugares. A cidade é

um grande meio de produção material e imaterial, lugar de consumo, nó de comunicação” (SANTOS, 2009, p. 114).

Diante disso, compreendemos que é inegável a complementaridade e/ou inseparabilidade entre a economia política da urbanização e a economia política da cidade, pois, apesar de serem analiticamente distintas, a urbanização também é um fenômeno espacial, e não somente social, político e econômico (SANTOS, 2009).

Apesar da relação de complementariedade entre economia política da urbanização e economia política da cidade, o autor supracitado demonstra a importância de se compreender o espaço intraurbano a partir de uma economia política da cidade.

A análise de uma cidade do ponto de vista da economia política supõe também que fatores estratégicos sejam levados em conta, o que permite identificar melhor o lugar real de cada agente ou grupo de agentes, cada ação ou grupo de ações, no processo de desenvolvimento urbano, a cada momento da história (SANTOS, 1994, p. 119).

A compreensão do espaço urbano deve passar pelo âmbito da economia política, ao mesmo tempo em que ela deve avançar para além da divisão do trabalho e da relação entre capital e trabalho, incorporando novas categorias,

como a questão do meio ambiente construído e da socialização capitalistas, que projetam uma nova luz sobre os temas clássicos e exige a inclusão de outras problemáticas, como a da convivência, na cidade, de diversos subsistemas capitalistas e a emergência de novas contradições com a globalização das metrópoles (SANTOS, 1994, p. 120).

No âmbito de nossa discussão, é a economia política da cidade que nos leva ao entendimento da relação existente entre a cidade-núcleo e sua área de influência em um contexto metropolitano, possibilitando analisar a forma como Santa Izabel se insere na dinâmica urbana de Belém, de modo a fazer parte de sua forma e organização, reconhecendo a dinâmica socioespacial existente entre o núcleo central metropolitano e Santa Izabel do Pará. E mais, a economia política da cidade nos leva a identificar como os atores envolvidos nessa relação interagem diante dessa dinâmica que faz com que o núcleo central metropolitano ainda seja o mais procurado pela população izabelense, principalmente na busca por emprego e saúde.

O que buscamos aqui é reconhecer a dinâmica socioespacial izabelense no âmbito da sua relação com os demais municípios da metrópole belenense,

relação essa na qual o núcleo metropolitano se constitui como nó de comunicação que converge para si as necessidades de seu entorno; convergência esta facilitada por uma rede de transportes relativamente bem estruturada, fator que intensifica as relações intrametropolitanas, ao mesmo tempo em que estas mesmas relações facilitam a permanência de um elevado grau de dependência de Santa Izabel do núcleo metropolitano de Belém¹³, em relação, principalmente, a emprego e saúde, ambos já citados anteriormente.

3.2 DISCUTINDO A NOÇÃO DE ESPAÇO INTRAURBANO

Em se tratando da organização do espaço urbano amazônico, temos clareza da importância da discussão em torno do espaço regional e do espaço intraurbano. O primeiro, muito mais para se compreender a relação da metrópole com a região, e o segundo, para a compreensão da metrópole a partir de sua dinâmica socioespacial intraurbana, isto é, diz respeito à estrutura interna da cidade. É essa dinâmica que interessa para a análise aqui proposta, já que trataremos da relação entre o núcleo central metropolitano e o município de Santa Izabel do Pará e vice-versa.

Uma das justificativas do Projeto de Lei que pediu a incorporação do município de Santa Izabel do Pará à RMB diz respeito ao intenso deslocamento de pessoas – para trabalhar e/ou estudar – do município em direção ao centro da RMB, isto é, temos, claramente, um espaço intraurbano estruturado a partir também do deslocamento contínuo e diário de pessoas, seja na forma da mercadoria força de trabalho (deslocamento casa-trabalho), seja na qualidade de consumidores (reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola etc.), o que caracteriza o poder atrativo do núcleo metropolitano para a maior parte dos deslocamentos oriundos de Santa Izabel. Nas palavras do idealizador do Projeto de Lei, outros fatores foram levados em consideração no momento da elaboração do projeto.

¹³ Esse grau de dependência também será verificado para o município de Castanhal.

Além da própria questão geográfica, também essa dependência da população com muitos serviços que são existentes em Belém. A questão de educação, questão de emprego, deslocamento já considerado, principalmente de Santa Izabel pra Belém, mas também de Belém e dos outros municípios pra Santa Izabel. A proximidade, as questões na área da saúde, a questão das ligações culturais, das ligações econômicas e das ligações do dia a dia da população. Santa Izabel, um pouco diferente ainda de Benevides e Marituba, já começa a ser também uma cidade dormitório. Há um fluxo diário muito grande de pessoas vindas de Santa Izabel pra Belém pra estudar, pra trabalhar, pra vir atrás de atendimento na área da saúde e também já o início de fluxo de Belém pra Santa Izabel, de Benevides pra Santa Izabel. Temos gente hoje que mora em Benevides e trabalha em Santa Izabel, Marituba, Ananindeua, enfim (César Colares, Ex-Deputado Estadual, Advogado, entrevista realizada em 21/10/2010).

Com a efetiva inserção deste município na RMB, essa dinâmica tende a permanecer e mesmo a se intensificar, dependendo das políticas a serem implementadas.

A organização intraurbana é resultado de fatores ligados à formação da paisagem, malha de ruas, arquitetura, às lógicas de produção do espaço urbano e de distribuição da população, dos serviços e da infraestrutura, bem como aos padrões de apropriação, uso e ocupação do solo. Deste modo, tal organização pode ser entendida em razão de atributos físicos e morfológicos, associados à dinâmica política, socioeconômica e até mesmo cultural, que induzem e são induzidas pela valorização diferenciada do espaço, ações, interesses e conflitos pela apropriação da cidade (CARLOS, 1992, p. 124).

Sem dúvida, o poder de atração exercido pelo núcleo metropolitano belenense se justifica pelo fato de este concentrar as melhores oportunidades nas áreas comerciais e de serviços, mas também pelo fato de que, do ponto de vista da comunicação, os custos nesse espaço são praticamente os mesmos à exceção das tarifas de telefonia que ainda são mal definidas no âmbito da RMB. Segundo César Colares, que elaborou o projeto de lei para a inclusão do município de Santa Izabel do Pará na RMB,

existe uma questão que até hoje não se conseguiu definir. A título de exemplo: a tarifa de telefone. Existem pessoas, e eu sempre defendi isso, entendendo que, se tá na Região Metropolitana, a tarifa deveria ser única. Tanto que Belém, Ananindeua e Marituba é tarifa urbana, quando passa pra Benevides já é uma tarifa diferenciada, já é um DDD e, principalmente, entre Marituba e Benevides há algumas coisas assim muito até engraçadas. Eu conheço uma empresa que fica no limite do município de Marituba e Benevides e na mesma empresa tem dois telefones, um de Marituba e outro de Benevides. Então na mesma sala tem dois telefones, se ele ligar pro telefone que é de Marituba “pro” de Benevides, que tá na mesma sala, ele vai pagar interurbano. Isso nunca avançou a despeito de algumas iniciativas do atual prefeito de Benevides. Antes de ser prefeito, quando era vereador,

brigou muito por isso. Eu, ainda como deputado, cheguei a demandar várias vezes às empresas de telefonia, mas não consegui levar adiante (César Colares, Ex-Deputado Estadual, Advogado, entrevista realizada em 21/10/2010).

O mesmo problema, talvez até pior, acontece no caso dos transportes, pois os custos são distintos, dependendo do município para o qual se está deslocando no interior da RMB¹⁴, conforme argumenta o proponente do projeto de inclusão de Santa Izabel à Região Metropolitana de Belém:

O transporte, eu acho que hoje é um dos maiores problemas da Região Metropolitana. Como não existe um planejamento integrado isso causa problemas pra Belém mesmo, porque o ônibus de Santa, Izabel, ele vem de lá entra em Belém. Belém talvez não saiba nem quantos ônibus vêm por dia, quantas viagens são, não consegue planejar o seu trânsito. Não existe, por exemplo, um órgão que cuide do transporte da Região Metropolitana toda. Cada município cuida do seu, só que a competência do município é pra cuidar do seu transporte interno. O ônibus que circula só dentro de Ananindeua esse é e vai continuar sendo responsabilidade da prefeitura de Ananindeua, mas o ônibus que vem de Ananindeua pra Belém ele não pode ser responsabilidade só de Ananindeua nem só de Belém, tem que ser metropolitano. E não existe esse órgão e, principalmente Santa Izabel, no caso do transporte. Do meu transporte, do meu município eu que cuido, mas o transporte que é do meu município e do outro tem que ser cuidado por ambos. E o Estado tem um papel fundamental de participar disso. Até porque há ações do Estado que têm que ser feitas em conjunto dentro da Região Metropolitana também com a própria participação dos municípios. Não existe uma ordem de serviço coletiva do transporte e você fica em dúvida, se o ônibus é multado, pra quem vai a multa, se ele é multado pra Belém, pra onde vai o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores).

Hoje existe muito transporte alternativo sem controle, o que não se discute. Então eu te diria que tá numa situação muito difícil, tá solto, tá tudo solto (César Colares, Ex-Deputado Estadual, Advogado, entrevista realizada em 21/10/2010).

Para o Prefeito de Santa Izabel do Pará, o problema das tarifas de transporte urbano na RMB é mais problemático do que parece. Para ele,

... esse é um ponto polêmico. O grande problema das tarifas é a distância. Então, quando você percorre uma longa distância sem a subida e descida de passageiros, a empresa de ônibus acaba não aguentando a despesa que isso vai gerar. Então isso tem que ser bem estudado porque é interessante pra população um preço equivalente ao de Belém, mas tem que ter empresas que garantam o serviço, porque se o preço ficar o preço que é da metropolitana, o que é de Belém, com uma distância um pouco maior, talvez essas empresas não aguentem fazer o serviço ou façam um serviço de péssima qualidade, de estrutura de ônibus ruins, porque não

¹⁴ Ainda não existem acordos de cooperação interinstitucional ou de integração intergovernamental no que tange à política de mobilidade e transportes que regem a RMB para a implantação de tarifas módicas ou subsídios de outra natureza.

conseguem dar manutenção boa, porque o preço das passagens é muito baixa. Então isso tem que ser bem visto, bem estudado. Não posso dizer que sou contra ou a favor porque eu não posso ser a favor de uma coisa que se eu for pelo lado do usuário mas sou contra pelo lado do empresário, porque nós já tivemos uma empresa aqui que fazia o preço igual ao de Belém e que ela quebrou, o que deixou um caos aqui de transporte rodoviário e a gente não quer que isso aconteça mais. Então tem que ser usado um preço compatível com a distância e com o fluxo de passageiros (Marió Kató, Prefeito de Santa Izabel do Pará, Médico, entrevista realizada em 01/12/2010).

Temos, dessa forma, um espaço intraurbano estruturado a partir do deslocamento de pessoas para diversos fins em direção ao núcleo da RMB, por ela concentrar maiores possibilidades para a população izabelense suprir suas necessidades, tendo para isso que se deslocar através de uma rede de transportes precária, mas relativamente bem estruturada que viabiliza sobremaneira tais deslocamentos.

Segundo Villaça (2001), temos no espaço intraurbano uma dinâmica de interação entre o social e o espacial, a partir da articulação entre produção, circulação e consumo.

Entendemos que se a reprodução da força de trabalho é um aspecto estruturador do espaço intraurbano, logo, subentende-se a necessidade de existência de uma rede de infraestrutura (saneamento, pavimentação, energia, etc.), bem como da possibilidade de acesso das pessoas - através dos transportes - aos locais de trabalho, serviços e lazer. Ora, “mesmo não havendo infraestrutura, uma terra jamais poderá ser considerada urbana se não for acessível - por meio do deslocamento diário de pessoas - a um contexto urbano e a um conjunto de atividades urbanas, e isso exige um sistema de transporte de passageiros” (VILLAÇA, 2001, p. 23).

Diante disso, a análise que nos propomos fazer visa a compreender o espaço intraurbano, melhor dizendo, intrametropolitano, que é o que mais se aproxima da realidade que pretendemos discutir, pois uma das variáveis consideradas aqui será a de deslocamento populacional (casa-trabalho, casa-compras, casa-saúde), assim como também consideraremos as interações entre o social e o espacial, a partir da articulação entre produção, circulação e consumo,

visto que essa articulação se intensifica no espaço intraurbano e também no espaço regional.

Além da direta interligação com os outros municípios da RMB, Santa Izabel tem o transporte como principal facilitador dessa ligação, pois possibilita a mobilidade da força de trabalho e também do consumo no espaço caracterizado como intraurbano.

Diante disso, entendemos que o processo de reestruturação do espaço intraurbano ocorre no âmbito da questão da mobilidade populacional tanto na forma de uma população consumidora, como também na forma de mercadoria força de trabalho, pois ambos os processos, de produção e de consumo implicam a estrutura do espaço intraurbano (VILLAÇA, 2001). Deve-se deixar claro, ainda, que a compreensão do espaço intraurbano deve considerar a localização dos elementos na estrutura desse espaço, bem como a correlação existente entre esses elementos e os demais que se fazem presentes no centro das metrópoles. Na verdade, o que interessa explicar é de que forma uma estrutura urbana se transforma e se relaciona com os vários elementos presentes no espaço urbano.

3.3 PENSANDO O ESPAÇO INTRAMETROPOLITANO BELENENSE

A RMB foi institucionalizada em âmbito estadual pela Lei Complementar nº 027, de 19 de outubro de 1995, ainda sem a inclusão do município de Santa Izabel do Pará, incorporado somente em abril de 2010, por meio da Lei Complementar nº 02/2001, de 02 de setembro de 2008, conforme já foi mencionado.

Nesse sentido, atualmente a RMB é constituída por seis municípios (Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara, Benevides e Santa Izabel do Pará) que juntos possuem uma população superior a 2 milhões de habitantes distribuída em uma área de 2.536,888 km², com uma densidade populacional de 851,90 hab/km² (Tabela 04).

Tabela 04 – RMB: Informações Gerais Sobre os Municípios Formadores

Município	População	Ano de Instalação do Município	Área (Km²)	Densidade Populacional
Belém	1.392,031	1616	1070,1	1.196,7 hab/km ²
Ananindeua	471.744	1943	191,4	2.056,3 hab/km ²
Marituba	108.251	1993	109,1	682,2 hab/km ²
Benevides	51.663	1961	177,7	200,0 hab/km ²
Santa Bárbara	17.154	1997	279,4	40,7 hab/km ²
Santa Izabel	59.476	1934	717,6	83,2 hab/km ²

Fonte: IBGE (2010)

Adaptação e Organização: Flávia Cavalcante

Já no final da década de 1980, o crescimento urbano da RMB passa a se expandir em direção aos municípios de Marituba e Benevides. Tal crescimento só atingindo os municípios de Santa Bárbara e Santa Izabel do Pará em 1990, ambos ainda muito dependentes do núcleo central da RMB (Belém) no que diz respeito a emprego e serviços públicos, principalmente pelo fato de sua ocupação ter sido marcada por características rurais (LIMA, 2007).

Um panorama geral dos municípios constituintes da RMB mostra uma alta concentração de população em Belém, cada vez mais localizada na direção do vetor de crescimento de Ananindeua, e uma transformação do solo rural em urbano nos demais municípios integrantes (LIMA, 2007, p. 173)

A grande importância voltada para as metrópoles e para suas cidades-centro leva, conseqüentemente, a uma redefinição de seus núcleos centrais, a uma crescente seletividade no uso residencial do solo e, principalmente, à expansão de periferias populares no interior do espaço metropolitano. Tal processo configura, segundo Trindade Jr. (1998), a forma metropolitana dispersa¹⁵. Diante disso, a compreensão dessa dispersão metropolitana é indispensável para o entendimento da dinâmica urbana do espaço belenense, bem como da organização e apropriação diferenciada desse espaço.

¹⁵ Para o mesmo autor, essa forma espacial “não é definida simplesmente pela ação de agentes locais. Sua gênese tem um significado mais amplo que tem a ver com o esquema de reprodução social capitalista, que pressupunha a existência da metrópole como condição à realização do padrão urbano-industrial, responsável por fazer do espaço uma força produtiva importante para o processo de reprodução do capital no território brasileiro” (TRINDADE JR., 1998, p. 355).

Trindade Jr. (1998) propõe alguns direcionamentos no sentido de iniciar um entendimento na busca de respostas para a atual dinâmica de dispersão metropolitana. Para ele, a dispersão residencial que hoje configura a escala intraurbana, leva a um processo de reestruturação¹⁶ que visa não somente a se apropriar do solo urbano, mas também a segregar socialmente determinados espaços que foram estimulados a crescer econômica e demograficamente, dentro e fora dos limites metropolitanos.

A nova configuração metropolitana institucionalizada é também uma consequência dessa dinâmica vivenciada pelo espaço metropolitano de Belém, que conformou um padrão de organização espacial disperso e que teve nos novos espaços de assentamentos e nas estratégias dos agentes a eles ligados um fator de importância fundamental (TRINDADE JR., 1998, p. 349).

Diante disso, uma das questões centrais na análise do espaço intraurbano é, sem dúvida, a mobilidade, isto é, o movimento de pessoas que se deslocam no espaço urbano, lembrando que esse deslocamento populacional é na esfera do consumo de bens e serviços, ou seja, casa-trabalho, casa-compras, casa-lazer etc.

Não podemos, entretanto, negligenciar a importância da economia política da urbanização, da qual nos fala Santos (1994), no espaço regional amazônico, pois ela também está presente no atual formato da área metropolitana de Belém, isto porque, apesar de o processo de metropolização de Belém ter sido marcado por reestruturações - que ainda hoje se fazem presentes - e rupturas na escala regional, é o centro metropolitano que ainda predomina. Por outro lado, a análise intraurbana, do ponto de vista de uma economia política da cidade, demonstra que o espaço metropolitano se desenvolve não somente através da concentração, mas também e, principalmente, de sua expansão para além dos limites administrativos pela relação existente entre lugar de produção, de circulação e de consumo. Aqui, o que se considera é a intensidade de relações existentes entre o núcleo central metropolitano e seus espaços de influência direta.

¹⁶ “As diretrizes do processo de (re) estruturação metropolitana são definidos pelos agentes hegemônicos da produção social do espaço, mas concorrem para essa conformação os demais agentes locais” (TRINDADE JR., 1998, p. 357).

De fato, não se pode compreender a reestruturação do espaço intraurbano sem considerar as redefinições espaciais e territoriais sofridas pela metrópole, isto é, faz-se necessário analisar o urbano pelas várias relações que seus diversos agentes estabelecem com o espaço metropolitano. É exatamente sobre isso que trataremos no próximo capítulo. Inicialmente discutiremos a configuração dos territórios formais e não-instituídos no interior do espaço metropolitano belenense. Para tanto, passamos - num primeiro momento - pela discussão acerca do território a partir de uma perspectiva relacional. Posteriormente, analisamos a configuração dos territórios instituídos e não-formais no âmbito do processo de reestruturação metropolitana do espaço belenense, buscando reconhecer se de fato Santa Izabel do Pará configura um novo espaço de assentamento da RMB. Posteriormente, descreveremos a relação existente entre o surgimento do município de Santa Izabel do Pará no âmbito da construção da estrada de ferro de Bragança. Em seguida, analisamos a relação de dependência do município de Santa Izabel do núcleo central metropolitano no que diz respeito a serviços como educação, saúde e emprego.

4. A INSERÇÃO DE SANTA IZABEL DO PARÁ NA ESTRUTURA METROPOLITANA DE BELÉM

Este capítulo apresenta e discorre acerca propriamente de nossa área de estudo. Num primeiro momento, identificamos a presença de diferentes territorialidades no âmbito do processo de reestruturação urbana do espaço metropolitano de Belém. Posteriormente, apresentamos nossa área de estudo, bem como descrevemos seu processo de surgimento e estabelecimento na condição de município. Por fim, apresentamos os aspectos referentes ao processo de urbanização do município de Santa Izabel do Pará, mostrando que este é uma expressão do processo de metropolização, pois entre outras coisas, o município vem apresentando um expressivo crescimento de suas áreas de ocupação.

4.1 A FORMAÇÃO DA METRÓPOLE DISPERSA: DOS TERRITÓRIOS FORMAIS AOS NÃO-INSTITUÍDOS

Assim como a abordagem sobre o conceito de espaço foi necessária anteriormente, neste momento o de território também o é. O conceito de território há muito não abrange somente seu caráter absoluto, isto é, como uma base material/física, dissociada da dinâmica temporal. Sendo assim, tem-se a necessidade de abordar o território sob uma perspectiva relacional, inserida num contexto de relações sociais e históricas. Se analisado dessa forma, o território pode ser entendido pela complexa relação entre o espaço material e os eventos que ocorrem nesse mesmo espaço. Para Haesbaert (2004), a análise relacional do território permite compreendê-lo para além de definições acerca de enraizamento e/ou fronteira.

Ora, se o território não representa fechamento, podemos então entendê-lo na qualidade de movimento, fluxo¹⁷. Entretanto, a territorialidade humana, para ser reconhecida, necessita estar amparada juridicamente, apesar de, segundo Sack (1986), existirem diversos tipos de territorialidades, de acordo com a acessibilidade

¹⁷ “Para uns, o território é construído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, em nível predominantemente local, para outros, ele interessa como articulador de conexões ou redes de caráter global” (HAESBAERT, 2004, p. 97).

das pessoas aos diversos objetos e relações. Em outras palavras, é uma relação de poder que visa a controlar, diferenciar e, de alguma forma, classificar os indivíduos e os grupos sociais.

A criação de novos recortes territoriais também se faz presente hoje no território nacional - seja na forma de novos estados, municípios ou regiões - e representam nada menos do que a prática do exercício de poder na busca pela legitimação de determinadas identidades, isto é, a criação de novos recortes territoriais pode legitimar representações já existentes, ao mesmo tempo em que permite a criação de novas representações.

Assim, podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, como mediação espacial do poder resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política (HAESBAERT, 2004, p. 93).

Na verdade, os territórios que “ultrapassam” delimitações e fechamentos configuram o que o autor supracitado chama de territórios descontínuos, isto é, fragmentados, superpostos, isso porque, para ele, “um território, antes de ser uma fronteira, é primeiro um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários” (HAESBAERT, 2004, p. 280).

No caso dos territórios configurados no interior do espaço metropolitano, podemos entendê-los aqui pela relação entre os vários agentes presentes no urbano e o espaço, na busca por garantir espacialidades específicas. Sendo assim, podemos dizer que o espaço metropolitano comporta diversas territorialidades, posto que em seu interior convivem diversos agentes, práticas e interesses.

A dispersão configura parcialmente a presença dessas várias territorialidades no espaço urbano de Belém, a partir de seu processo de metropolização:

A dispersão desses assentamentos e a conseqüente reestruturação metropolitana é produto de uma necessidade que se impõe face ao processo de produção social do espaço urbano. O espaço, todavia, não é apenas produto ou reflexo das relações sociais, ele é também força capaz de reproduzir relações sociais. A territorialidade, como expressão espacial básica da influência de poder, oferece uma ligação essencial entre a sociedade, o espaço e o tempo, pois é através dela que os agentes e suas coligações constroem e mantêm as organizações espaciais (TRINDADE JR., 1998, p. 259).

Podemos identificar algumas territorialidades presentes no espaço metropolitano de Belém, desde as mais formais - como os territórios políticos - às não-formais ou não institucionalizadas - como os novos assentamentos que se expandem juntamente com a metrópole belenense para além dos limites da Região Metropolitana institucionalizada. Essa é a discussão que faremos em seguida.

Segundo Trindade Jr. (1998), os territórios formais se caracterizam por estarem resguardados por normas que determinam suas competências, atribuições e limites; sendo representados pelo exercício de poder dos órgãos executivos e legislativos. Como exemplo, temos os municípios, os distritos e as regiões metropolitanas. Já os territórios não-formais são demarcados por limites subjetivos, isto é, através de reivindicações de interesses colocados por diversos agentes a partir do espaço concreto e/ou vivido, não precisando de nenhuma regulamentação institucional.

De acordo com o autor citado anteriormente, há, no interior do processo de reestruturação urbana do espaço metropolitano de Belém, a presença de novas territorialidades, a saber:

a) Território das empresas imobiliárias¹⁸

São os territórios onde atuam grandes e pequenos incorporadores imobiliários, sendo que os primeiros agem em função das classes média e alta e os segundos estão em função das classes baixas. A ação dos pequenos incorporadores se circunscreve à área de expansão da Região Metropolitana, que vai em direção aos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Izabel, ao longo da Rodovia BR-316. Deve-se lembrar que há outros vetores de expansão, mas que, no momento, não interessam à nossa discussão. Já a atuação dos grandes incorporadores se dá a partir da apropriação das áreas centrais mais bem dotadas de infraestrutura e serviços. Segundo Trindade Jr. (1998), a territorialidade dessas empresas, além de não necessitar de normas institucionais, chega até a ultrapassá-las, ou seja, seu raio de atuação vai para além dos limites demarcados institucionalmente. Dessa forma, entendemos que a reestruturação do espaço metropolitano de Belém não só permite a divisão do mercado entre as

¹⁸ “Não se trata de uma territorialidade formal das grandes empresas, mas sim de uma territorialidade tácita, definida pelo poder empresarial dessas empresas, que tende a se expandir, e por isso precisa da reestruturação metropolitana” (TRINDADE JR, 1998, p. 271).

incorporadoras, como também favorece sua territorialização no mercado imobiliário local.

b) Território das organizações populares

São territórios de atuação dos movimentos de bairro surgidos a partir de organizações populares principalmente no início da década de 1970. Esses movimentos visavam, principalmente, a resolver problemas de infraestrutura e moradia; este último vindo a ser o motivo de grandes conflitos e preocupações por parte desses movimentos. De uma forma geral, quando de seu surgimento, alguns organismos políticos de ação partidária e outros se voltaram para a resolução das necessidades das camadas populares residentes nas áreas de baixadas¹⁹. Entretanto, a partir do momento em que há uma dispersão dos assentamentos - através das “invasões” - em direção à área de expansão, ocorre também uma desconcentração e uma retração da territorialidade dos movimentos populares de bairro, visto que a dispersão dificulta a unidade do movimento. Muito mais do que uma luta por territórios,

os novos espaços de assentamentos tornaram-se o alvo principal da ação governamental, muito bem instrumentalizada com a política de incentivos às ocupações nas áreas de subúrbio, de desapropriação e de titulação de terrenos. Ratifica-se, nesse nível de redes de articulação política, o processo de reestruturação urbana necessário à dinâmica estabelecida pela correlação de forças desses agentes locais (TRINDADE JR., 1998, p. 308).

Sem dúvida, a configuração das territorialidades das organizações populares acompanha o processo de reestruturação e metropolização do espaço urbano belenense, que se dão na escala local, que corresponde ao espaço vivido, isto é, pelo uso cotidiano dele. Diante disso, ao contrário da territorialidade das empresas imobiliárias, que se dá em função do poderio econômico, os movimentos populares urbanos definem sua territorialidade pelas articulações formadas pelos diversos agentes integrantes do movimento, apoiados em estratégias de sobrevivência e de satisfação de necessidades imediatas e com forte dimensão política.

¹⁹ “As baixadas se tornaram nesse período (década de 1970) espaços essenciais na consolidação das identidades dos movimentos organizados e suas demandas” (TRINDADE JR, 1998, p. 295).

Dessa forma, entendemos que a territorialidade desses movimentos não possui delimitações formais. Isso significa dizer que seus limites são definidos por objetivos pre determinados pelos agentes envolvidos.

c) Territórios formais-institucionalizados

São recortes territoriais nitidamente delimitados através de estatutos ou leis que definem seus limites e atribuições. Esses territórios são, de uma forma geral, representados pelos poderes executivo e legislativo, ou ainda, por representantes escolhidos pelo regimento próprio de cada território. Em outras palavras, são territórios que possuem um caráter político-administrativo institucional. Vale ressaltar que, muitos desses territórios formais são criados a partir de discursos de agentes que visam a usar as necessidades coletivas a fim de conquistar benefícios próprios, ou seja, cria-se uma ideia de consenso coletivo a partir de um discurso de convencimento. Porém, é importante ressaltar que o processo de reestruturação metropolitana é o grande responsável pela definição dessas novas territorialidades formais ao mesmo tempo em que

é também uma consequência dessa dinâmica vivenciada pelo espaço metropolitano de Belém, que conformou um padrão de organização espacial disperso e que teve nos novos espaços de assentamentos e nas estratégias dos agentes a eles ligados um fator de importância fundamental (TRINDADE JR, 1998, p. 349).

De fato, para um determinado grupo obter referência territorial, ele quase sempre precisa estar circunscrito e/ou delimitado formalmente em um território. Assim sendo, a territorialidade formal é indispensável para se ter acesso aos diferentes objetos espaciais, isto é, o território institucionalizado é a garantia para que isso ocorra. Na verdade, o que se tem é o uso político do território, pois segundo Rocha e Lima (2009, p. 218), “o uso político do território é um meio para atingir a unidade e o consenso em torno do lugar”, o que, conseqüentemente, leva a uma alienação do indivíduo em relação ao seu lugar e à sua inserção no processo de metropolização ao mesmo tempo em que sobrepõe os antagonismos presentes, tudo isso visando à construção de uma ideologia territorial (ROCHA; LIMA, 2009).

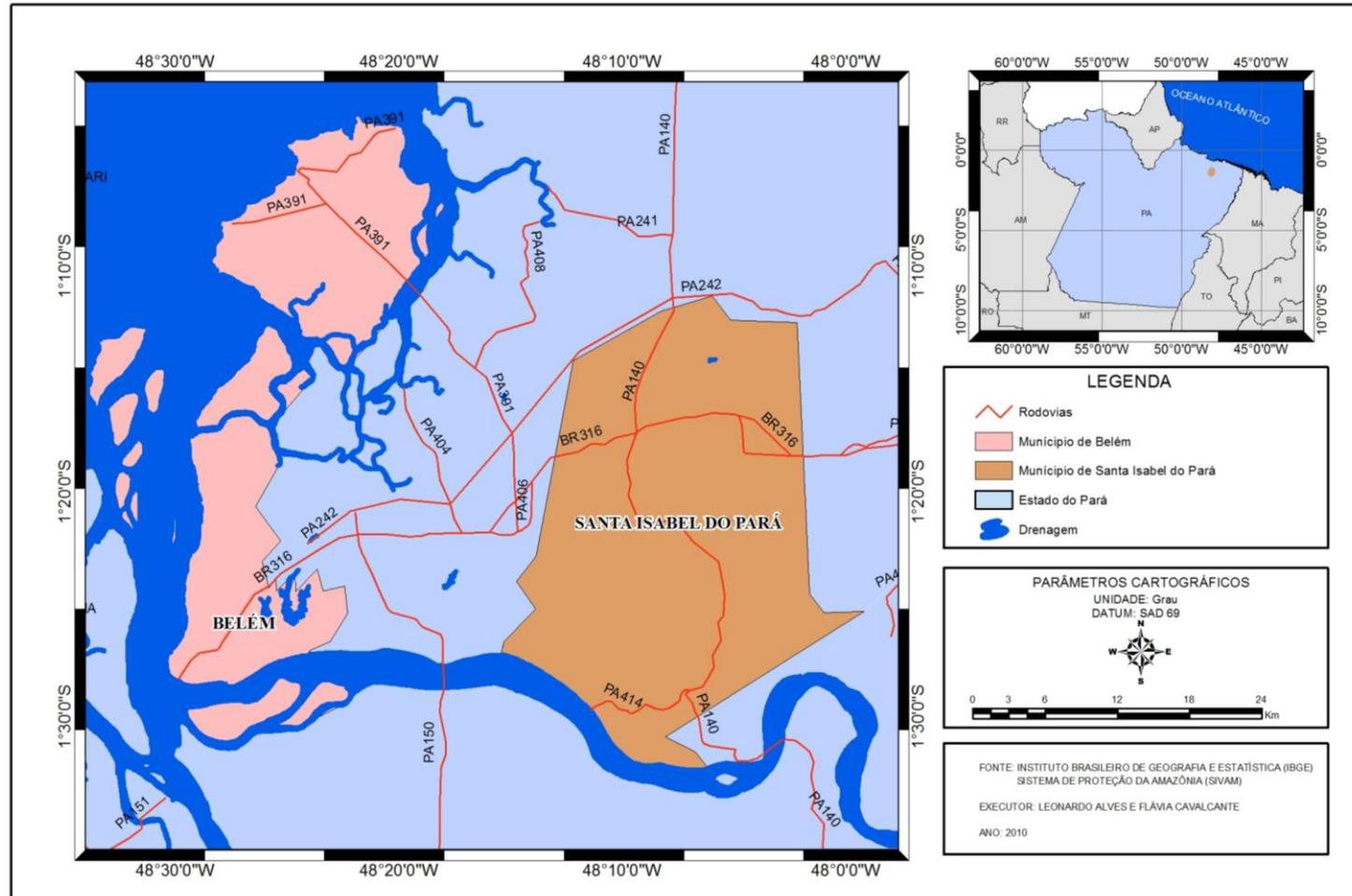
Dessa forma, quando se fala em território na cidade, na verdade está se falando de algumas frações do espaço urbano controladas por determinadas ações

que se estabelecem a partir dos diferentes níveis de força dos agentes envolvidos (SAQUET, 2007).

Vale ressaltar que, ao falarmos aqui em territorialidades formais e não-formais, não podemos esquecer que as primeiras também são responsáveis pela definição das segundas, pois estas nada mais são do que consequência do novo padrão de organização espacial disperso construído a partir do processo de reestruturação metropolitana vivenciada pelo espaço urbano belenense. Isso significa dizer que as transformações ocorridas no interior do mesmo acompanham as redefinições internas que dão origem às novas territorialidades. Podemos mesmo dizer que, sem dúvida, a questão da terra e/ou moradia na Amazônia - seja na busca de lotes urbanos ou rurais - vem consolidar novas formas de territorialidade a partir da busca do indivíduo em se reproduzir material e imaterialmente (GUERRA, 2009).

No âmbito da constituição da territorialidade dos novos espaços de assentamento em direção à área de expansão da Região Metropolitana de Belém, analisamos o caso específico do município de Santa Izabel do Pará (Mapa 03), distante 38 km da capital Belém.

Mapa 03 – O Município de Santa Isabel do Pará



Fonte: Base Cartográfica do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)
 Projeto Cartográfico: Leonardo Alves e Flávia Cavalcante

4.2 A ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA E O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ

A origem e a fundação do município de Santa Izabel do Pará estão intimamente relacionadas à colonização da região situada entre Belém e Bragança (zona bragantina), pois em Santa Izabel do Pará foram instaladas as primeiras famílias de colonizadores que inicialmente se fixaram em lotes agrícolas localizados na colônia Nossa Senhora do Carmo de Benevides em 04 de junho de 1877, período que marca o início do povoamento do atual município de Santa Izabel do Pará (CRUZ, 1955).

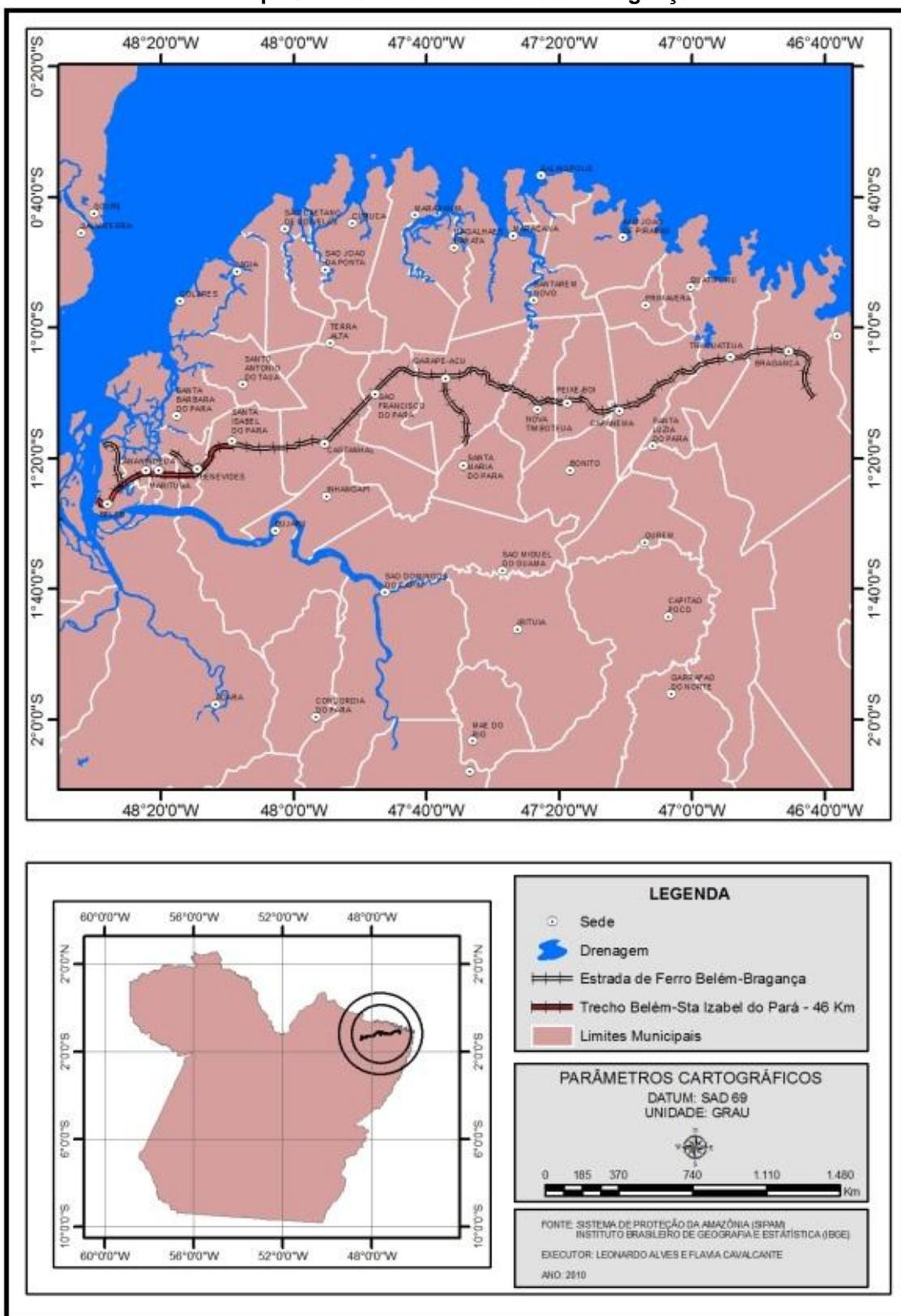
A partir da instalação e do desenvolvimento promissor que apresentava a colônia agrícola de Benevides¹⁹ percebeu-se a necessidade de construção da linha férrea de Bragança, pois dela dependiam, segundo seus idealizadores, o crescimento econômico e social da Região Bragantina, e não somente isso, mas principalmente a possibilidade da fundação de novos núcleos populacionais, como de fato viria a acontecer:

A via férrea começaria no marco de pedra que assinalava a primeira légua patrimonial de Belém, concedida pelo Governador e capitão general do Estado do Maranhão e Grão Pará, o senhor Francisco Coelho de Carvalho, por Carta de doação e sesmaria datada de primeiro de setembro de 1627, e terminaria na cidade de Bragança (CRUZ, 1955, p. 64).

Foi no dia 24 de junho de 1883 que o primeiro trilho da estrada de ferro foi assentado, sendo que somente no dia 9 de novembro do ano seguinte, foi aberta aos passageiros a circulação no primeiro trecho da ferrovia, que se estendia desde a estação de São Brás, em Belém, até a colônia de Benevides num percurso de 29 km. No dia 16 de março de 1885 a Companhia da Estrada de Ferro de Bragança abria a ferrovia ao tráfego de passageiros e cargas até Santa Izabel do Pará, localizada no quilômetro 46 da estrada de ferro de Bragança, como pode ser observado no Mapa 04 (CRUZ, 1955).

¹⁹ A linha férrea de Bragança permitiria aos produtores agrícolas de Benevides transporte fácil e rápido para o mercado da capital e também para posterior exportação para os mercados americano e europeu, além do Estado de São Paulo (CRUZ, 1955).

Mapa 04 – Estrada de Ferro Belém-Bragança



Fonte: Cruz (1955)

Projeto Cartográfico: Leonardo Alves e Flávia Cavalcante

Segundo Cruz (1955), já em 1875, foram iniciadas as primeiras tentativas de inserção de imigrantes na zona bragantina (Tabela 05), inclusive na vila de Santa Izabel, como assim ainda era considerada oficialmente; entre os imigrantes, destacavam-se os japoneses e os portugueses. Posteriormente, em 1928, os japoneses dão grande impulso às atividades agrícolas em Santa Izabel, iniciando o cultivo da pimenta-do-reino.

Finalmente, em 8 de dezembro de 1933, através do Decreto-Lei nº 1.110, o interventor Magalhães Barata elevou em caráter definitivo Santa Izabel à categoria de município, sob o comando do prefeito Noé Fernandes de Carvalho. “Após 1945, uma segunda fase de imigração japonesa ocorreu na zona bragantina, desta vez, implantando definitivamente a cultura da pimenta-do-reino em Santa Izabel, pioneira no cultivo desse produto” (COELHO, 1995, p. 102).

Tabela 05 – Santa Izabel do Pará: Imigrantes Brasileiros e Estrangeiros Residentes (1940-2000)

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População Total	11.764	10.900	14.724	15.438	24.044	33.329	42.963
Imigrantes Brasileiros	—	—	3.813	616	987	2.259	2.993
Imigrantes Estrangeiros	42	63	515	402	245	88	223

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000)

Organização: Flávia Cavalcante

Não há registros do número de imigrantes brasileiros residentes em Santa Izabel do Pará nas décadas de 1940 e 1950. Ainda segundo os dados do IBGE acima citados, dos 3.813 imigrantes brasileiros residentes no município na década de 1960, 52 eram do Amazonas, 44 do Maranhão, 474 do Ceará, 103 do Rio Grande do Norte e 46 da Paraíba. Na década de 1970, dos 616 imigrantes brasileiros 66 eram do Amazonas, 56 do Maranhão, 435 do Ceará e 59 do Rio Grande do Norte. Dos 987 imigrantes brasileiros residentes em Santa Izabel na década de 1980, 94 eram do Amazonas, 210 do Maranhão, 35 do Piauí, 47 do Ceará, 80 do Rio Grande do Norte, 66 da Bahia e 32 de São Paulo. Na década seguinte, dos 2.259 imigrantes residentes, 5 eram do Acre, 151 do Amazonas, 5 de Roraima, 85 do Amapá, 22 do Tocantins, 556 do Maranhão, 84 do Piauí, 754 do Ceará, 41 do Rio Grande do

Norte, 23 da Paraíba, 121 de Pernambuco, 19 de Alagoas, 98 da Bahia, 48 de Minas Gerais, 5 do Rio de Janeiro, 162 de São Paulo, 26 do Paraná, 41 de Goiás e 8 do Distrito Federal. Por fim, temos os dados dos anos 2000 apresentando 2.293 imigrantes brasileiros residentes em Santa Izabel, destes 30 eram do Acre, 9 de Roraima, 64 do Piauí, 9 do Espírito Santo, 28 do Rio de Janeiro, 21 do Paraná, 25 do Rio Grande do Sul, 10 do Distrito Federal, 99 do Amazonas, 130 do Amapá, 36 do Tocantins, 750 do Maranhão, 1.050 do Ceará, 153 do Rio Grande do Norte, 124 da Paraíba, 94 de Pernambuco, 58 da Bahia, 40 de Minas Gerais, 70 de São Paulo, 84 de Santa Catarina e 109 de Goiás.

Sem dúvida, o elevado número de imigrantes nordestinos residentes no município a partir da década de 1960 acompanhou o processo de ocupação recente da fronteira amazônica, iniciado ainda na década de 1950, isto porque, sem infraestrutura e rentabilidade insatisfatória, os estrangeiros começam a se retirar das colônias agrícolas dando espaço quase que total para a ocupação nordestina em Santa Izabel do Pará.

Vale ressaltar ainda a presença de imigrantes estrangeiros no município, visto que eles também participaram ativamente do processo de ocupação e colonização de toda a zona bragantina. Os primeiros registros exatos sobre o número de imigrantes estrangeiros residentes em Santa Izabel datam da década de 1940. Nesse período, dos 42 estrangeiros encontrados no município, 27 eram japoneses e 15 eram portugueses. Na década seguinte, eles já eram um total de 63, sendo 36 homens e 27 mulheres sem registro da nacionalidade. Já em 1960, dos 515 estrangeiros, 486 eram japoneses, 11 eram portugueses e 18 não possuíam registro de nacionalidade. Em 1970, dos 402 estrangeiros, 380 eram japoneses, 4 eram portugueses, 6 eram alemães, 2 eram espanhóis, 2 eram italianos e 8 não possuíam registro de nacionalidade. Dos 245 estrangeiros residentes em 1980, 213 eram japoneses, 12 eram portugueses e 20 não possuíam registro de nacionalidade. Na década seguinte, dos 88 estrangeiros residentes, só se sabe que eram 49 mulheres e 39 homens. Por fim, os dados dos anos 2000 revelam somente que, dos 223 imigrantes estrangeiros residentes em Santa Izabel, 111 eram homens, 68 eram mulheres e 44 não possuíam registro de nacionalidade²⁰ (IBGE, 1940-2000).

²⁰ De fato, não há registro no IBGE referentes aos dados do Censo de 2000 no que diz

Sem dúvida, a estrada de ferro de Bragança²¹ contribuiu sobremaneira para a ocupação do município de Santa Izabel do Pará e, conseqüentemente, para seu crescimento populacional. No entanto, o projeto da estrada de ferro ainda não estava concluído, faltavam ainda 74 km até Bragança, fato que veio a ocorrer em 3 de maio de 1908, totalizando 240 km de ferrovia entre Belém e Bragança (CRUZ, 1955).

Chegaram a Bragança os trilhos da primeira via férrea que se construiu na Amazônia.

A jornada iniciada em 1883, concluiu-se em 1908. Há poucos exemplos no mundo industrial de tão vagarosa marcha na seqüência de tão curto trecho férreo. Gastaram-se 25 anos para assentar menos de 300 km de trilhos (CRUZ, 1955, p. 22).

A conclusão da ferrovia até Bragança incentivou a instalação de colônias, atraindo agricultores brasileiros e estrangeiros que vinham em busca de melhores condições de vida e trabalho, sob cujas bases surgiram e se desenvolveram os municípios da zona bragantina²². Entretanto, visando a acompanhar as mudanças que estavam ocorrendo no padrão de organização socioespacial da região, a estrada de ferro foi desativada em 1965 para dar lugar à rodovia (CRUZ, 1955).

respeito a registro de nacionalidade, por esse motivo tal informação não pode ser complementada de forma satisfatória.

²¹ Seu eixo rodoviário foi utilizado para a implantação da Rodovia Belém-Brasília (BR-010) e Pará-Maranhão (BR-316).

²² Até a década de 1990, a zona bragantina era composta pelos municípios de Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará, Castanhal, São Francisco do Pará, Igarapé-Açu, Santarém Novo, Peixe-Boi, Santa Maria do Pará, Bonito, Nova Timboteua, Capanema, Quatipuru, Primavera, Tracuateua, Bragança e Augusto Corrêa. Atualmente, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF), baseada nos dados estatísticos do ano de 2000 e nos limites municipais do IBGE, exclui dessa zona os municípios de Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará, pertencentes à RMB, e Castanhal, pertencente à microrregião de Castanhal (MIRANDA; RODRIGUES, 2009).

4.3 A NATUREZA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE SANTA IZABEL: UMA EXPRESSÃO DA METROPOLIZAÇÃO

A partir de 1980, mais da metade da população brasileira, cerca de 67,5%, já vivia em cidades. Entre 1991 e 1996 essa taxa alcançou o patamar de 78%. Esse acréscimo populacional refletiu a elevada urbanização que se registrou entre os anos de 2000 e 2010, que foi de 84% (IBGE, 2010).

Segundo Sposito (1999), a urbanização no século XX segue quatro tendências importantes:

- 1) acentuado crescimento das cidades;
- 2) expansão do fenômeno urbano para todos os continentes;
- 3) consolidação do desenvolvimento de grandes metrópoles; e
- 4) expansão da urbanização para além dos limites territoriais das cidades (urbanização do campo).

Para os países subdesenvolvidos, em especial os da América Latina, entre eles o Brasil, o processo de urbanização é mais recente, consolidando-se no âmbito de contrastes sociais e espaciais, alternando áreas com muitos equipamentos urbanos e de muita opulência econômica com áreas de extrema miséria, desassistidas de quase todos os serviços públicos, isto é, enquanto nos países desenvolvidos este fenômeno é organizado, nos subdesenvolvidos é acelerado, recente e desorganizado.

Nos grandes aglomerados urbanos brasileiros, o que observamos é a presença de duas paisagens bem distintas. Uma é a paisagem legal, construída dentro das normas urbanísticas, e a outra é a paisagem ilegal, resultante da ocupação de terrenos públicos e privados pela população mais pobre e/ou por loteamentos clandestinos negociados de forma muitas vezes irregular por parte de alguns “empresários”. Essas duas paisagens mostram os contrastes sociais presentes no âmbito do processo de urbanização do País. Ora, o que se observa é um pequeno número de pessoas habitando imóveis relativamente confortáveis, enquanto a maior parte dessa mesma população vive de forma precária em assentamentos e loteamentos, sem serviços de rede de esgoto, água encanada e equipamentos públicos (escolas e hospitais).

Diante disso, temos um processo de urbanização que se desenvolveu acompanhado de um crescimento econômico elevado, apesar de a indústria e do setor terciário não absorverem toda a mão de obra disponível, fator que leva grande parte da população economicamente ativa a se inserir na economia informal, cujos ganhos não serão suficientes à sua sobrevivência.

Segundo Sposito (2008), o grau de urbanização do Brasil não se mede pelo local de residência da população (em área urbana ou rural), mas principalmente pela definição das atividades exercidas, isto é, o que importa é se este trabalhador exerce atividades ligadas à cidade ou ao campo.

Não temos mais, apenas, um processo de difusão da urbanização pelo aumento do número e tamanho das cidades e dos papéis que desempenham na divisão social do trabalho, mas temos uma urbanização que se reconstrói, também, como espacialidade que se redesenha a partir da fragmentação do tecido urbano e da intensificação da circulação de pessoas, mercadorias, informações, ideias e símbolos (SPOSITO, 1999, p. 85).

Atualmente, o fenômeno da urbanização orienta nossa análise na busca da compreensão desse fenômeno para além dos limites territoriais e socioespaciais da cidade, isto é, compreender não somente o processo de urbanização, mas principalmente também o fenômeno da urbanização expandida, pois o que se tem observado é a expansão desse fenômeno em direção aos bairros pobres da periferia das grandes aglomerações. Diante disso, faz-se necessário compreender e analisar as novas espacialidades urbanas trazidas no bojo de uma urbanização que ultrapassa os limites político-administrativos das cidades.

Esse quadro propiciou a segregação socioespacial/concentração de pobreza em áreas não apropriadas à habitação humana, além de meios de transporte inadequados, em razão de um sistema que privilegia o deslocamento individual via automóvel; de um processo de urbanização deficiente, principalmente nas áreas periféricas; de um crescimento da especulação imobiliária; e da formação de vazios urbanos que impedem o acesso à terra pela grande maioria da população (IPEA, 2002, p. 35).

De fato, o processo de urbanização observado na área central da RMB tende, cada vez mais, a precarizar as condições de vida da população mais pobre, pois é esta que, sem opção de moradia, acaba por “dispensar” a infraestrutura

urbana necessária no que diz respeito à habitação e ao acesso a serviços públicos de saúde, educação e saneamento básico.

Segundo o IPEA (2002), a mancha urbana da cidade de Belém se espalha e se consolida a partir da década de 1960 quando da implantação da rodovia Belém-Brasília e com o surgimento de conjuntos habitacionais ao longo das rodovias BR-316 e Augusto Montenegro. A partir de então, verifica-se no transcurso dessas áreas o surgimento de diversas “invasões”, favelas e bairros populares²³, muitos deles ainda hoje sem ordenamento urbanístico e com infraestrutura precária.

Já em 1993, houve a expansão e o melhoramento das conexões viárias entre Belém e Ananindeua, principalmente em direção à Cidade Nova²⁴, fator que sem dúvida favoreceu sobremaneira ao início da intensa ocupação ao longo da rodovia BR-316. Ora, é sabido que a garantia de acesso ao transporte público foi e ainda é um forte atrativo para que a classe pobre se instale nessas áreas de expansão. Hoje, esse fator é um forte favorecedor do acesso à moradia da classe de menor renda que habita as áreas de ocupação do município de Santa Izabel do Pará. Segundo Lima (2007), “com o tempo, a urbanização acelerada do centro de Belém, acompanhada de grandes obras de infraestrutura, ‘expulsou’ para as áreas de transição e expansão da RMB diversas concentrações residenciais de baixa renda” (LIMA, 2007, p. 168).

Sem dúvida, a falta de ações regulatórias por parte do Estado facilitou a consolidação de um espaço urbano caracterizado por desigualdades sociais em diversos e elevados níveis.

A cidade informal das baixadas e invasões estabelecia-se sem nenhum controle, alheia aos parâmetros formais de urbanização, sempre preteridas na priorização dos investimentos e melhorias urbanas. Pela sua clandestinidade, essas áreas não obedecem a padrões de adensamento, alinhamento, condições de ocupação do lote etc. (IPEA, 2002, p. 55).

Para o IDESP (1970), o processo de urbanização que vem se consolidando no município de Santa Izabel do Pará acompanha o dos outros

²³ O primeiro diz respeito à ocupação de áreas na maioria das vezes de propriedade particular, tomando o invasor posse por meio de sua fixação na área invadida. O segundo refere-se a núcleos que possuem mais de 50 unidades domiciliares. Já o terceiro se caracteriza pela divisão de determinado espaço, podendo ser este uma cidade ou até mesmo uma vila (IBGE, 2000).

²⁴ Bairro Localizado no município de Ananindeua (Região Metropolitana de Belém).

municípios da RMB. Entretanto, dois fatores principais deram início a esse processo em Santa Izabel: 1) a comunicação já existente entre Santa Izabel e Belém por meio de pequenas rodovias e principalmente pela estrada de ferro de Bragança, fator que facilitou o deslocamento de migrantes em direção a Santa Izabel; e 2) a construção da rodovia Belém-Brasília e a expansão do cultivo da pimenta-do-reino²⁵, o que posteriormente levou ao crescimento da população do município de Santa Izabel do Pará.

A gente percebe que a migração para o município de populações vizinhas, de uma certa forma, é com uma certa frequência e intensidade. A proximidade da capital acaba facilitando também a vinda de novas pessoas pra cá, e o fato de os municípios da Região Metropolitana ainda ser os que têm maior segurança, melhor qualidade de vida, então ele acaba atraindo mais pessoas e isso faz com que o município inche, cresça, e aí a gente precisa correr junto com isso, com o crescimento populacional. Então, como o custo de vida aqui ainda é menor, como o ir e vir é mais fácil, acabou atraindo essa população migratória ao município. O próprio crescimento natural das nossas famílias, o valor imobiliário menor, a facilidade de morar maior, uma segurança melhor, o transporte que faz esse movimento de ir e vir com uma certa facilidade, então acaba sendo um município bom de se morar (Marió Kató, Prefeito de Santa Izabel do Pará, Médico, entrevista realizada em 01/12/2010).

Atualmente, o município de Santa Izabel do Pará conta com 59.476 habitantes, segundo o IBGE (2010). Já na década de 1980, a população urbana era predominante, vindo a alcançar em 1991 o patamar de 71% de sua população vivendo em área urbana. Esse percentual se elevou novamente para 76,5% em 2000, vindo a alcançar 80% em 2010. A concentração populacional na área urbana²⁶ do município acompanhou o crescimento do número de habitantes que, na década de 1980, cresceu 38,6%. Na década seguinte, o crescimento acumulado foi de 29,7%, e entre os anos de 2004 e 2010 o crescimento foi de quase 40%²⁷ (SEPOF, 2007). Vale ressaltar que, do total de população que vive na área urbana do município, quase 2/4 dela reside nas áreas periféricas. Esta foi uma das razões pelas quais escolhemos as áreas de ocupação para utilizar como referência empírica de nossa análise ao discutir o processo de metropolização. Ademais, o fato

²⁵ Não somente em Santa Izabel, mas também e principalmente em Benevides e Castanhal.

²⁶ “As áreas urbanas do município são aquelas comprometidas e ocupadas com parcelamentos mais adensados, dentro da área de influencia do centro comercial, dos subcentros e da prestação de serviços em geral” (SANTA IZABEL DO PARÁ, 2006, p. 14).

²⁷ Dados de evolução da população urbana de Santa Izabel do Pará.

de serem ocupações cujos habitantes tem, em termos relativos, pouco tempo de residência (Tabela 06), estamos denominando-as como novos espaços de assentamentos

Tabela 06 – Santa Izabel do Pará: Tempo de Residência dos Moradores nas Áreas de Ocupação

Área	Tempo de Residência			Total
	Entre 1 e 5 anos	Entre 6 e 10 anos	Mais de 10 anos	
Bairro Novo	13	6	19	38
Baixa do Tatu	4	9	19	32
Jardim das Acássias	5	7	22	34
Jardim Miraí	23	26	40	89
Jardim Paraíso	9	11	14	34
Santa Terezinha	9	17	11	37
Molpasa	—	3	4	7
Novo Horizonte	13	17	28	58
Piçarreira	5	14	16	35
Total Absoluto	81	110	173	364
Total Relativo	22%	30%	48%	100%

Fonte: Formulário aplicado pela autora, fev./2011
Organização: Flávia Cavalcante

Outro dado importante, mas também preocupante, diz respeito à população ocupada no município. Somente 17.737 pessoas, cerca de 33,7% da população estava ocupada formalmente em 2009. Esses dados revelam uma taxa de desocupação que chega a 38,3%, considerada bem elevada, se comparada à dos outros municípios da RMB. A capital Belém possui, segundo o último levantamento feito pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, uma taxa de desocupação de 18,99%. No município de Ananindeua, essa mesma taxa chega a 19,91%. Em Marituba, a taxa de desocupação chega a 22,25%. Já em Benevides a taxa de desocupação chega a quase 11% e alcança 5,6% em Santa Bárbara do Pará (SEPOF, 2009).

O município de Santa Izabel possui quase 60.000 mil habitantes, segundo o IBGE (2010), e somente 33% de sua população economicamente ativa está

formalmente empregada, segundo os últimos dados levantados pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (2009). Nas áreas estudadas, essa taxa de desocupação²⁸ chega a 29%, segundo os dados coletados nos formulários aplicados (Tabela 12).

O contingente populacional citado acima vem confirmar as estimativas de crescimento populacional feitas pelo IBGE em 2008, que apontou um acréscimo populacional no município de pouco mais de 16.000 habitantes. Não por acaso, Santa Izabel tem 80% de sua população vivendo em áreas urbanas (Tabela 07).

**Tabela 07 – Santa Izabel do Pará: Percentual de População Urbana e Rural
Ano – 2010**

Situação do Domicílio		Percentual
Urbana	42.996	80%
Rural	16.480	20%
Total	59.476	100%

Fonte: IBGE (2010)
Organização: Flávia Cavalcante

Segundo dados do IBGE (2010), mais de 70% dos domicílios são considerados inadequados para a habitação; menos de 1% dos domicílios possuem rede geral de esgoto, sendo que 92% deles dispunham somente de fossas sépticas, rudimentares, valas ou outros tipos de escoadouro; e pouco mais de 40% não têm seu lixo coletado regularmente (Tabela 08). Vale ressaltar que essa falta de infraestrutura também foi identificada por nós quando da aplicação do formulário utilizado nas áreas visitadas.

Tabela 08 – RMB: Serviço de Coleta de Lixo Permanente nos Domicílios

Município	Nº de Domicílios Visitados	Nº de Domicílios com Coleta Permanente	Total
Belém	296.195	282.529	95,39%
Ananindeua	92.519	78.679	85,04%
Marituba	17.026	8.599	50,51%
Benevides	8.049	5.637	70,03%
Santa Bárbara	2.388	948	39,70%
Santa Izabel	9.487	5.645	59,50%

Fonte: SEPOF (2008)
Organização: Flávia Cavalcante

É necessário deixar claro que o número de domicílios visitados não corresponde ao total real de domicílios (urbano e rural) existentes nos municípios da

²⁸ Desocupação diz respeito àquelas pessoas desempregadas e que não exercem nenhum tipo de atividade remunerada.

RMB, isto é, o percentual total de domicílios que possuem coleta regular de lixo corresponde somente ao número de domicílios visitados. Se considerarmos então o número real de domicílios, esse quadro se altera consideravelmente (Tabela 09).

Tabela 09 – RMB: Coleta de Lixo Permanente pelo Total de Unidades Domiciliares

Município	Total de Domicílios (Urbano e Rural)	Nº de Domicílios Visitados	Nº de Domicílios com Coleta Permanente	Total
Belém	1.280.14	296.195	282.529	29%
Ananindeua	393.569	92.519	78.679	26%
Marituba	74.429	17.026	8.599	16%
Benevides	35.546	8.049	5.637	20,5%
Santa Bárbara	11.378	2.388	948	10,5%
Santa Izabel	43.227	9.487	5.645	17%

Fonte: SEPOF (2008)

Organização: Flávia Cavalcante

Sem dúvida, o problema do lixo atinge proporções muito maiores nos municípios de Benevides, Santa Bárbara e Santa Izabel do Pará, tal o tamanho do problema que, desde 2007, os prefeitos desses municípios vêm conversando, sob a intermediação do governo estadual, sobre a possibilidade de se fazer um consórcio de resíduos sólidos. No entanto, segundo o prefeito de Santa Izabel, essa não é uma tarefa das mais fáceis, pois, em se tratando de lixo, as parcerias ficam mais difíceis de serem concretizadas. Ainda, segundo ele, as alternativas existentes que podem amenizar o problema do lixo são de alto custo, não tendo, portanto, os municípios como arcar sozinhos com esses custos.

Sem dúvida, tanto o crescimento populacional, quanto o acesso à infraestrutura urbana, como a geração de emprego e renda fazem parte ativamente da dinâmica socioespacial presente no município de Santa Izabel do Pará. No entanto, para analisar tais variáveis no âmbito dessa dinâmica, é preciso levar em consideração dois aspectos: a expansão urbana²⁹ e a ocupação de suas áreas periféricas. A existência desses aspectos ratifica a existência de um processo de

²⁹ A zona de expansão urbana do município de Santa Izabel do Pará é definida como a área rural em processo de conversão de uso e padrão de ocupação, tornado mais adensado, podendo esta conversão vir a ser regulamentada futuramente quando da mudança de área de uso rural para uso urbano (SANTA IZABEL DO PARÁ, 2006).

expansão e densificação das ocupações de baixa renda. Isso pode ocorrer tanto pela falta de uma gestão administrativa municipal mais eficiente, como também pela falta de recursos que propiciam, muitas vezes, a vinda de pessoas da área rural do município em direção à periferia da cidade e/ou em direção ao seu núcleo central, fator que dificulta ainda mais a organização, em todos os aspectos, dessas áreas de ocupação.

A dificuldade de acesso a serviços, principalmente de saneamento e infraestrutura, por parte da população que reside nas áreas de ocupação do município de Santa Izabel do Pará é visível. Isso pôde ser observado quando da aplicação dos formulários nas áreas de ocupação visitadas e em especial da resposta à pergunta 17 (Tabela 10). Diante disso, a demanda por infraestrutura e serviços urbanos torna-se até mais urgente e essencial do que a própria regularização fundiária dos terrenos onde estão localizadas essas áreas de ocupação.

Pelas próprias condições impostas a esses novos espaços de assentamentos, o quadro de carências tende a se agravar de maneira exorbitante, o que, evidentemente, faz aflorar as demandas relacionadas ao espaço do morar; demandas estas que não conseguem ser satisfeitas por parte do poder político local (TRINDADE JR., 2010, p. 339).

Vale ressaltar aqui, que a aplicação dos formulários foi realizada em todas as áreas de ocupação do município de Santa Izabel do Pará, fator que propiciou uma melhor análise do processo de metropolização e sua relação com o município. Neste sentido, as áreas de ocupação, por nós visitadas, são uma boa amostragem qualitativa da dinâmica recente do processo de metropolização.

Tabela 10 – Santa Izabel do Pará: Principais Carências Infraestruturais por Área de Ocupação do Município

Áreas	Água	Esgoto	Coleta de Lixo	Pavimentação	Outros	Total
Bairro Novo	17	4	—	15	2	38
Baixa do Tatu	13	2	3	9	5	32
J. das Acássias	17	7	1	7	2	34
J. Miraí	36	8	1	35	9	89
J. Paraíso	13	3	—	15	3	34
Molpasa	1	6	—	—	—	7
N. Horizonte	29	13	7	8	1	58
Piçarreira	16	1	1	15	2	35
Sta. Terezinha	22	4	1	10	—	37
Total Absoluto	48	14	114	24	164	364
Total Relativo	13%	4%	31%	7%	45%	100%

Fonte: Formulário aplicado pela autora, fev./2011
Organização: Flávia Cavalcante

4.4 SANTA IZABEL: UM NOVO ESPAÇO DE ASSENTAMENTO QUE CONFIGURA A METRÓPOLE DISPERSA

Quando pensamos ou falamos em espaço urbano, geralmente atribuíamos a ele um limite, uma fronteira, tendo como centro principal um núcleo urbano. Entretanto, com o crescimento acelerado das cidades, o espaço urbano há muito ultrapassou os limites conceituais e administrativos que lhe são impostos. Isso porque fica difícil determinar limites administrativos quando não se consegue acompanhar o crescimento espacial e principalmente demográfico das cidades e dos seus centros urbanos.

Os fatores destacados acima mostram que hoje é difícil definir os limites da cidade e a extensão de sua periferia. O que nos parece é que os limites institucionais impostos à cidade estão cada vez mais imperceptíveis do ponto de vista da delimitação formal, fazendo-se necessário então pensar a dispersão urbana de forma relacional, isto é, um processo no qual a cidade e a sua periferia estão relacionalmente imbricados, ainda que não sejam contínuos ou contíguos. Sem dúvida, esse processo é reflexo do acelerado crescimento urbano e da necessidade de alojar cada vez mais pessoas nas cidades. Entretanto, compreender ou definir essa dispersão não é tarefa simples, pois a periferia que avança pode encontrar difíceis e variadas condições.

A dispersão urbana da qual trata esta pesquisa, sem dúvida, conduz a processos de reestruturação no âmbito intraurbano. Entretanto, tal dispersão não visa somente a “alargar” os limites urbanos, mas principalmente à apropriação e à acessibilidade do solo urbano. “Isso ocorre não só no entorno do núcleo central, a exemplo do caso belenense, como também em áreas mais afastadas deste núcleo, que só se consolidam pela dispersão dos assentamentos residenciais e/ou atividades econômicas” (TRINDADE JR., 1998, p. 151).

Ora, é claro que todas as cidades tendem a crescer, umas mais, outras menos. O problema é que a construção de habitações e os espaços disponíveis para esta não acompanham o intenso crescimento populacional dessas cidades. Entretanto, vale ressaltar que o crescimento e a expansão do espaço urbano para a periferia distante vêm sim, de uma forma geral, ocorrendo de forma “espontânea”, pois o crescimento das cidades está se dando de forma muito rápida em direção a espaços cada vez mais distantes de seu centro. Dessa forma, à medida que o espaço da cidade é praticamente todo ocupado e, por vezes, segregadamente valorizado, não resta alternativa senão ocupar superfícies cada vez mais distantes.

Não se pode deixar de destacar que essa expansão do espaço urbano também é uma projeção da própria cidade, pois os processos e fenômenos que ocorrem nela já passam a acontecer simultaneamente em todo o seu espaço de influencia imediata, inclusive na sua periferia longínqua.

As características dos espaços de assentamento que serão analisados aqui dizem respeito principalmente a ocupações irregulares que configuram um tipo de “auto-construção de moradias”, isto é, um modelo de construção de moradia orientado pela necessidade de uso imediato.

Segundo Trindade Jr. (1998), o Estado participou e participa ainda ativamente do processo de dispersão urbana quando promove diversas desapropriações, quando foi permissivo ao ser “conivente” com alguns assentamentos irregulares e, principalmente, quando assentou parcelas de população de baixa renda em conjuntos residenciais localizados inicialmente nas periferias próximas e atualmente cada vez mais distantes das cidades³⁰. Nesse sentido, o Estado atua como o reprodutor de problemas habitacionais quando, na verdade, deveria resolvê-los e/ou amenizá-los.

A dinâmica dos assentamentos realizada através do Estado pressupõe considerar as diversas dimensões da vida urbana, uma vez que a expansão urbana, e mesmo a ampliação da área metropolitana, diretamente relacionadas a essa dinâmica, acabam por revelar os novos papéis conferidos aos diversos subespaços no processo de reprodução capitalista da cidade, ao mesmo tempo em que evidenciam o rearranjo da metrópole face à correlação de forças estabelecida pelos agentes no processo de apropriação da terra urbana (TRINDADE JR., 1998, p. 181).

De fato, o que se observa é uma tendência de expansão cada vez maior da malha urbana, caracterizada principalmente pelo crescente número de novos assentamentos³¹ para fins de moradia, isso porque nos novos vetores de ocupação que passam a configurar o espaço metropolitano de Belém encontram-se algumas características que não chegam a ser amenas do ponto de vista da qualidade de vida, pois os terrenos são ofertados a preços muito baixos, não oferecendo infraestrutura apropriada. Entretanto, a moradia acaba sendo adquirida por conta da precária realidade socioeconômica apresentada pelo consumidor/comprador/“invasor” que, na maior parte das vezes, é “expulso” pelos processos de intervenção imobiliária e pela conseqüente valorização da terra urbana trazida por ela.

³⁰ O redirecionamento dos assentamentos em Belém – das baixadas para o subúrbio – reflete bem esta instrumentalização do Estado (TRINDADE JR., 1998).

³¹ Nossa análise se concentrará no papel desses novos espaços residenciais em específico, referindo-nos aos demais quando necessário.

Diante disso, observa-se que, desde o início do processo de expansão urbana na década de 1980, as ocupações vêm proliferando com significativo contingente populacional. Segundo Trindade Jr. (1998), os novos espaços de assentamento ocupam a área de expansão localizada no eixo da rodovia BR-316 em direção aos municípios de Ananindeua e Marituba (vetores de ocupação já consolidados). Dados ainda mais recentes da Companhia de Habitação do Estado do Pará (2010) indicam que o vetor de expansão urbana cresce em ritmo acelerado em direção aos municípios de Benevides e Santa Izabel do Pará. No caso de Benevides, além do crescimento de assentamentos precários em seu interior, há também recentemente o início da construção de dois condomínios de alto padrão localizados na BR-316 (Figuras 01 e 02).



Figura 01 – Residencial Miriti Internacional Golf Marine: condomínio de alto padrão em construção na Rodovia BR-316 em Benevides (Foto: Flávia Cavalcante, 15/12/2010)



Figura 02 – Reserva Jardins: condomínio de alto padrão em construção na Rodovia BR 316 em Benevides (Foto: Flávia Cavalcante, 15/12/2010)

Nesse sentido, ainda que ambos fossem considerados até então municípios com características basicamente rurais, tal crescimento os torna parte da dinâmica metropolitana de expansão urbana, caracterizada aqui pelo elevado crescimento de ocupações irregulares no interior da RMB (Quadro 02). Isto porque todos os processos socioespaciais que ocorrem nos vetores de ocupação já consolidados se refletem diretamente nos municípios que vem se consolidando como novos vetores de ocupação, caso de Benevides e de Santa Izabel.

Quadro 02 – Belém: Áreas de Ocupação Cadastradas pela COHAB até 1991

Quantidade	Denominação	Município	Área (m²)	Ano de Instalação
01	Al. das Palmeiras	Belém/Icoaraci	1.200,00	15/05/91
02	Arco Íris	Belém	3.920,00	07/10/91
03	A. Central do Promorar	Belém	13.000,00	26/09/91
04	Bairro da Fé I	Belém	116.736,00	25/10/91
05	Bairro da Fé II	Belém	78.403,00	25/10/91
06	Bela Vista	Belém	15.000,00	06/10/91
07	Carmelândia	Belém	270.793,00	25/10/91
08	Comunidade do Índio	Belém/Icoaraci	3.000,00	11/08/91
09	Correios (ECT)	Belém	2.540,00	30/10/91
10	Invasão Tapanã	Belém	111.421,00	30/09/91
11	Jardim Bela Vista	Belém/Icoaraci	116.398,00	25/10/91
12	Júlio Amaral	Belém	3.420,00	25/11/91
13	Lixão I	Belém	44.300,00	30/09/91
14	Lixão II	Belém	42.000,00	30/09/91
15	Mapasa	Belém	8.039,00	25/10/91
16	Morada de Deus I	Belém/Icoaraci	3.500,00	08/11/91
17	Morada de Deus II	Belém/Icoaraci	2.400,00	08/11/91
18	Morada Nova II	Belém	44.681,55	25/10/91
19	Pantanal	Belém	383.296,00	25/10/91
20	Paraíso de Deus	Belém/Icoaraci	3.200,00	30/04/91
21	Riacho Doce I	Belém	93.843,00	17/08/91
22	São Francisco	Belém	1.100,00	10/05/91
23	Vila Tupi	Belém	12.312,50	30/09/91

Fonte: COHAB (2010)

Organização: Flávia Cavalcante

Como pode se observar, já em 1991, a Cohab cadastrou as primeiras áreas de ocupação no município de Belém. Desse período em diante, a proliferação de áreas de ocupação se intensificou rapidamente, vindo a alcançar o município de Ananindeua e, ainda em menor proporção, os municípios de Marituba e Benevides (Quadro 03).

Ordem	Nome da Área	Município	Área (m²)	Data
01	Antônio Gueiros	Ananindeua	122.034,00	02/09/91
02	Boa Esperança	Ananindeua	3.144,00	17/08/91
03	Bom Futuro	Ananindeua	4.168,00	17/08/91
04	Bom Senhor	Ananindeua	4.800,00	17/08/91
05	Bom Sossego I	Ananindeua	46.538,00	25/10/91
06	Brasília	Ananindeua	4.600,00	18/12/91
07	Cabanagem I	Ananindeua	2.635.760,00	17/08/91
08	Cabanagem II	Ananindeua	69.567,00	17/08/91
09	Carnaúba	Ananindeua	89.657,00	11/09/91
10	Chácara Nova União	Ananindeua	189.850,00	25/10/91
11	Correios	Ananindeua	4.500,00	18/12/91
12	Fé em Deus	Ananindeua	156.911,00	25/10/91
13	Francisquinho	Ananindeua	140.866,00	30/09/91
14	Gerson dos Santos Peres	Ananindeua	2.587,50	30/09/91
15	Hidrolândia	Ananindeua	4.237,00	17/02/91
16	Icuí-Guajará I	Ananindeua	72.237,00	17/08/91
17	Icuí-Guajará II	Ananindeua	102.906,00	17/08/91
18	Independência	Ananindeua	4.350,00	03/09/91
19	Jaderlândia I	Ananindeua	41.352,00	25/10/91
20	Jaderlândia II	Ananindeua	44.343,00	25/10/91
21	Jardim Nova União	Ananindeua	189.850,33	25/10/91
22	Jardim Nova Vida	Ananindeua	151.777,27	25/10/91
23	Jardim Nova Vida II	Ananindeua	86.305,00	25/10/91
24	Jibóia Branca	Ananindeua	34.389,75	25/10/91
25	Juscelino Kubistchek	Ananindeua	60.423,00	30/09/91
26	Machado de Assis	Ananindeua	15.810,00	30/09/91
27	Moça Bonita	Ananindeua	5.089,04	25/10/91
28	NS do Perpétuo Socorro	Ananindeua	14.280,00	18/12/91

29	Nova Jerusalém	Ananindeua	7.200,00	25/10/91
30	Nova República	Ananindeua	62.895,00	30/09/91
31	Novas Águas Lindas	Ananindeua	725.410,00	04/10/91
32	Paar	Ananindeua	180.072,00	21/10/91
33	Parque Anny I	Ananindeua	6.302,00	25/10/91
34	Parque das Laranjeiras	Ananindeua	39.976,00	17/08/91
35	Pato Macho I	Ananindeua	28.770,00	25/10/91
36	Raíz de David	Ananindeua	4.100,00	25/10/91
37	Rodrigues Alves II	Ananindeua	155.645,00	25/10/91
38	Santa Maria	Ananindeua	4.462,00	17/08/91
39	Santana do Aurá I	Ananindeua	4.100,00	17/08/91
40	Santana do Aurá II	Ananindeua	4.100,00	17/08/91
41	São Judas Tadeu	Ananindeua	133.484,00	25/10/91
42	Todos os Santos	Ananindeua	134.140,00	10/09/91
43	Tupy	Ananindeua	4.800,00	03/04/91
44	Vila Tupi	Ananindeua	4.490,00	30/09/91
45	Viúva Begot	Ananindeua	34.381,00	30/09/91
46	Marituba	Marituba	25.499,00	30/09/91
47	Canutama	Benevides	100.703,16	25/10/91

Fonte: COHAB (2010)

Organização: Flávia Cavalcante

Note-se, com o avanço do tempo, o crescimento acelerado de ocupações irregulares no município de Ananindeua. Pode-se dizer, nesse momento, que de fato houve uma considerável expansão urbana em direção à periferia distante da RMB. A partir de então, tal expansão avança em direção aos municípios de: Marituba, Benevides, Santa Bárbara e Santa Izabel do Pará.

A partir de 1992, temos o surgimento simultâneo de ocupações em todo o interior da RMB, fator que explica a proximidade e mesmo a semelhança nas datas de “fundação” dessas áreas de ocupação (Quadro 04).

Quadro 04 – RMB: Áreas de Ocupação Cadastradas pela COHAB de 1991 a 1994

01	Jader Barbalho	Marituba	780.072,00	25/10/91
02	Aldemiro Batista Chaves	Ananindeua	31.120,00	07/10/92
03	Francisco Melo (Cajuí)	Ananindeua	13.654,00	01/07/92
04	Meu Sossego II	Ananindeua	6.240,00	01/07/92
05	AL. Palheta	Belém	4.600,00	03/07/92
06	Café Liberal	Belém	5.999,30	01/07/92
07	Chady	Belém	3.672,00	01/07/92
08	Copala	Belém	11.000,00	12/10/92
09	Cosme e Damião	Belém	2.000,00	17/08/92
10	Frigo Costa	Belém	2.570,00	27/03/92
11	Kollynos	Belém	2.640,00	10/10/92
12	Malvina	Belém	1.000,00	02/09/92
13	Maserva	Belém	2.185,70	01/07/92
14	Nova Aliança	Belém/Icoaraci	11.698,50	01/07/92
15	Nova União	Belém	3.460,00	07/09/92
16	Oito de Maio	Belém/Icoaraci	3.150,00	07/10/92
17	Parque União	Belém	3.550,00	06/05/92
18	Radional do Jurunas	Belém	1.572,00	07/01/92
19	Raimundo Lopes	Belém/Icoaraci	4.726,10	01/07/92
20	Redentor	Belém	289.270,00	01/07/92
21	Riacho Doce II	Belém	35.893,20	06/10/92
22	Riso I	Belém/Icoaraci	6.819,20	01/07/92
23	Santa Lúcia	Belém	1.350,00	10/06/92
24	Abacatal	Ananindeua	8.223,00	07/10/92
25	Ademar R. Lima	Ananindeua	6.115,00	01/07/92
26	Águas Brancas	Ananindeua	251.824,00	01/07/92
27	Ariri	Ananindeua	3.180,00	01/07/92
28	ASDEG	Ananindeua	4.160,00	25/11/92
29	AZPA	Ananindeua	3.220,00	25/11/92
30	Benildo Luís T. de Noronha	Ananindeua	1.067,50	01/07/92
31	Boa Vista	Ananindeua	6.561,60	01/07/92
32	CN-5/Arterial A5	Ananindeua	4.100,00	08/10/92
33	Canteiro Central CN-6	Ananindeua	4.229,00	08/10/92
34	Chaves	Ananindeua	4.182,00	14/08/92
35	Curuçambá	Ananindeua	4.434,00	18/05/92

36	Elo Perdido	Ananindeua	4.400,00	09/12/92
37	Enoé	Ananindeua	10.542,70	01/07/92
38	Falcolândia	Ananindeua	4.200,00	20/02/92
39	Feira Parque União	Ananindeua	2.444,00	01/07/92
40	Girassol	Ananindeua	4.150,00	08/07/92
41	Heliolândia Urbana	Ananindeua	4.220,00	02/05/92
42	Heliolândia Rural	Ananindeua	5.000,00	02/05/92
43	Henrique I	Ananindeua	5.525,10	01/07/92
44	Henrique II	Ananindeua	6.717,15	06/10/92
45	Jaderlinda	Ananindeua	4.790,00	07/05/92
46	Japonês	Ananindeua	12.972,10	01/07/92
47	Jardim Dom Bosco I	Ananindeua	22.705,60	01/07/92
48	Jardim Natal	Ananindeua	3.766,60	01/07/92
49	Jardim Samambaia I	Ananindeua	19.458,10	01/07/92
50	Jacolândia ou Trevo	Ananindeua	4.490,00	30/09/92
51	Joércio Barbalho	Ananindeua	9.720,60	01/07/92
52	Lago Azul	Ananindeua	4.330,00	23/11/92
53	Levylândia	Ananindeua	4.259,00	24/09/92
54	Lopolândia	Ananindeua	4.200,00	24/09/92
55	Maguari	Ananindeua	367.000,00	06/10/92
56	Moara	Ananindeua	2.992,10	01/07/92
57	Mon Cherry	Ananindeua	4.820,30	01/07/92
58	Morada Maria Melo	Ananindeua	3.400,00	01/07/92
59	Morada Nova	Ananindeua	44.681,55	01/07/92
60	Monte Sinai	Ananindeua	33.766,25	01/07/92
61	NS do Bom Remédio	Ananindeua	3.390,00	25/08/92
62	Nova Jerusalém II	Ananindeua	1.775,00	01/07/92
63	Novo S. Félix de Valois/Morada Nova	Ananindeua	402.000,00	25/08/92
64	Orlando Ventura	Ananindeua	4.490,00	01/07/92
65	Park Aurá	Ananindeua	4.800,00	01/07/92
66	Parque Anny II	Ananindeua	10.874,80	01/07/92
67	Parque Laguna	Ananindeua	4.400,20	01/07/92
68	Paulo Fonteles	Ananindeua	4.943,00	01/07/92
69	Portugal	Ananindeua	60.339,83	01/07/92
70	Pte. João Batista	Ananindeua	4.572,00	01/07/92
71	Remanescentes	Ananindeua	4.120,00	01/07/92
72	Saré	Ananindeua	32.554,70	01/07/92

73	Terra do Sol	Ananindeua	82.251,70	01/07/92
74	Tokio	Ananindeua	10.489,30	01/07/92
75	Jardim das Acássias	Santa Izabel	54.160,82	06/10/92
76	NS de Nazaré	Belém	25.707,00	05/06/93
77	Nova vida	Ananindeua	129.721,00	23/09/93
78	Água de Lindóia	Belém	2.500,00	05/06/93
79	Barão do Triunfo	Belém	1.231,05	05/06/93
80	Brasília I	Belém/Outeiro	273.975,43	17/11/93
81	Brasília II	Belém/Outeiro	257.699,53	17/11/93
82	Comunidade NS de Nazaré	Belém	25.707,00	05/06/93
83	Copacabana do Norte	Belém/Outeiro	3.100,00	14/10/93
84	Cubatão	Belém/Icoaraci	78.601,00	05/06/93
85	Jardim Canarinho	Belém/Icoaraci	3.498,00	21/11/93
86	Jardim Santana	Belém	3.970,00	11/08/93
87	Jardim Sideral	Belém	10.924,76	24/10/93
88	Jesus Maria José	Belém	43.567,00	27/09/93
89	José Pires Franco	Belém	292.920,00	28/09/93
90	José Pires Franco (Pedreira)	Belém	5.160,00	28/09/93
91	Maria José	Belém/Icoaraci	3.124,00	08/10/93
92	Marinha	Belém/Icoaraci	4.000,00	17/11/93
93	Nova Olinda	Belém/Icoaraci	3.636,00	09/03/93
94	Novo Horizonte	Belém/Icoaraci	3.500,00	23/09/93
95	Nordisk	Belém	3.343,00	17/11/93
96	Novo Império	Belém	25.651,16	17/11/93
97	Novo Progresso	Belém	3.000,00	15/06/93
98	Oliveira Simões	Belém	2.413,00	01/11/93
99	Paracuri I	Belém	117.568,00	29/06/93
100	Paracuri II	Belém	172.480,00	05/06/93
101	Parque Verde	Belém	186.582,03	05/06/93
102	Parque Zoghbi	Belém/Icoaraci	3.400,00	09/03/93
103	Pratinha	Belém	180.072,00	23/09/93
104	Pratinha I	Belém	18.072,00	23/09/93
105	Pratinha	Belém/Icoaraci	3.569,00	28/11/93
106	Pte. Tancredo Neves	Belém/Icoaraci	3.250,00	21/10/93
107	Riso II	Belém/Icoaraci	1.278,24	17/11/93
108	Santa Luzia	Belém	27.100,00	17/11/93
109	Santo Amaro	Belém	2.200,00	24/09/93

110	Santos Dumont	Belém	2.100,00	09/03/93
111	Uchiteua I	Belém/Icoaraci	62.072,48	23/09/93
112	Uchiteua II	Belém/Icoaraci	65.072,48	23/09/93
113	Águas Limpas	Ananindeua	130.815,60	05/06/93
114	Belo Horizonte	Ananindeua	83.771,25	05/06/93
115	Cosanpa I	Ananindeua	23.432,00	05/06/93
116	Cosanpa II	Ananindeua	17.896,00	05/06/93
117	Cristo Rei	Ananindeua	4.540,09	07/09/93
118	Gracilândia	Ananindeua	4.100,00	30/09/93
119	Icuí-Guajará III	Ananindeua	88.919,32	17/11/93
120	IPASEP	Ananindeua	51.376,00	23/09/93
121	Jacaré	Ananindeua	4.700,00	07/06/93
122	Japonês I	Ananindeua	12.972,10	23/09/93
123	Jardim Abolição	Ananindeua	4.800,00	11/04/93
124	Jardim Dom Bosco II	Ananindeua	56.305,00	05/06/93
125	Jardim Dom Bosco III	Ananindeua	30.690,00	05/06/93
126	Jardim Renascente	Ananindeua	4.439,00	23/09/93
127	Jardim Sideral I	Ananindeua	128.490,00	05/06/93
128	Jardim Sideral II	Ananindeua	9.368,25	05/06/93
129	Jardim Tropical	Ananindeua	4.800,00	05/06/93
130	Jerusalém	Ananindeua	4.280,00	05/06/93
131	Jibóia Branca 7ª	Ananindeua	14.990,00	23/09/93
132	Jibóia Branca 7B	Ananindeua	15.000,00	23/09/93
133	Lote nº 11/Icuí-Guajará (Velho Cristo)	Ananindeua	51.385,00	23/09/93
134	Nosso Lar	Ananindeua	89.549,00	23/09/93
135	Novo Ariri II (Lote 1)	Ananindeua	30.000,00	23/09/93
136	Novo Ariri II (Lote 3)	Ananindeua	30.000,00	23/09/93
137	Novo Independência	Ananindeua	4.230,00	17/11/93
138	Olga Chamiê	Ananindeua	22.320,00	17/11/93
139	Olivia	Ananindeua	20.029,00	05/06/93
140	Pato Macho II	Ananindeua	2.380,00	05/06/93
141	Perfon	Ananindeua	4.000,00	05/06/93
142	Samambaia	Ananindeua	4.350,00	23/09/93
143	Santa Clara	Ananindeua	79.815,00	23/09/93
144	Sítio Guajará	Ananindeua	15.863,75	05/06/93
145	Teixeirinha	Ananindeua	4.260,00	15/09/93
146	Term. de Ananindeua	Ananindeua	4.242,00	17/11/93

147	Transterra	Ananindeua	139.151,00	17/11/93
148	Vila Nova União	Ananindeua	57.485,81	05/06/93
149	Vila Seremos Felizes	Ananindeua	4.460,00	05/06/93
150	Bairro Verde	Marituba	4.416,00	05/06/93
151	Decouville	Marituba	2.336.882,97	05/06/93
152	Parque das Palmeiras	Ananindeua	161.920,00	05/06/93
153	Parque das Palmeiras	Marituba	151.920,00	28/06/93
154	Santa Lúcia	Marituba	56.768,90	17/12/93
155	Massoler	Benevides	212.937,00	28/06/93
156	Novo Horizonte	Benevides	42.897,00	11/07/93
157	Bairro Novo	Santa Barbára	25.650,15	28/10/93
158	Boa Esperança IV	Belém	12.000,00	29/03/94
159	Deus é Amor	Belém	23.000,00	28/12/94
160	Fé em Deus	Belém/Icoaraci	43.466,00	28/12/94
161	Fé em Deus I	Belém/Icoaraci	51.928,12	28/12/94
162	Piraíba de Assunção I	Belém/Icoaraci	3.900,00	21/12/94
163	Piraíba de Assunção II	Belém/Icoaraci	3.413,00	21/12/94
164	Recanto Verde	Belém/Icoaraci	56.531,40	29/11/94
165	Bechara Mattar	Ananindeua	50.000,00	24/11/94
166	Cacimba	Ananindeua	4.471,00	24/11/94
167	Fé em Deus II	Ananindeua	4.346,60	28/12/94
168	Granja Três de Maio	Ananindeua	660.000,00	24/11/94
169	Jardim Bom Futuro II	Ananindeua	49.100,00	14/11/94
170	Jardim do Sol	Ananindeua	4.376,00	31/10/94
171	Nova Esperança	Ananindeua	6.000,00	22/12/94
172	Pedreirinha	Ananindeua	207.810,09	25/10/94
173	Riacho Doce	Ananindeua	320.930,00	26/12/94
174	Terra Santa	Ananindeua	4.000,00	08/09/94
175	Riacho Doce/Formosa Colina	Benevides	320.930,00	26/11/94
176	Umirizal	Benevides	43.800,00	11/04/94
177	Samambaia	Santa Bárbara	11.100,00	06/05/94

Fonte: COHAB (2010)

Organização: Flávia Cavalcante

É necessário ressaltar que o ano de instalação de cada uma dessas ocupações não condiz com sua origem efetiva. As datas descritas nos Quadros 02, 03 e 04 dizem respeito ao período em que essas ocupações foram cadastradas pela

Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), sendo que cada uma delas já existia há pelo menos cinco anos antes de ter sido cadastrada pelo órgão (COHAB, 2010) (Mapa 06).

Outro aspecto importante referente aos dados apresentados nos quadros, diz respeito à “coincidência” das datas de registros das ocupações, pois muitas delas ou foram cadastradas na mesma data ou em períodos muito próximos. Na verdade, o que existiu, quando do cadastro de muitas dessas ocupações, foram interesses político-partidários e também individuais e, sem dúvida, os interesses por parte do governo do Estado do Pará, principalmente em períodos de eleição, quando, visando a obter sucesso nas urnas, solicitava à COHAB que seus técnicos fossem até determinada área de ocupação para fazer uma visita para fins de iniciar o processo de regularização da área. No entanto, apesar de terem sido cadastradas pela Companhia de Habitação do Estado do Pará, a maioria delas ainda não foi desapropriada até hoje (COHAB, 2010).

De 1994 até o ano de 2008, novas áreas de assentamento foram cadastradas pela COHAB para futuramente serem regularizadas (Quadro 05). Vale ressaltar que a COHAB manteve como data de instalação dessas áreas o primeiro cadastro feito pela Companhia e não a data efetiva de início do processo de regularização, isto é, a partir da primeira visita técnica feita pela Companhia de Habitação do Pará.

Quadro 05 – RMB: Áreas de Ocupação Cadastradas pela COHAB de 1994 até 2008				
Quantidade	Denominação	Município	Área (m²)	Ano de Instalação
01	Dom Manuel II	Ananindeua	29.490,00	31/10/94
02	Gruta	Ananindeua	21.101,00	31/10/94
03	Guajará	Ananindeua	65.616,00	31/10/94
04	Jardim Itapoã	Ananindeua	15.376,00	31/10/94
05	Mirizal	Marituba	43.000,00	17/11/94
06	São Francisco	Marituba	44.000,00	11/09/94
07	Begolândia	Benevides	40.009,00	23/04/94
08	Liberdade	Benevides	147.098,00	19/03/94
09	Santa Rosa	Benevides	102.000,00	08/10/94

10	Colônia Chicano	Santa Bárbara	17.000,00	08/04/94
11	Livramento	Santa Bárbara	47.000,43	24/01/94
12	Morada Nova	Santa Bárbara	54.000,00	30/09/94
13	Pau D'Arco	Santa Bárbara	99.097,00	19/07/94
14	Bairro Novo	Santa Izabel	39.00,54	19/03/94
15	Jardim Mirai	Santa Izabel	102.036,00	24/09/94
16	Novo Horizonte Molpasa	Santa Izabel Santa Izabel	78.078,00 15.000,00	19/03/94 23/04/96
17	Santa Terezinha	Santa Izabel	100.009,00	19/06/94
18	Almir Gabriel	Marituba	207.654,00	30/09/95
19	ASPA	Marituba	33.443,00	21/12/95
20	Beija-Flor	Marituba	102.098,00	19/05/95
21	Nova União	Marituba	147.980,00	04/05/95
22	Novo Bairro	Benevides	76.000,87	12/11/95
23	Muririm	Benevides	74.000,00	11/09/95
24	Batista	Santa Bárbara	23.403,00	19/02/95
25	São Paulo das Pedrinhas	Santa Bárbara	47.500,00	09/08/95
26	Área Baixa do Tatu	Santa Izabel	32.000,00	05/06/95
27	Pedreirinha	Marituba	54.002,00	06/05/96
28	Jardim Paraíso	Santa Izabel	23.047,00	07/11/96
29	Piçarreira (Sta. Rita de Cássia)	Santa Izabel	19.000,00	04/10/96
30	Bairro Novo (NS da Paz)	Marituba	23.456,00	09/07/97
31	D. Aristides	Marituba	29.098,87	23/09/97
32	São João	Marituba	22.000,34	29/08/97
33	São José	Marituba	17.089,00	29/08/97
34	Localidade do Casco	Santa Bárbara	32.000,02	16/02/97
35	Prata	Santa Bárbara	34.000,00	27/06/97
36	Novo Horizonte	Marituba	87.090,00	29/07/98
37	Fama	Belém/Outeiro	11.343,00	02/07/98
38	Cabanagem	Belém	50.000,00	12/09/04
39	Pantanal	Belém	299.849,01	24/09/07
40	Pratinha	Belém	63.511,33	24/09/07
41	Jardim Jader Barbalho	Ananindeua	85.707,08	24/09/07

42	Fé em Deus I	Belém	14.769,96	29/09/08
	Fé em Deus II	Belém	102.232,40	29/09/08
	Fé em Deus III	Belém	55.828,86	29/09/08
	Fé em Deus IV	Belém	19.450,98	29/09/08
	Fé em Deus V	Belém	9.134,86	29/09/08
	Fé em Deus VI	Belém	4.174,82	29/09/08
43	Generalíssimo/São Miguel	Belém	55.968,38	20/03/08
44	Taboquinha	Belém/Icoaraci	117.972,20	11/01/08
45	Taboquinha I	Belém/Icoaraci	10.693,07	11/01/08
46	Taboquinha II	Belém/Icoaraci	13.464,98	11/01/08
47	Taboquinha III	Belém/Icoaraci	2.373,70	11/01/08

Fonte: COHAB (2010)
Organização: Flávia Cavalcante

Há ainda a necessidade de destacar as ocupações urbanas existentes no distrito de Mosqueiro, pertencente ao município de Belém. Apesar de não se encontrar às margens da rodovia BR-316, a Ilha de Mosqueiro conheceu um expressivo crescimento populacional e urbano nas últimas décadas. Esse crescimento é reflexo da proximidade do distrito com a capital Belém e os demais municípios que compõem a Região Metropolitana. Tal proximidade foi favorecida pelo desenvolvimento dos transportes que triplicaram no que diz respeito ao número de empresas que realizam o itinerário Belém-Mosqueiro e vice-versa.

Os dados das ocupações apresentados no Quadro 06 não seguem os mesmos critérios que os apresentados nos quadros anteriores, pois eles foram construídos a partir dos documentos fornecidos pela COHAB, isto é, trabalhamos somente com áreas que estão registradas pela companhia. Não tendo Mosqueiro nenhuma área cadastrada pela COHAB, foi necessário utilizar outro critério para que o distrito não ficasse excluído de nosso levantamento, pois se assim o fizéssemos, a pesquisa ficaria incompleta.

Quadro 06 – Distrito de Mosqueiro: Áreas de Ocupação (1999-2008)

Quantidade	Denominação	Município	Ano de Instalação
01	Pantanal	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
02	Cajueirinho	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
03	Poeirão	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
04	Fazenda Clube	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008

05	Jardim Rosália	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
06	Prainha	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
07	Murubira	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
08	ASCB	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
09	Consciência	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
10	Variante	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
11	Vasco da Gama	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
12	Ariramba (Coragem)	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
13	Terra Alta	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
14	Igaracoco	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
15	Cajueiro (Vila Sapo)	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
16	Vila de Pescadores	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
17	Pução	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
18	Curvão	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
19	Bairro Novo	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
20	Lote do Mendes	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
21	Estrela da Manhã	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
22	Coréia	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
23	Taba (Mártires de Abril)	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
24	Caruara	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
25	Vale do Paraíso	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
26	APROAR	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
27	Ipixuna	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
28	São Geraldo	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
29	Parque Severino	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
30	Dorothy I	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008
31	Dorothy II	Belém/Mosqueiro	Entre 1999 e 2008

Fonte: Ferreira (2010) e Prefeitura de Belém (2011)
Organização: Flávia Cavalcante

Não foi possível obter informações precisas referentes à data exata do surgimento dessas ocupações e do tamanho da sua área em km². A Prefeitura de Belém informou que não há informações tão específicas em seus registros no que diz respeito às áreas de ocupação em Mosqueiro. Na verdade, pudemos comprovar que a existência de muitas dessas áreas ocupadas nem sequer é de conhecimento do poder público municipal.

Não há como não nos questionarmos acerca de tão expressivo crescimento e/ou surgimento de tantas áreas de ocupação no interior da Região Metropolitana de Belém. Sem dúvida, para que a proliferação dessas áreas se intensificasse cada vez mais, vários agentes participaram e participam ainda desse processo que se configura na periferia da RMB.

Segundo Trindade Jr. (1998), seis agentes participam diretamente da rede que se configura em torno das ocupações de terra para fins de assentamento. São eles:

- a) O “invasor”³²: é aquele que ocupa o terreno para fins de sua própria habitação;
- b) Ocupante intermediário: garante a posse do terreno para posteriormente repassá-lo a terceiros;
- c) Agenciador ou “posseiro profissional”: comanda o processo de ocupação, estando geralmente vinculado a políticos locais;
- d) Candidatos a cargos públicos: com vistas a ocupar o cargo, este agente incentiva as ocupações;
- e) O poder público: age no sentido de possibilitar a regularização das ocupações através de desapropriações³³; e
- f) Proprietários de terras: veem nas desapropriações de seus terrenos possibilidades de transações lucrativas com o poder público.

Sem dúvida, o elevado número de ocupações “espontâneas” vem consolidando as novas áreas de expansão da RMB. Entretanto, essa dispersão/proliferação das ocupações de baixa renda na área de expansão

se apresenta dissociada de uma política de desconcentração das atividades e empregos urbanos, ocasionando, não raro, custos adicionais de transporte aos moradores, aumento de despesas familiares e de tempo gasto no deslocamento, sem falar na consolidação de novos padrões de segregação socioespacial, que tendem a reestruturar o espaço metropolitano (TRINDADE JR., 1998, p. 222).

A partir do exposto acima, entendemos que, embora haja uma dispersão residencial, esta não é acompanhada de serviços considerados essenciais.

³² Nossa análise se concentrará no papel desse agente em específico, referindo-nos aos demais quando necessário.

³³ Ocorrem quando o governo repassa às famílias ocupantes a titulação definitiva dos lotes ocupados.

O efeito total dessas contradições produz uma paisagem urbana que é o resultado de um processo contingente, não funcional de desenvolvimento desigual. Fenômenos como deterioração, especulação, altos e baixos na propriedade, poluição, os padrões espaciais diferenciais de áreas residenciais etc são produzidos pelo próprio processo de desenvolvimento capitalista da terra, pois esse processo é descoordenado e anárquico (GOTTDIENER, 1993, p. 107).

De fato, o que se pode perceber é que a proliferação “desordenada” de novas áreas de ocupação estimulou a crescente explosão urbana não somente da RMB, mas também da Amazônia como um todo.

Segundo dados do IBGE, em 1991, 36,37% (398.483 habitantes) da população da RMB morava em áreas de ocupação. Em 1996, esse índice alcançou cerca de 39,05% da população (1.401,305 habitantes) e em 2000 o percentual se elevou para 41,73% da população (1.497,476), o que significa dizer que cerca de um milhão e meio de pessoas residem hoje em áreas de ocupação distribuídas pelos seis municípios pertencentes à RMB.

Dos municípios integrantes da RMB, Belém é ainda o que mais concentra população. Entretanto, nos municípios de Benevides, Santa Bárbara e Santa Izabel do Pará vem ocorrendo uma crescente transformação do solo rural em urbano. Especificamente em Santa Izabel, há um acelerado crescimento dos assentamentos residenciais localizados na área urbana central e também para além do núcleo urbano central³⁴. Na verdade, há um espraiamento da malha urbana residencial em direção a Santa Izabel do Pará que obedece à dinâmica de dispersão atual. Entretanto, essa expansão residencial não se enquadra nas normas da política urbana³⁵ elencadas no texto do Plano Diretor do município de Santa Izabel do Pará.

³⁴ O Município de Santa Izabel do Pará não possui modelos de ocupação ou índices urbanísticos específicos (índice de aproveitamento, taxa de ocupação, recuos e afastamentos) de controle e regularização das áreas de assentamento (SANTA IZABEL DO PARÁ, 2006).

³⁵ Os instrumentos de controle do uso e ocupação do solo urbano listados no Plano Diretor de Santa Izabel do Pará são: “I – parcelamento, utilização e edificação compulsórios; II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressiva no tempo; III – desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública; IV – usucapião especial de imóvel urbano; V – direito de superfície; VI – direito de preempção; VII – outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso; VIII – transferência do direito de construir; IX – operação urbana consorciada; X – estudo prévio de impacto de vizinhança; XI – contribuição de melhoria; XII – instituição das unidades de conservação ambiental; XIII – instituição das unidades de especial interesse; XIV – regularização fundiária; XV – concessão de direito

Neste plano, está discriminado que deve haver o controle de uso e ocupação do solo e uma política fundiária, tendo como principais ações estratégicas a ampliação da infraestrutura básica de vilas e aglomerações urbanas. Entre essas ações estão a urbanização de assentamentos precários e a construção de unidades habitacionais, o Jardim das Garças I e II (Figura 03), ambos com recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e sob a responsabilidade de execução da Companhia de Habitação do Pará (COHAB).

Segundo o Prefeito de Santa Izabel do Pará, Marió Kató, além dos custos é necessário grande aporte de recursos para iniciar e finalizar todo o processo de regularização das áreas de ocupação do município.

Nós já fizemos todo um apanhado dos proprietários de todos os nossos bairros de invasão pra que a gente pudesse fazer um grande projeto de legalização. Houve entre 2007-2008 um financiamento do Governo Federal pra fazer essa regularização, mas o recurso disponibilizado pelo próprio governo foi muito pequeno, os municípios do Sul levaram praticamente todo e aí não sobrou nada pro Norte porque o custo dessa legalização é alto, é indenização, toda aquela parte cartorial e aí tem que fazer um inventário de famílias, geralmente essas famílias são antigas, o proprietário já morreu e como teve a área invadida eles abandonaram. Todo esse trabalho não é muito fácil, é difícil de resolver. Isso porque nós temos uma demanda tão grande com problemas sérios de abastecimento, de serviços, e ainda tem que se preocupar com a legalização das áreas que estão com as pessoas, que não é pública, que é privada. A gente tem esse interesse, a gente quer fazer, até porque eu ganho com isso, mas a gente se depara com entraves financeiros pra resolver o problema. Mas tem que ser feito, porque essas áreas legalizadas têm todos os tributos mais regulares, tudo mais organizado, o cartório trabalha melhor, tudo fica melhor (Marió Kató, Prefeito de Santa Izabel do Pará, Médico, entrevista realizada em 01/12/2010).

Apesar de o prefeito de Santa Izabel mostrar preocupação, o que pudemos perceber é a total falta de prioridade por parte do poder público municipal para com a regularização fundiária, bem como também para com a devida dotação infraestrutural dessas áreas de ocupação. Segundo a COHAB (2010), desde o surgimento da primeira área de ocupação cadastrada pelo órgão em 1992, não houve nenhum interesse, por parte do poder público estadual e municipal, em regularizar tais áreas. Em contrapartida, houve interesse de construir um residencial com o objetivo de remanejar moradores residentes em algumas áreas de risco existentes no município de Santa Izabel do Pará. Na verdade, nos parece mais importante para o poder público (Estado e Município) amenizar as pressões criando um residencial relativamente bem estruturado e regularizado do que propriamente enfrentar os trâmites burocráticos e os altos custos necessários para a regularização fundiária das áreas de ocupação de Santa Izabel do Pará.

O projeto do Residencial Jardim das Garças I e II surgiu de uma demanda por parte do Estado (na gestão anterior do atual governador Simão Jatene do Partido da Social Democracia Brasileira) na busca por áreas para fins residenciais visando a diminuir a pressão e o surgimento de novas ocupações na área urbana do município. Quando da apresentação do projeto à Caixa Econômica Federal, ele não foi aprovado, pois não se enquadrava em nenhum programa habitacional do governo federal, isto é, não seguia os parâmetros e normas estabelecidas nas cartilhas dos programas. Diante disso, o Estado decidiu aplicar recursos próprios para a construção do residencial. Foi somente a partir da gestão da Governadora Ana Júlia Carepa (Partido dos Trabalhadores) que a Caixa Econômica Federal passou a aplicar recursos no projeto até a sua finalização.

O loteamento no qual foi construído o residencial Jardim das Garças I e II³⁶ foi devidamente registrado em cartório em nome da COHAB. O projeto foi

³⁶ O residencial Jardim das Garças I e II teve seu projeto baseado nos parâmetros estabelecidos pelo Ministério das Cidades e seu instrumental jurídico baseado na CDRU (Concessão de Direito Real de Uso). Esta última delimita o cumprimento das seguintes normas, em linhas gerais: é transferível por ato inter vivos ou por sucessão legítima ou testamentária, a título gratuito ou remunerado, como os demais direitos reais sobre coisas alheias, com a só diferença de que o imóvel reverterá à administração concedente se o concessionário ou seus sucessores não lhe derem o uso prometido ou o desviarem de sua finalidade contratual (COHAB, 2010).

aprovado em 2007, vindo a ser concluído somente em 2010, com a construção de 584 unidades habitacionais, sendo que 298 unidades estão no Garças I e 286 estão no Garças II (Figura 04). Do total dessas unidades, 82 estão ocupadas legalmente pela população de baixa renda remanejada da área de ocupação Jardim das Acássias (Figura 05); o restante das unidades foi e/ou está sendo comercializada pela Caixa Econômica Federal, nos moldes do programa “Minha Casa Minha Vida”, do Governo Federal³⁷.

Vale ressaltar que todo o projeto foi planejado e executado pela Companhia de Habitação do Estado do Pará³⁸, porém, após a finalização das obras, a Caixa Econômica Federal comprou da COHAB o lote onde se localiza o residencial, bem como toda a sua infraestrutura. Dessa forma, quem quiser adquirir um lote no Residencial das Garças deverá negociar diretamente com a Caixa Econômica Federal. Entretanto, a Companhia mantém um cadastro de interessados no qual quem estiver incluído terá prioridade na aquisição do lote. Para a elaboração de tal cadastro, a COHAB realizou uma pré-seleção e entre os escolhidos não estão somente pessoas de Santa Izabel do Pará, mas também dos municípios de Belém, Benevides e Castanhal, bem como pessoas jurídicas e pequenos comerciantes. Esse interesse por parte de pessoas de outros municípios em se instalar e/ou residir em Santa Izabel se deve à possibilidade de se morar relativamente bem pagando um valor bem menor do que se pagaria em outros municípios da RMB, como Belém e Ananindeua. Já o interesse que algumas empresas e pequenos comerciantes têm em se instalar em Santa Izabel é decorrente principalmente dos terrenos disponíveis

³⁷ O programa “Minha Casa Minha Vida” tem por objetivo apoiar estados e municípios no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que facilitem o acesso à moradia digna, voltadas ao atendimento de beneficiários com renda familiar até R\$ 1.395,00, por meio de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil ou agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), definidos pela Resolução nº 3.768, de 29 de julho de 2009 do Conselho Monetário Nacional, operando com recursos de subvenção econômica do Orçamento Geral da União e contrapartidas dos estados ou dos municípios. São participantes do programa o governo federal (Ministério das Cidades e Ministério da Fazenda), os proponentes (governos estaduais e municípios), as instituições financeiras, interveniente executor (onde houver parceria da COHAB) e beneficiários (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009).

³⁸ Algumas das famílias já fixadas no residencial sofreram uma ação denominada de “pós-ocupação”. Esta ocorre quando a COHAB retira a família já fixada – reavendo o imóvel – por esta infringir as normas de ocupação estabelecidas pela COHAB e pela Concessão de Direito Real de Uso (COHAB, 2010).

no município a preços bem acessíveis e também à facilidade de escoamento da produção para os principais mercados, os demais municípios da RMB.



Figura 04 – Residencial Jardim das Garças: unidades habitacionais já ocupadas (Foto: Flávia Cavalcante, 21/12/10)



Figura 05 – Jardim das Acássias: área de risco antes ocupada por população de baixa renda (Foto: Flávia Cavalcante, 21/12/10)

Segundo o prefeito, existe outro projeto para a construção de um novo residencial no município de Santa Izabel do Pará, porém este não tem nenhuma participação de órgãos governamentais. Tal projeto foi idealizado e será executado por uma construtora que visa a atingir o mercado imobiliário, que começa a crescer em direção a Santa Izabel do Pará. No entanto, tal projeto deve demorar um pouco para ser iniciado, pois, apesar de já existir todo um planejamento em torno desse empreendimento, ainda não foi escolhida a área onde será construído.

Temos outro projeto aprovado pra 488 casas, estão só negociando o terreno. A prefeitura intermediou isso mas é uma construtora que tá pleiteando área. Ela tem projeto, ela tem tudo aprovado, ela tá negociando áreas para que possa ser implantado o projeto (Marió Kató, Prefeito de Santa Izabel do Pará, Médico, entrevista realizada em 01/12/2010).

Vale ressaltar que somente cerca de 23% da população de baixa renda do município ocupa hoje lotes³⁹ no residencial, o restante foi e ainda continua sendo comercializado num mercado imobiliário cada vez mais interessado em obter lucro e que passa a se “infiltrar” também no âmbito dos programas habitacionais do governo federal. Infelizmente, a construção de um residencial – para as famílias de baixa renda que residem nas áreas de ocupação do município de Santa Izabel do Pará –, que poderia amenizar os problemas habitacionais do município vem de encontro a isso, pois reproduz e intensifica o processo de segregação socioespacial, que é tão marcante no espaço urbano da RMB e da Amazônia como um todo.

Outro aspecto interessante a destacar é que, além das zonas de expansão já existentes no município de Santa Izabel do Pará, o Plano Diretor prevê a criação de novas zonas em áreas fronteiriças ao perímetro urbano, observando a capacidade da infraestrutura e a preservação ambiental⁴⁰, visto que os impactos

³⁹ Os lotes obedeceram às dimensões construtivas estabelecidas para a zona urbana, não tendo, pois, cada um, área inferior a 125,00 m², nem testada inferior a 5,00 m (COHAB, 2010).

⁴⁰ Segundo o Plano Diretor Participativo de Santa Izabel do Pará, “há relação entre ocupações juridicamente irregulares e impacto ambiental, pois nas áreas de preservação ambiental a ocupação deveria ser contida ou, no mínimo, desestimulada por conta de uma série de fatores como: preservar os elementos naturais, proteger o ambiente das intempéries e proteger os mananciais e os cursos d’água, isso sem falar da relação conflituosa também existente entre ocupações irregulares e déficit sanitário” (SANTA IZABEL DO PARÁ, 2006, p. 55).

ambientais verificados, em sua grande maioria, são consequências da expansão urbana e da ocupação “desordenada” do município⁴¹.

Segundo dados do Plano Diretor municipal, existem oito áreas de ocupação irregular em Santa Izabel. Por outro lado, dados do Setor de Terras do município registram seis áreas de ocupação irregular (cerca de 19,5% da zona urbana) de baixa renda dentro do perímetro urbano reconhecidas pelo governo municipal. Das oito áreas registradas pelo Plano Diretor, três estão registradas também pelo Setor de Terras do município: Santa Terezinha, Jardim Mirair e Jardim das Acássias. Porém, em visita às áreas registradas pelo Plano diretor, detectamos, com o apoio do secretário do Setor de Terras do município, Lázaro de Araújo, que duas das oito áreas registradas pelo Plano Diretor do município nunca foram áreas de ocupação, e sim áreas devidamente documentadas em cartório, sendo elas Nova Brasília e Sagrada Família.

Sem dúvida, estamos diante de um processo de dispersão metropolitana, pois aqui se tem a criação de novos espaços passíveis de serem ocupados por uma parcela significativa de população de baixa renda que busca, cada vez mais, ter acesso e/ou se apropriar de um solo urbano mais barato, mesmo que para isso essa população tenha que residir em espaços cada vez mais distantes do núcleo metropolitano. Entretanto, essa “apropriação” cria duas situações problemáticas. A primeira delas é a não legalização das ocupações irregulares do município, já a segunda diz respeito à presença de um número significativo de ocupações irregulares também às margens dos igarapés.

Entendemos que a situação das ocupações que ora se configura no município de Santa Izabel do Pará contradiz os princípios e as diretrizes estabelecidos pela política habitacional do município⁴² que determina:

A redução do déficit; a melhoria das condições de habitabilidade; a inibição de “ocupação desordenada em áreas de risco ambiental”; integração de lotes urbanizados à malha existente; desenvolvimento de técnicas para

⁴¹ Não são definidos no Plano Diretor de Santa Izabel do Pará as taxas de ocupação, bem como os recuos e afastamentos. O que há, de fato, são apenas parâmetros indiretos de ocupação que dizem respeito à restrição ao parcelamento em terrenos com declividade igual ou superior a 30%, como já prevê a Lei nº 6.766/1979 (BRASIL, 1979).

⁴² Apesar da existência dessas diretrizes, não há, no âmbito da política municipal, metas de atendimento ou redução do déficit habitacional, bem como não há instrumentos de participação popular nesta mesma política.

redução do custo de produção da construção; incentivo às cooperativas habitacionais; desenvolvimento de ações conjuntas com outros níveis de governo para as iniciativas habitacionais; ocupação do território urbano em condições compatíveis tecnicamente, e em articulação com as demais políticas setoriais urbanas (transportes, saneamento ambiental, etc) e políticas sociais; regularização fundiária; melhorias das condições dos domicílios existentes; estímulo a participação da iniciativa privada nos empreendimentos habitacionais; remanejamento de moradores de locais considerados impróprios ou de risco, com recuperação ambiental; titulação de terras quilombolas e ribeirinhas para que tenham transporte e geração de emprego e renda, além de acesso à saúde e educação; participação da Caixa Econômica Federal, Estado e União na produção de lotes urbanizados e programas habitacionais (SANTA IZABEL DO PARÁ, 2006, p. 36-37).

Apesar de todas essas diretrizes, o que se observa é a sua total inaplicabilidade. Um exemplo concreto dessa situação diz respeito ao Plano Plurianual 2006-2009 (PPA) do município de Santa Izabel do Pará. Neste plano, não há referência a investimentos destinados para a área da habitação, muito menos a destinação de recursos para a implantação de equipamentos públicos⁴³ (escolas, postos de saúde, entre outros) (SANTA IZABEL DO PARÁ, 2010). Em outras palavras, tem-se um orçamento municipal desvinculado da política habitacional quando, na verdade, deveria ser o contrário. Ademais, a política habitacional do município⁴⁴ não determina diretrizes que integrem de forma proporcional a relação entre o uso e a ocupação do solo com a infraestrutura existente. Segundo o próprio prefeito do município de Santa Izabel, o que há, de fato, diz respeito apenas ao caráter do solo (urbano, rural, de risco etc) e à capacidade de adensamento pela infraestrutura instalada e/ou pela falta dela.

Infelizmente, o recurso que temos hoje pra gerenciar o município só nos deixa operacionalizar melhor os serviços públicos básicos. O que nos falta mesmo é investimento em infraestrutura. Então eu tenho que idealizar projetos de infraestrutura como drenagem, como abastecimento de água, coleta de lixo e tudo mais que compõe a vida urbana aqui no município. Mas veja, o município tá bem, eu acho que ele tá bem organizado, tá bem estruturado, é preciso só mesmo de investimentos em infraestrutura, asfalto, saneamento, drenagem. Precisamos ter nossas ruas pavimentadas, precisamos dar calçada ao nosso pedestre e isso é uma grande deficiência do nosso município (Marió Kató, Prefeito de Santa Izabel do Pará, Médico, entrevista realizada em 01/12/2010).

⁴³ Somente há referência a investimentos em melhorias sanitárias domiciliares e à implantação e ampliação do sistema de abastecimento de água na zona urbana e rural (SANTA IZABEL DO PARÁ, 2006).

⁴⁴ Além disso, não há políticas setoriais urbanas voltadas para habitação, saneamento ambiental e transportes. Estas questões são tratadas de forma generalizada.

O núcleo urbano central do município de Santa Izabel do Pará é constituído por 14 bairros e 35 pequenos distritos (Figura 06). Na zona urbana, temos os bairros Aratanha, Bairro Nobre, Centro, Jardim Tóquio, Jardim Florestal, Santa Lúcia I e II, Triângulo, Nova Brasília, Nova Divinéia, São Raimundo, Sagrada Família, Juazeiro, Jurunas e Moema e as áreas de ocupação Área Baixa do Tatu, Jardim as Acácias I e II, Jardim Paraíso, Jardim Mirai, Molpasa⁴⁵, Novo Horizonte, Piçarreira (Santa Rita de Cássia), Santa Terezinha (Maranguape) e Bairro Novo.

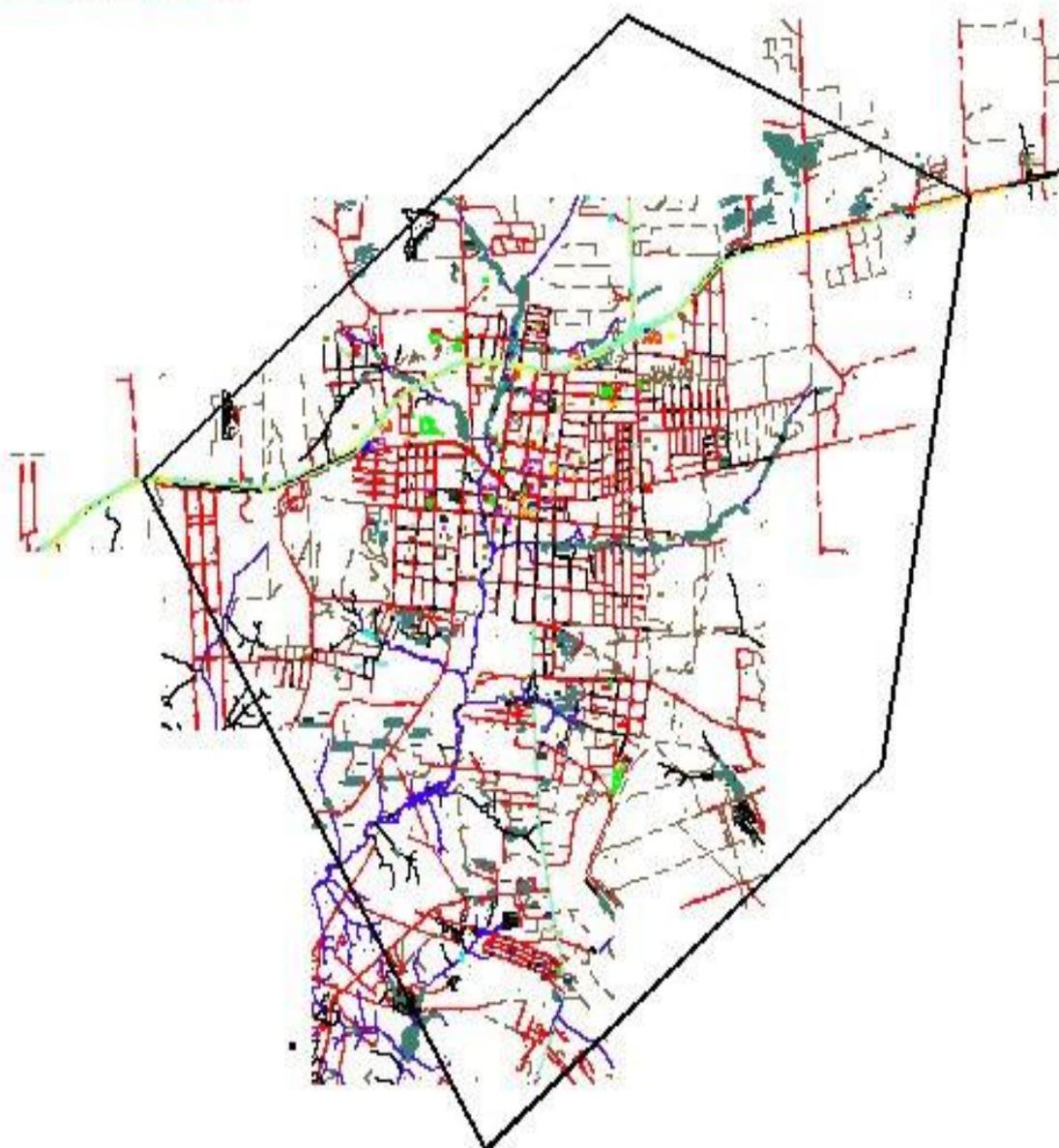
As ocupações Área Baixa do Tatu, Jardim Paraíso, Santa Terezinha (Maranguape), Molpasa, Jardim das Acácias I e II⁴⁶, Jardim Mirai, Bairro Novo, Piçarreira (Santa Rita de Cássia) e Novo Horizonte são todas cadastradas pela prefeitura. Muito embora a existência dessas ocupações já seja de conhecimento do poder público municipal, elas ainda não podem ser consideradas formais, pelo fato de constituírem ocupações “espontâneas” e irregulares que ainda precisam passar pelo processo de desapropriação de suas áreas. Por esse motivo, não existe qualquer levantamento sobre quantas pessoas residem hoje nessas ocupações, bem como também não existe nenhum controle sobre a ocupação dessas áreas.

Merece destaque o fato de que conforme dados levantados através dos formulários de campo, nenhum terreno onde estão localizadas essas ocupações está legalizado do ponto de vista fundiário, fator que dificulta ainda mais o acesso à infraestrutura.

⁴⁵ As ocupações Novo Horizonte e Molpasa eram separadas por uma única rua até 2008. Em meados de 2009 os moradores da área da Molpasa passam a se definir como moradores da ocupação Novo Horizonte. Inclusive as correspondências endereçadas à ocupação Molpasa já estão registradas como pertencentes à ocupação Novo Horizonte. Vale ressaltar que a área da Molpasa surgiu dois anos depois da ocupação Novo Horizonte. Na verdade, a primeira parece ser uma continuação da segunda, inclusive a Molpasa é a menor área das nove ocupações existentes em Santa Izabel com cerca de 75 domicílios apenas; a área é tão pequena que possui apenas uma única rua. Por esse motivo as áreas Molpasa e Novo Horizonte aparecem juntas no quadro 05 e no mapa 05. Vale ressaltar que as entrevistas e os formulários foram aplicados em ambas as ocupações de forma separada, visto que “oficialmente” ainda são duas áreas diferentes.

⁴⁶ A área onde se localiza esses dois bairros é a única de propriedade do Governo do Estado em Santa Izabel do Pará, encontrando-se pendente de desapropriação desde 1992. Essa é uma das quase 280 áreas de ocupação que estão com processos pendentes de regularização fundiária na COHAB.

Figura 06 – Santa Izabel do Pará: Perímetro Urbano



Fonte: Santa Izabel do Pará (2006)

Vale ressaltar que as nove áreas de ocupação existentes em Santa Izabel do Pará estão localizadas em torno dos principais bairros da cidade, isto é, daqueles que oferecem alguns serviços e que possuem pequenos comércios.

A primeira área visitada em trabalho de campo foi a Baixa do Tatu. Segundo o morador mais antigo da área, Antônio Rodrigues da Silva, 64 anos, natural do Maranhão, essa ocupação data de 10 anos, quando de sua chegada. Antes de morar nessa área, seu Antônio ainda foi morador do Bairro Centro, também em Santa Izabel. Atualmente, seu Antonio é aposentado e possui um pequeno bar em sua casa.

De primeiro vim pra cá por causa de trabalho... Depois alcancei minha independência. Sempre fui autônomo... trabalhando pra mim mesmo. Por isso que eu não saio mais daqui. Na minha idade não dá pra mudar de novo (Antônio da Silva, 64 anos, aposentado, entrevista realizada em 13/12/2010).

Há dez anos morador da área, Raimundo Nonato Xavier, 46 anos, natural de Santa Izabel, relata que não deixaria o município para morar em outro local, principalmente por estar próximo a outros municípios, como Belém e Castanhal, e por ser fácil se deslocar para onde quer que se deseje.

Antes daqui morei no Bairro novo. Aqui tenho dez anos e não saio porque tenho trabalho... já até recebi proposta pra trabalhar noutro lugar mas não aceitei porque não era muito boa (Raimundo Xavier, 46 anos, empacotador, entrevista realizada em 13/12/2010).

Maria do Socorro Alves da Silva, de 47 anos, natural de Santa Izabel, mora há 10 anos nessa área. Segundo ela, o maior problema que existe no município é a falta de emprego.

Meu marido tem que ir pra Belém todo o dia pra trabalhar. Ele ficou três anos sem serviço porque aqui ele não conseguia nada. Agora o que pesa e o ônibus, porque mesmo passando toda hora o preço da passagem pra gente que ganha pouco é muito pesado. Às vezes quando ele dá sorte ele pega uma carona (Maria Alves da Silva, 47 anos, dona de casa, entrevista realizada em 13/12/2010).

Mapa 05 – Santa Isabel do Pará: Ocupações Irregulares

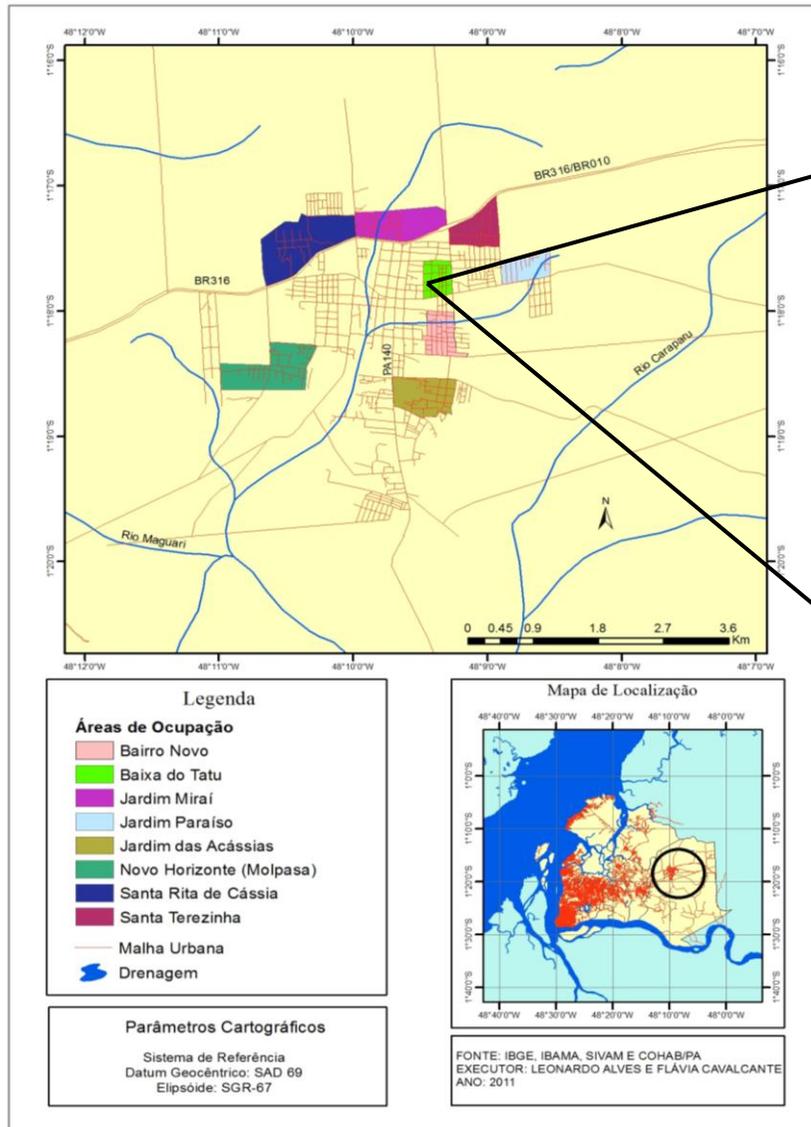


Figura 07 – Área Baixa do Tatu: rua sem drenagem e pavimentação (Foto: Flávia Cavalcante, 13/12/2010)



Figura 08 – Área Baixa do Tatu: rua sem esgoto e coleta de lixo regular (Foto: Flávia Cavalcante, 13/12/2010)

Fonte: Santa Isabel do Pará, 2006.
 Projeto Cartográfico: Leonardo Alves e Flávia Cavalcante

A segunda área visitada foi o Bairro Novo. A ocupação desta área data de 27 anos, segundo o morador mais antigo, seu João Ferreira, de 80 anos, natural do Maranhão:

Os filhos se afastaram e eu fiquei sozinho com a minha esposa, por isso vim pra cá trabalhar e como não tinha onde morar na minha terra acabei ficando. Mas antes eu trabalhei em Pernambuco e também em Inhangapi. O meu filho que é meu procurador, ele fica comigo 15 dias do mês. Ele mora em Americano, eu até se pudesse ia morar lá com ele (João Ferreira, 80 anos, aposentado, entrevista realizada em 13/12/2010).

Maria de Fátima Tavares Oliveira, 57 anos, é natural de Belém, mas há vinte anos escolheu Santa Izabel para morar. Além de ser uma das moradoras mais antigas da área, ela é também a líder comunitária e foi vereadora por quatro vezes pelo município. Além de Belém, Maria de Fátima morou em Ananindeua. Pouco antes de chegar ao Bairro Novo, morou por cerca de um ano no Bairro São Raimundo, também em Santa Izabel. Funcionária da Prefeitura de Santa Izabel, dona Fátima trabalha na área da saúde e é aposentada pelo Estado. Abaixo, ela relata os problemas enfrentados pelo município no que diz respeito ao setor de transporte.

Aqui é bom de morar, principalmente por causa do deslocamento. Tudo é perto. Hoje eu faço até faculdade em Belém. O problema que eu acho é que tem que quebrar o monopólio dessa empresa de ônibus, a antiga izabelense, que hoje é a Bonsucesso. Aí ia ficar bacana, mas isso depende da gestão municipal em melhorar isso aí (Maria de Fátima Oliveira, 57 anos, funcionária pública, entrevista realizada

Ives Cláudio de Azevedo, de 38 anos, é natural de Goiás. Morador da área há 12 anos, ele relata que, apesar de trabalhar no próprio município, não consegue manter sua família com o que ganha. Para ele, a questão do emprego também é um problema grave que deve ser pensado de forma urgente pelo poder público municipal.

Tem muito comércio aqui, mas o problema é que eles não querem pagar mais de um salário e ainda não dão a passagem e nem o vale-alimentação. A minha esposa faz “bico” de lavar roupa e isso ajuda um pouco, mas eu já tô indo de vez em quando procurar trabalho em Belém e em Benevides pra vê se melhora (Ives de Azevedo, 38 anos, comerciante, entrevista realizada em 15/12/2010).

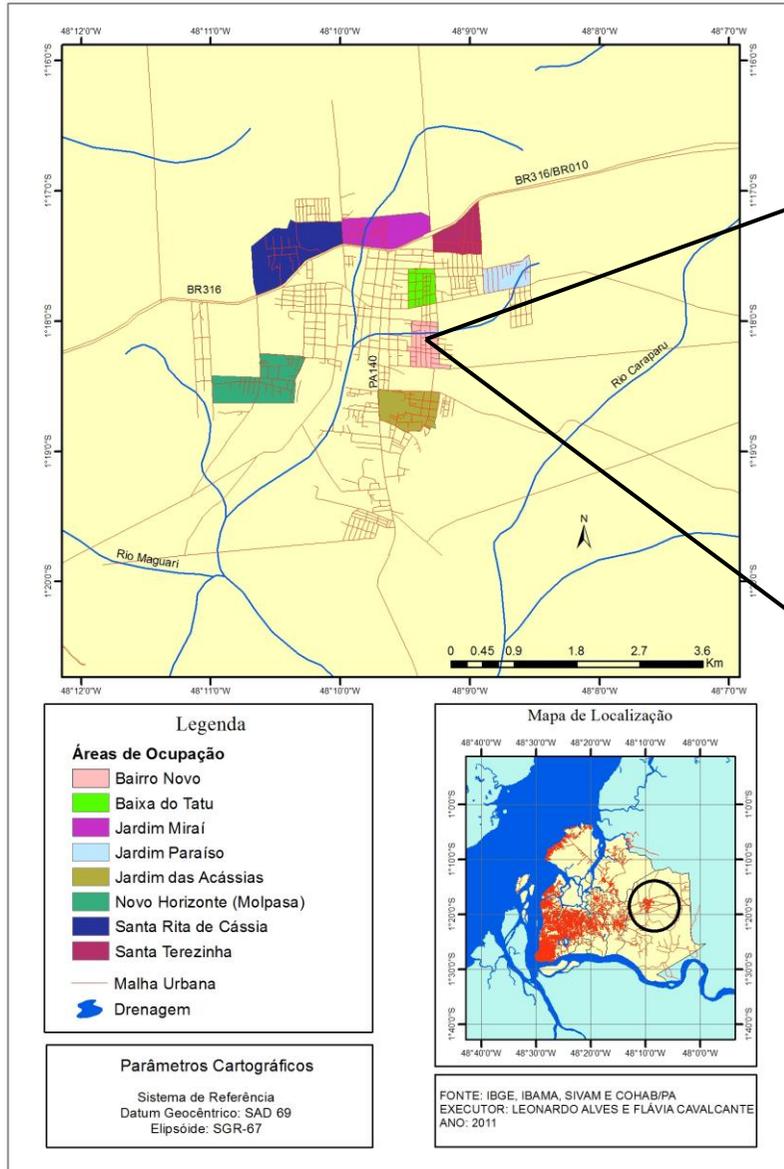


Figura 09 – Bairro Novo: trecho de rua pavimentado (Foto: Flávia Cavalcante, 15/12/2010)



Figura 10 – Bairro Novo: rua sem pavimentação e rede esgoto (Foto: Flávia Cavalcante, 15/12/2010)

A terceira área visitada foi o Novo Horizonte. Segundo o morador mais antigo, seu Manoel Paschoal Fernandes Ferreira, de 57 anos, sua ocupação data de 24 anos. Natural do município, seu Manoel morou antes nos bairros Aratanha, Piçarreira e Santa Rita de Cássia, também em Santa Izabel. Acometido de um derrame há cinco anos, seu Manoel reclama da saúde no município.

Cinco anos que eu não trabalho porque eu tive derrame e sempre tenho que ir no hospital (municipal). Hoje a agente de saúde ainda não veio, que era pra ela vim hoje. Se pudesse ia embora pra Capanema morar com o meu pai ou ia pra Castanhal porque lá é mais perto de banco e pra eu cuidar da saúde (Manoel Ferreira, 57 anos, desempregado, entrevista realizada em 15/12/2010).

Natural de Santa Izabel e morador da área há 9 anos, Marco Emilio Moraes de Oliveira, 29 anos, é o líder da comunidade e não esconde as dificuldades enfrentadas por ela.

Aqui na nossa comunidade não tem posto de saúde. Aqui, você pode ver, é abandonado, falta tudo. Eu consegui quatro computadores pra nossa escola, mas só vão entregar se a escola for reformada, porque a escola, o telhado, tá todo podre, a escola não é murada, uma criança sai e é atropelada pela moto. Então eu vou falar com o Prefeito, já falei com a Ângela [secretária do prefeito] pra marcar uma reunião. Mas a minha luta é um posto de saúde que todo mundo cobra. Outro problema é a água. Eu não tenho água, eu puxo água do vizinho, que aqui a caixa d'água não chega pra gente (Marco de Oliveira, 29 anos, empacotador, entrevista realizada em 15/12/2010).

Seu Aureliano do Carmo Pinheiro, de 57 anos, também reclama da saúde, não somente na área Novo Horizonte, mas em todo o município de Santa Izabel. Para ele, cada posto de saúde tem que ter um médico. Segundo ele, isso não ocorre.

Três vezes que eu fui lá no hospital e não tinha o médico do coração. Aí eles encaminham pra Belém, mas demora mais de um mês pra gente conseguir se consultar. Se alguém passar mal aqui e correr pro hospital é até capaz de morrer e não ser atendido. É muito precária aqui a nossa situação na saúde (Aureliano Pinheiro, 57 anos, autônomo, entrevista realizada em 15/12/2010).

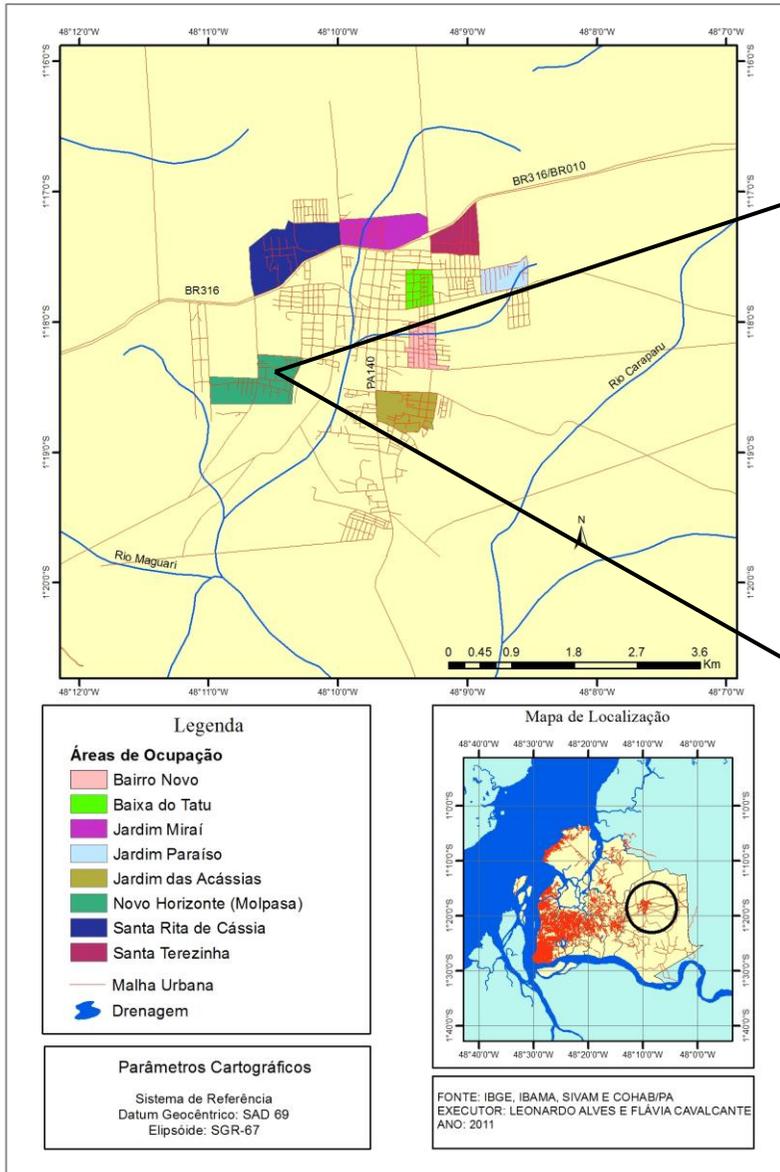


Figura 11 – Novo Horizonte: moradia precária construída em madeira (Foto: Flávia Cavalcante, 15/12/2010)



Figura 12 – Novo Horizonte: moradias precárias de madeira em rua sem pavimentação e rede de esgoto (Foto: Flávia Cavalcante, 15/12/2010)

A quarta área visitada foi o Jardim Paraíso. Logo na chegada, conhecemos seu Antônio José Venceslau, de 46 anos, natural de Minas Gerais. Morador há oito anos da área, José morou também no Maranhão, Acre, Paragominas, Belém, Ananindeua e Castanhal, além, é claro, de sua cidade natal. Dono de um comércio bastante variado, ele diz que ficou em Santa Izabel porque conseguiu montar seu próprio negócio e, apesar de afirmar que não sairia mais de Santa Izabel para morar em outro lugar, ele demonstra preocupação em relação a alguns problemas enfrentados pela comunidade.

Toda vez que não tem atendimento no posto de saúde daqui eu tenho que fazer particular, numa clinica lá do centro de Santa Izabel. Outra coisa é isso aqui que você tá vendo aí no canto da rua, um bando de desocupado, de vadio que não faz nada. E essa rua você tá vendo, não tem saneamento, falta pavimentação, quando chove fica desse jeito aí (Antonio Venceslau, 46 anos, comerciante, entrevista realizada em 16/12/2010).

Benedito Oliveira de Araújo, 53 anos, natural do Ceará, é um dos moradores mais antigos do Jardim Paraíso. Antes de morar em Santa Izabel, residiu em Santa Maria do Pará. Porém, como sempre trabalhou na roça, contraiu câncer de pele. Por esse motivo, veio para Santa Izabel, pois, segundo ele, é mais fácil de se deslocar em direção ao Hospital Ofhir Loyola, em Belém, onde faz tratamento contra a doença.

Pra mim, que preciso de acompanhamento, aqui fica mais perto de Belém. Aqui fica perto de tudo, até pra eu ir pro Moju, onde eu tenho minha rocinha. Como eu tenho esse problema, quem tá lá todo dia é minha esposa. O que eu não tenho é acompanhamento pra minha filha, que é especial. Ela tem epilepsia. Aqui não tem remédio pra ela e eu tenho que pagar a consulta particular na clínica aqui do centro com uma doutora de cabeça. Se não fosse por ela eu me mudava pro Moju, porque tenho roça e tenho uma casinha lá (Benedito Araújo, 53 anos, agricultor, entrevista realizada em 16/12/2010).

Maria Eliza de Souza, 44 anos, é natural de Santa Izabel e moradora da área há 12 anos. Desempregada, ela e o marido pretendem se mudar para Parauapebas onde acham que vão encontrar melhores condições de vida.

Tem dois anos que o meu marido só faz “bico”. Eu nem posso trabalhar porque tenho dois meninos pequenos e não tem com quem deixar. Só não fomos embora ainda porque meus dois filhos maiores ainda tão estudando aqui. Mas minha vontade é procurar emprego lá pro Sul do Pará. Lá tem mais oportunidade de trabalho. A gente pode melhorar de vida (Maria de Souza, 44 anos, desempregada, entrevista realizada em 16/12/2010).

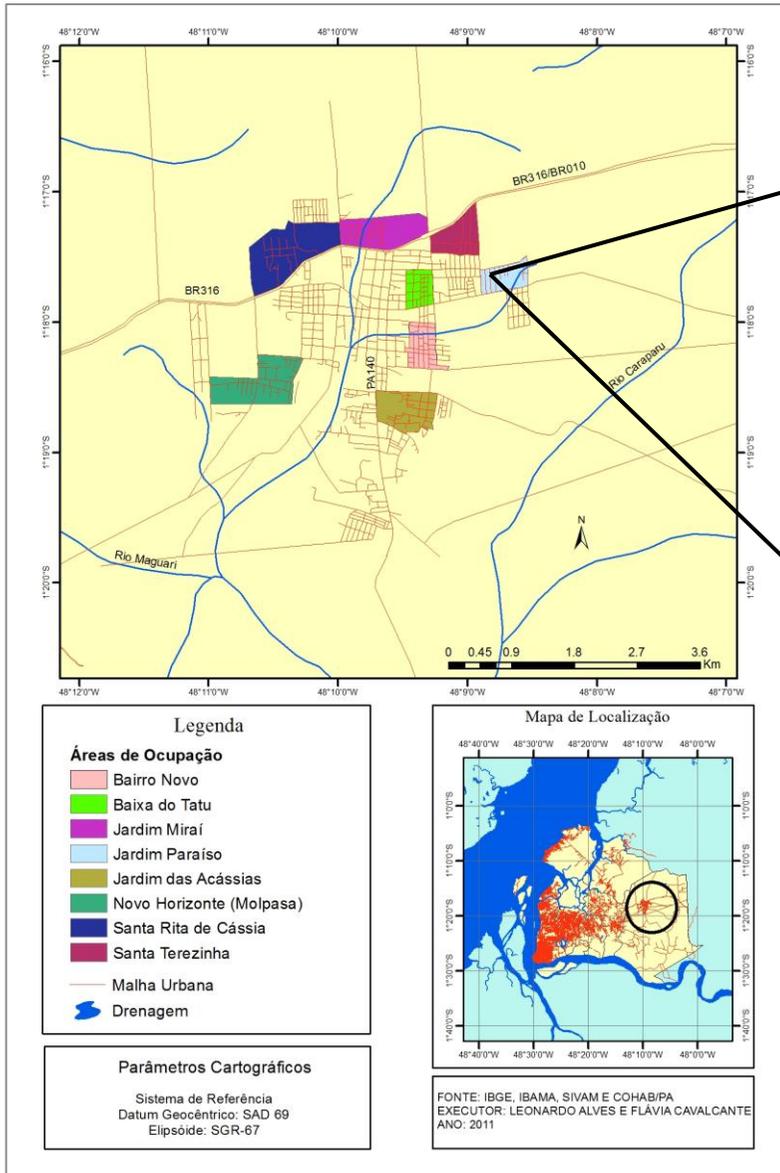


Figura 13 – Jardim Paraíso: rua sem pavimentação apresentando construções residenciais em alvenaria (Foto: Flávia Cavalcante, 16/12/2010)



Figura 14 – Jardim Paraíso: rua sem drenagem, pavimentação e rede de esgoto (Foto: Flávia Cavalcante, 16/12/2010)

A quinta área visitada é a segunda mais antiga de todas. Trata-se da área Santa Terezinha, cuja ocupação data de 30 anos⁴⁷. O primeiro morador da área, Manoel Francisco Ferreira, de 74 anos, é natural do Maranhão e mora há 30 anos na Santa Terezinha. Ele nos contou como chegou a Santa Izabel e o que o fez ficar no município.

Eu saí do Maranhão pra trabalhar no Jari. Quando cheguei, o ônibus já tinha ido e eu tinha ficado. Aí eu peguei um taxi, que eu tava com uma pontinha boa no bolso, pra vê se eu alcançava o ônibus. Então eu perguntei pro motorista onde o ônibus parava, e ele disse, em Castanhal, mas ele falou que o ônibus não demorava muito lá e que não ia dar tempo. Aí eu falei pra ele: e qual é a cidade mais próxima? E ele me disse: é Santa Izabel. Aí eu falei: então me deixa lá. Quando cheguei aqui, não tinha onde ficar. Fui pedir abrigo na delegacia e depois fui falar com o pastor da igreja. Eu sou evangélico, sabe, e ele me ajudou a começar a vida aqui. Primeiro morei ali no bairro Juazeiro e depois vim pra cá. Eu já tinha três filhos. Com essa minha esposa, que eu conheci aqui, tive mais quatro e todo mundo mora aqui comigo. Hoje não ia me embora daqui, talvez pra ir pro Maranhão, que é a minha terra natal (Manoel Ferreira, 74 anos, aposentado, entrevista realizada em 16/12/2010).

José Mauro Pinheiro, de 53 anos, é natural de Belém e líder da comunidade Santa Terezinha. Depois de residir em Belém, Curuçá, Castanhal e Monte Dourado, ele resolveu se fixar em Santa Izabel porque grande parte de sua família já residia no município. Morador da área há 16 anos, ele relembra as diversas vezes em que os candidatos a prefeito visitaram a comunidade. No entanto, estas visitas de nada adiantaram, pois o que pudemos observar é o total abandono da área:

O único prefeito que ainda trouxe o asfalto até bem ali foi o Edilson. Esse que tá aí, já conversei, e ele disse que vai fazer. Se ele não tem recurso porque não vem aqui e fala a verdade, fica mentindo. Quando chove a gente tem que ir de sandália e levar o sapato na mão. Quando não, tem que enrolar as calças até o joelho (José Pinheiro, 53 anos, porteiro, entrevista realizada em 16/12/2010).

⁴⁷ O início da ocupação das áreas em Santa Izabel, segundo os moradores, diverge da data de ocupação cadastrada pela COHAB, pois para os residentes, o início da ocupação se deu a partir da chegada do primeiro morador. Para a COHAB, a ocupação se iniciou a partir do momento em que o órgão tomou conhecimento do fato, efetuando, com isso, o cadastro das áreas.

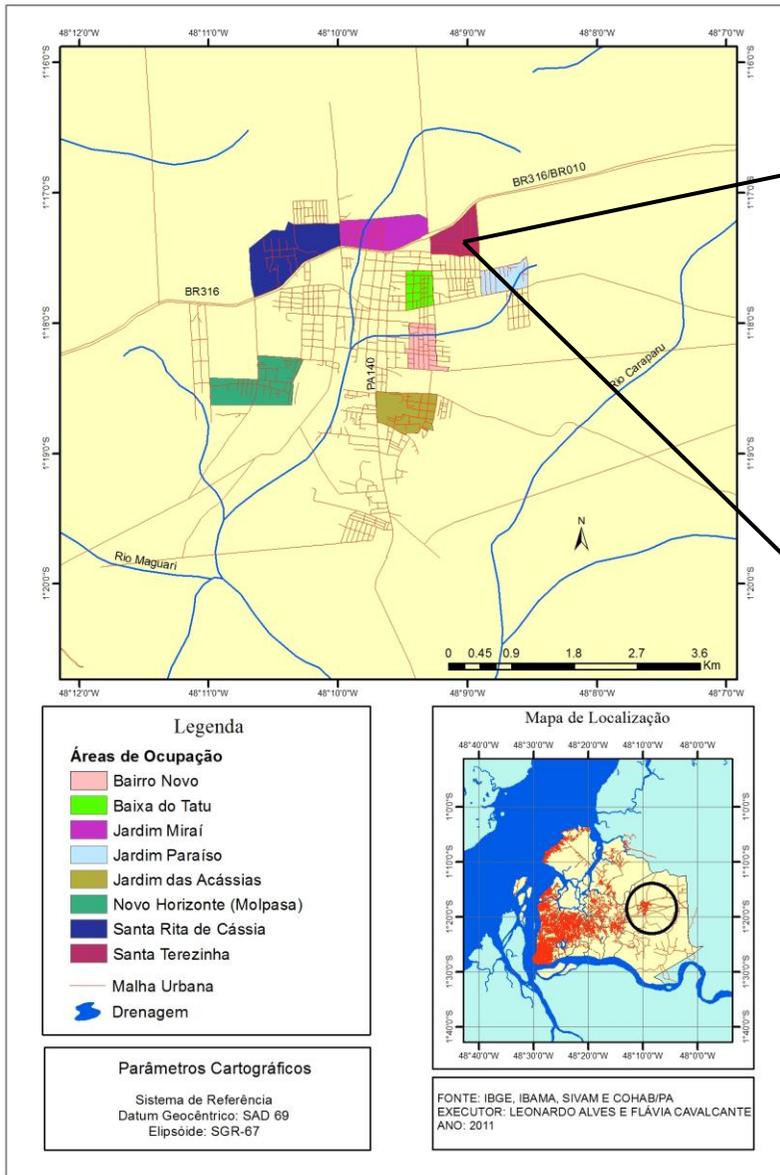


Figura 15 – Santa Terezinha: rua sem rede de esgoto e com pavimentação e drenagem precárias (Foto: Flávia Cavalcante, 16/12/2010)



Figura 16 – Santa Terezinha: rua sem rede de esgoto e com pavimentação e drenagem precárias (Foto: Flávia Cavalcante, 16/12/2010)

José Mauro Pinheiro, de 53 anos, é natural de Belém e líder da comunidade Santa Terezinha. Depois de residir em Belém, Curuçá, Castanhal e Monte Dourado, ele resolveu se fixar em Santa Izabel porque grande parte de sua família já residia no município. Morador da área há 16 anos, ele relembra as diversas vezes em que os candidatos a prefeito visitaram a sua comunidade. No entanto, estas visitas de nada adiantaram, pois o que pudemos observar é o total abandono da área.

O único prefeito que ainda trouxe o asfalto até bem ali foi o Edilson. Esse que tá aí, já conversei, e ele disse que vai fazer. Se ele não tem recurso porque não vem aqui e fala a verdade, fica mentindo. Quando chove a gente tem que ir de sandália e levar o sapato na mão. Quando não, tem que enrolar as calças até o joelho (José Pinheiro, 53 anos, porteiro, entrevista realizada em 16/12/2010).

A aposentada Ângela do Espírito Santo, de 69 anos, é moradora da área há 19. Segundo ela, é impossível andar pelas ruas da comunidade devido aos buracos e à lama existente no local. Para ela, torna-se ainda mais difícil devido à sua idade, por esse motivo ela até evita sair de casa.

É muito difícil você andar nessas ruas daqui. Não existe um lugar sequer que não tenha um buraco. Eu já até cai uma vez em um que tava coberto de lama. Pra eu sair daqui alguém tem que vim me buscar e me deixar, porque eu tenho medo de cair e porque já “tô” velha pra ficar andando em cima da lama. Já pensei até em me mudar daqui por conta dessa situação (Ângela do Espírito Santo, 69 anos, aposentada, entrevista realizada em 16/12/2010).

A sexta área visitada foi a ocupação da Molpasa. O morador mais antigo da área, Bernardo Lima de Oliveira, de 45 anos, relata que sua ocupação data de 10 anos, mesmo período em que seu Bernardo é morador. Foi uma oportunidade de emprego que o fez sair do município de Irituia e ir para Santa Izabel. Hoje é aposentado e recentemente fez uma cirurgia para a retirada de um tumor no cérebro. Por conta desse problema, seu Bernardo necessita de acompanhamento médico, o que ele não encontra em Santa Izabel

A saúde aqui é precária, se eu não tivesse ido pra Belém eu tinha morrido. Mesmo assim ainda esperei seis meses pra poder operar. Se eu pudesse eu morava em Marabá, lá é mais evoluído, tem mais emprego (Bernardo de Oliveira, 45 anos, aposentado, entrevista realizada em 16/12/2010).

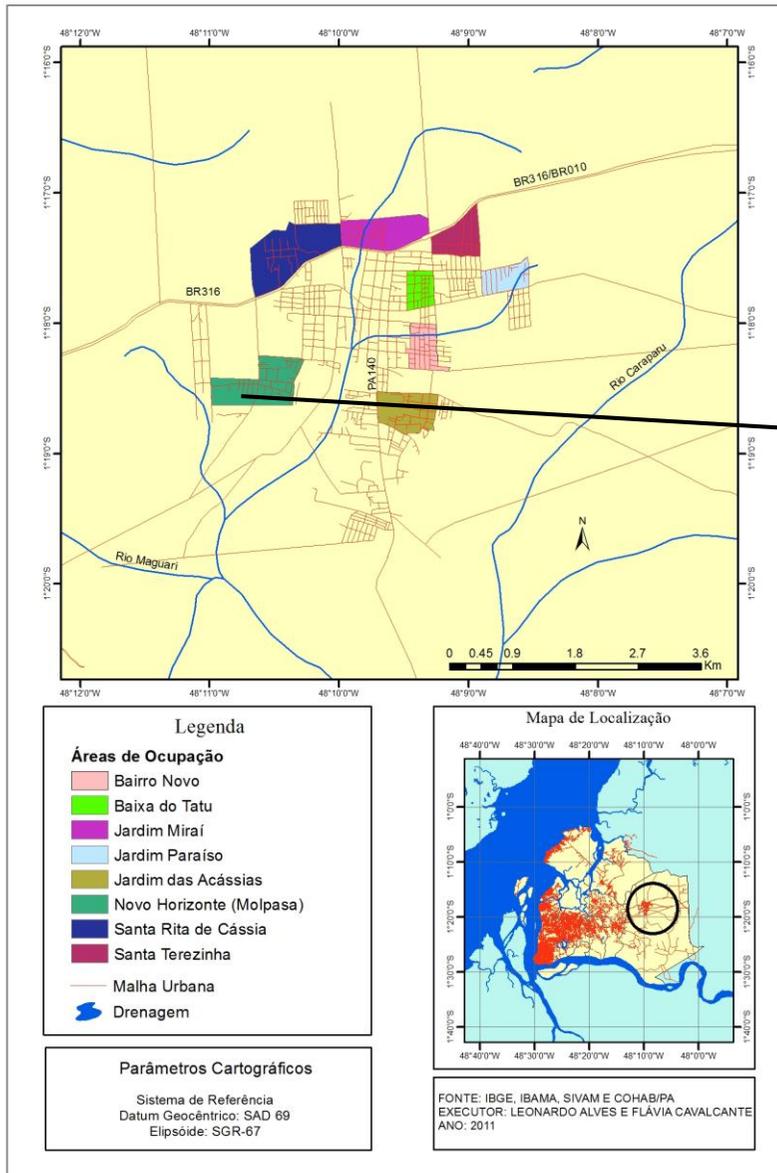


Figura 17 – Molpasa: ocupação constituída por apenas uma rua (Foto: Flávia Cavalcante, 16/12/2010)

Morador há pouco mais de sete anos da ocupação Molpasa, Edmilson Florentino da Silva, de 38 anos, é natural de Santa Izabel, mas não esconde a vontade de morar em Castanhal.

Aqui é tranquilo, mas não tem posto de saúde. A minha mulher, pra ter esse meu menino, sofreu. Ela foi pro hospital daqui, não tinha leito. Foi pro metropolitano, encaminharam ela pra Santa Casa, lá não tinha leito. Ela foi ter na Beneficiante Portuguesa. Eu queria mesmo morar em Castanhal, lá é mais evoluído e tem mais emprego. Aqui não tem emprego, eu e minha mulher “tamo” desempregado. Eu, depois que quebrei a perna, não pude mais trabalhar em obra (Edmilson da Silva, 38 anos, desempregado, entrevista realizada em 16/12/2010).

A falta de trabalho parece ser a preocupação do também desempregado José Miranda da Silva, de 39 anos. Natural de Benevides, ele relata que quase todos os dias sai à procura de emprego em Belém, porém, há dois anos não consegue trabalho. José sobrevive da ajuda do pai, que é aposentado.

É muito difícil pra mim viver aqui, porque eu não consigo trabalho, nem aqui nem em outro lugar. Até já tentei ir pro interior ver se melhorava, mas que nada, tá difícil em todo lugar. De vez em quando eu faço uns “bico”, mas não dá pra viver com isso (José da Silva, 39 anos, desempregado, entrevista realizada em 16/12/2010).

A sétima área visitada foi a ocupação Jardim Miraí. Por ser a ocupação mais próxima do centro de Santa Izabel, essa área é relativamente mais bem estruturada do que as áreas anteriormente visitadas no que diz respeito principalmente ao nível de construção das residências, bem como pela presença de um pequeno centro comercial bastante dinâmico.

Segundo a moradora mais antiga da área, Maria José de Souza Brito, de 53 anos, a ocupação se iniciou há dezesseis anos. Natural de Capitão Poço (Estado do Pará), dona Maria também morou em Castanhal antes de decidir vir morar em Santa Izabel para estudar, atitude que, segundo ela, não a beneficiou muito.

Vim pra estudar, pra melhorar, mas até agora não mudou nada. A minha casa até hoje é de madeira desde que eu cheguei. Porque aqui não tem emprego e quando aparece alguma empresa eles nunca dão preferência pra quem é daqui. Se a gente quiser trabalhar tem que ir pra Castanhal ou pra Benevides O meu filho, só agora, depois de “pelejar” muito, começou a trabalhar. Há dois meses ele trabalha na Micos ali na BR. Por isso que eu queria ir me embora e voltar pra Castanhal. Lá tem mais oportunidade de trabalhar (Maria José Brito, 53 anos, cuidadora de idoso, entrevista realizada em 21/12/2010).

Edgar Dering, de 53 anos, é natural do Rio Grande do Sul e mora no Jardim Miraí há 14 anos onde possui um comércio de porte médio. Ele nos relata que veio para o Pará no início da construção da rodovia Transamazônica. Quando conseguiu juntar um bom dinheiro, procurou um lugar para montar um negócio próprio, encontrou terra barata em Santa Izabel e resolveu ficar. Apesar de mostrar satisfação em morar no município, ele também nos relata os problemas da área.

Depois de trabalhar na Transamazônica eu sempre tive negócio próprio. Primeiro em Benevides, onde eu também morei, e depois aqui. Aqui é muito bom de morar, mas quando alguém fica doente eu tenho que pagar particular porque o SUS é muito ruim. Isso sem falar que as ruas são abandonadas, não tem saneamento, mas o resto é bom. Aqui eu consegui melhorar de vida. Hoje só saio daqui pra voltar pra minha terra natal (Edgar Dering, 53 anos, comerciante, entrevista realizada em 21/12/2010).

Vagner Francisco da Silva Júnior, de 49 anos, é natural de Santa Izabel e mora há 12 anos na área. Para ele, o Jardim Miraí é muito bom de se morar, pois tem comércio, tem supermercado, e tudo mais que ele considera necessário para viver:

Aqui tem tudo que você precisar. Não preciso ir pro centro da cidade comprar nada, tudo que preciso eu encontro aqui. Pra falar a verdade, o único problema aqui é a falta de asfalto. Aliás, não é só aqui. Se você visitar outros bairros vai ver o mesmo problema: ruas esburacadas, sem drenagem e com muita lama. Aqui, pelo menos, a gente tem posto de saúde, água encanada, o lixo é recolhido direitinho, mas tem áreas em que falta tudo mesmo (Vagner da Silva, 49 anos, comerciante, entrevista realizada em 21/12/2010).

A oitava área visitada foi a ocupação Jardim das Acássias⁴⁸, ocupada há 15 anos. Antônio André de Lima, 63 anos, dono de um pequeno comércio, chegou a esta área há dez anos, quando ela já estava ocupada. Cansado da agitação da capital Belém, resolveu procurar outro local para morar, escolheu Santa Izabel do Pará. Hoje ele é aposentado e vive com a esposa.

Em Belém tava difícil de sobreviver, muita gente, agitação, trânsito. Aqui é calmo, tranqüilo, mais fácil pra se deslocar. Eu gosto de cidade pequena. Quero descansar. Até pensei um dia ir pra Macapá, mas nem sei se continua tranqüilo lá. Aqui o problema é a falta de emprego. Tem que trazer mais empresa pra cá, pra desenvolver, pra evoluir, pra gerar emprego (Antônio de Lima, 63 anos, comerciante, entrevista realizada em 21/12/2010).

⁴⁸ O morador mais antigo dessa área não aceitou ser entrevistado e nem preencheu o formulário deixado em sua residência.

À procura de trabalho, dona Maria Matos, de 63 anos, veio de Santo Antonio do Tauá para Santa Izabel há dez anos, juntamente com seus seis filhos. Infelizmente, somente dois conseguiram emprego até o momento.

Lá no Tauá tava difícil de sobreviver, por isso meu esposo comprou aqui. Mas aqui é calmo, tranquilo, só tem mesmo a falta de segurança, negócio de assalto que sempre tem, e também a saúde. Quando não tem atendimento aqui no hospital sempre tem que ir pra Belém que é pra lá que eles mandam a gente (Maria Matos, 63 anos, dona de casa, entrevista realizada em 21/12/2010).

O segurança Odair Damasceno da Silva, de 42 anos, é natural de Santa Izabel e trabalha no município de Marituba. Segundo ele, é muito difícil encontrar emprego em Santa Izabel. Trabalhando em Marituba há dois anos, ele ainda tem direito a um plano de saúde pago pela empresa onde presta serviço. Isso já o fez pensar em ir morar no município onde trabalha.

Fiquei três anos desempregado. Os trabalhos que encontrei aqui em Santa Izabel, a maioria deles não assinava carteira. Pra mim não dava, tenho família, dois filhos. Mas hoje, graças a Deus, está tudo tranquilo (Odair Damasceno, 42 anos, segurança, entrevista realizada em 21/12/2010).

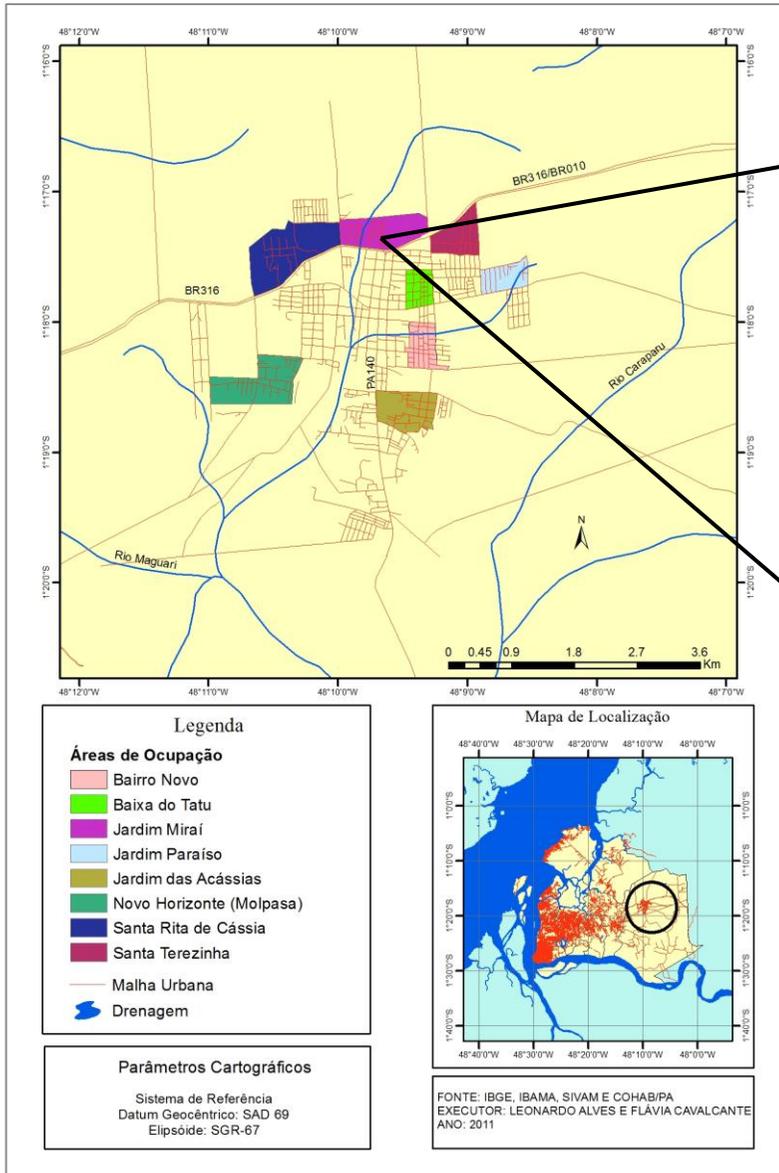


Figura 18 – Jardim Mirai: rua parcialmente pavimentada e com rede de esgoto (Foto: Flávia Cavalcante, 21/12/2010)



Figura 19 – Jardim Mirai: rua com rede de esgoto e residências apresentando “melhor” padrão de construção (Foto: Flávia Cavalcante, 21/12/2010)

A última e mais antiga área visitada foi a ocupação Santa Rita de Cássia (Piçarreira). A moradora mais antiga da área é Porcina Araruna Xavier, de 82 anos, que reside na ocupação há 45 anos. Natural do Ceará, ela veio para Santa Izabel à procura de trabalho para sustentar os dez filhos que criava sozinha. Antes de Santa Izabel, também morou em Marapanim e em Belém. Hoje é aposentada e vive sozinha.

Quando eu vim pra cá meus filho era tudo pequeno. Hoje já tenho até bisneto. Foi aqui que eu consegui trabalhar e depois meus filhos foram tudo embora, até queriam me levar junto, mas aí eu disse que até onde eu aguentar eu vivo só. Quando não der mais aí eu vou morar com eles ou eles vem com a família deles morar comigo. Não quero sair daqui, é tranquilo e todo mundo me conhece. Pra que que eu vou sair se até o posto de saúde é aqui do lado. Aqui já melhorou muito. Quando eu cheguei era tudo casebre, hoje as casas são tudo de tijolo (Porcina Xavier, 82 anos, aposentada, entrevista realizada em 21/12/2010).

O universitário Gediberto de Souza Castro, de 30 anos, é morador e líder da comunidade Piçarreira. Há 22 anos na área, ele reclama da gestão municipal soluções na área de saneamento, educação e transporte.

Prometeram o asfalto pra dezembro desse ano e até agora... Isso não vai acontecer mais. Esperamos então que seja até o final do ano que vem. A água é outro problema. Nós ficamos dois meses sem água, até que fizeram um poço que a água não é muito boa. Às vezes ela vem só terra. Outro problema é que aqui não tem nível superior. "Tô" fazendo meu segundo nível superior em Belém. Até que não é tão difícil, pois o deslocamento é tranquilo. Só a segurança durante a viagem que me preocupa e o preço da passagem pra estudante que ainda é alto. Aqui tem curso técnico, mas eles não dão conta da demanda, então tem que ter mais curso técnico pra ocupar os jovens (Gediberto Castro, 30 anos, funcionário público, entrevista realizada em 21/12/2010).

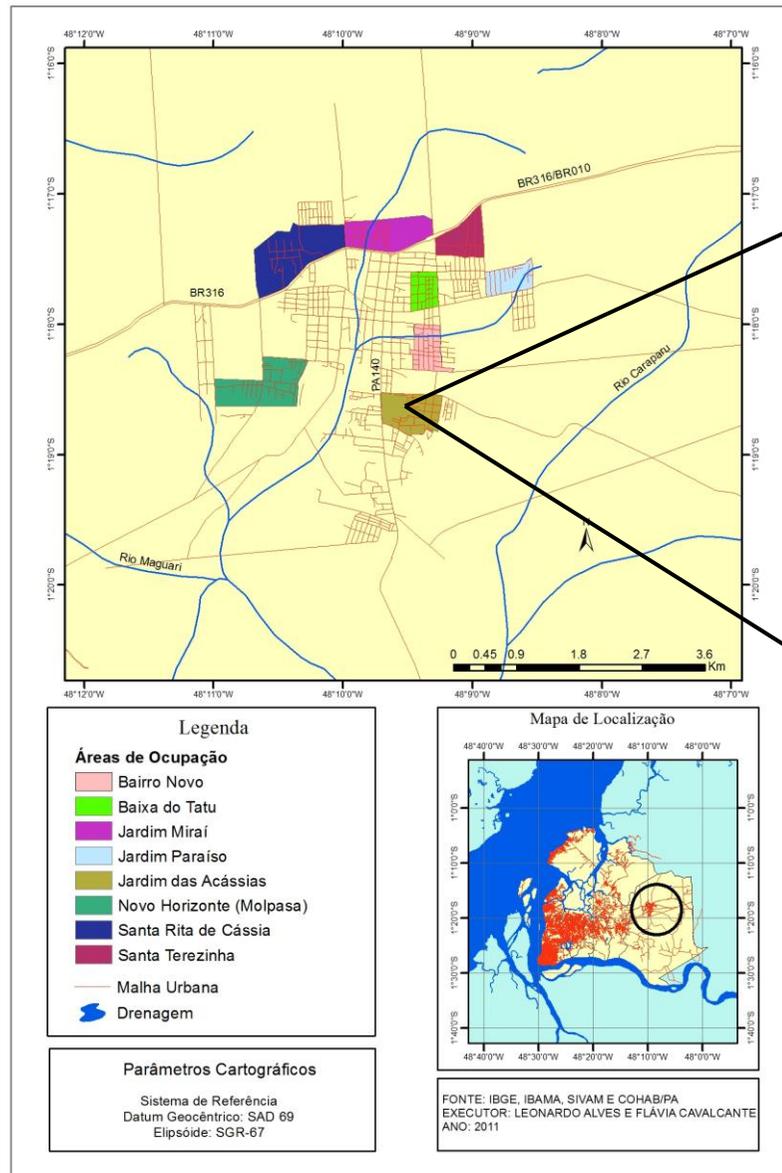


Figura 20 – Jardim das Acássias: rua sem pavimentação, drenagem e com espaços ociosos e sem limpeza (Foto: Flávia Cavalcante, 21/12/2010)



Figura 21 – Jardim das Acássias: rua sem rede de esgoto, pavimentação e coleta de lixo regular (Foto: Flávia Cavalcante, 21/12/2010)

A funcionária pública municipal Eldenice da Luz Reis, de 38 anos, é natural do interior do município de Santa Izabel. Há 10 anos ela veio do interior para estudar e hoje trabalha na prefeitura do município. Para ela, o principal problema enfrentado, não só pela área onde mora, mas também por toda a população izabelense, é a falta de água encanada.

Esperamos muito tempo pra prefeitura colocar essa bomba aqui. Mesmo com ela a água é muito ruim, suja. Tem vezes que a gente passa um dia inteiro sem água. É muito difícil porque a gente fica abandonado. Se não tiver em cima cobrando ninguém da prefeitura vem aqui saber se tem água ou não (Eldenice Reis, 38 anos, funcionária pública, entrevista realizada em 21/12/2010).

Sem dúvida, as características socioeconômicas de grande parte da população de Santa Izabel definem a localização residencial e os estilos de vida que serão seguidos por essa população que reside nas áreas de ocupação do município. Entretanto, embora de padrão construtivo semelhante, as habitações apresentam algumas diferenças entre si no que diz respeito aos materiais utilizados. Algumas construções são erguidas com materiais resistentes (alvenaria), outras são feitas com materiais precários e pouco resistentes (madeiras velhas e pedaços de telhas), como pôde ser observado nas Figuras 11 e 13.

Não é difícil associar o tipo de habitação à natureza social e econômica de seus residentes. Entretanto, essa associação não é assim tão simples de se fazer, pois existem outros fatores relacionados a isso, como os modismos de época e circunstâncias econômicas que também interferem na relação habitação-qualidade de vida do morador.

A partir do que foi exposto, podemos claramente perceber que a periferia distante foi e continua a ser ocupada por uma população pobre que produz novos espaços urbanos cada vez mais distantes do centro metropolitano. É o caso de Santa Izabel.

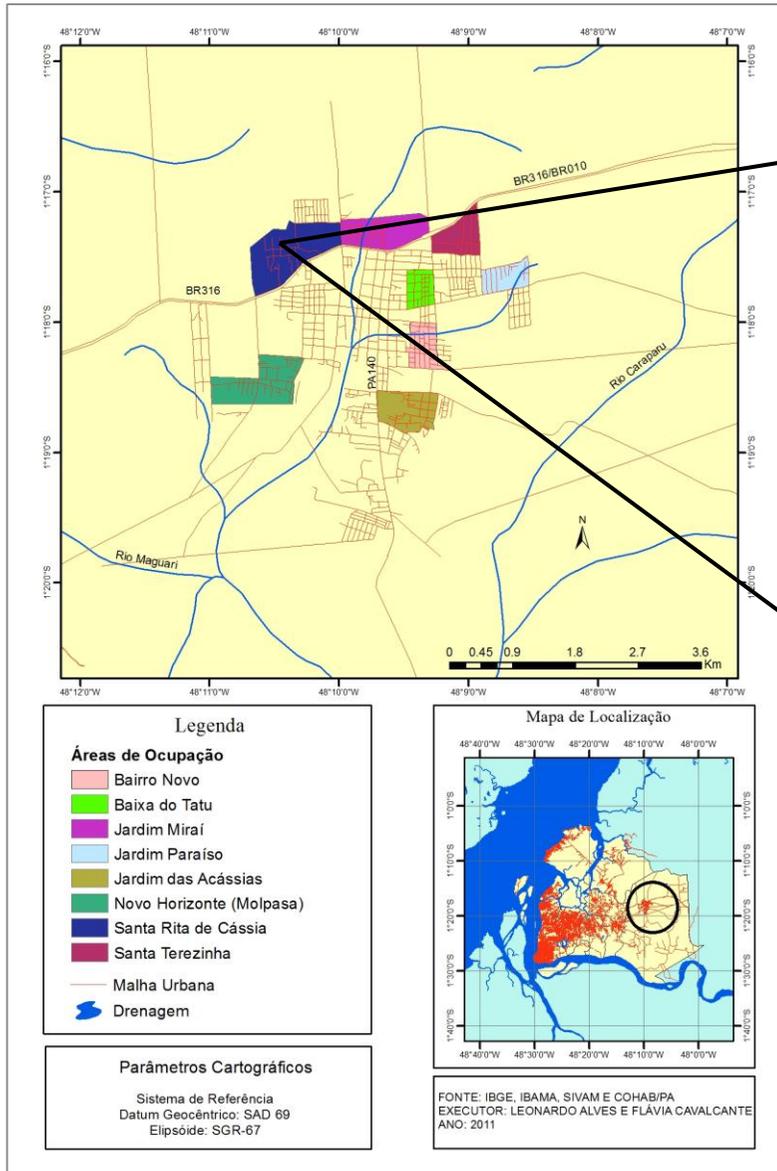


Figura 22 – Sta. Rita de Cássia: rua sem pavimentação e água encanada (Foto: Flávia Cavalcante, 21/12/2010)



Figura 23 – Sta. Rita de Cássia: rua com esgoto a céu aberto, sem pavimentação, drenagem e limpeza (Foto: Flávia Cavalcante, 21/12/2010)

Diante disso, Santa Izabel vem se configurando como espaço metropolizado, pois apresenta elementos antes só existentes na metrópole. Ainda que alguns outros elementos faltem para a total concretização desse processo no município, é perceptível a intensa procura por habitação, seja ela em que condição for, bem como também a existência de um intenso fluxo de pessoas em busca de trabalho, educação, saúde, dentre outros.

Nesse sentido, o grau de urbanização do município de Santa Izabel (80%) bem como o crescimento das condições gerais de produção, principalmente na oferta de serviços de transporte, favorecem ao reconhecimento do processo de metropolização pelo qual vem passando esse espaço. Isso fica bem claro nas falas obtidas por meio de entrevistas com moradores locais das áreas de ocupação, principalmente no que diz respeito à vontade ou não de residir em outra área do município e fora dele também.

Não mudo mais daqui porque é perto de Belém. O que não tem aqui pego um ônibus e “busco” em Belém. Minha família toda mora lá. Quando eles não vêm eu sempre vou visitar eles (Diléia da Silva, 41 anos, autônoma, entrevista realizada em 12/12/2010).

Eu ia pra Castanhal, lá é mais evoluído, tem mais emprego. Aqui não tem empresas, não tem trabalho. Castanhal é próximo de alguns serviços como bancos (Nazaré de Almeida, 42 anos, comerciante, entrevista realizada em 14/12/2010).

Eu queria ir mesmo é pra Marabá. Muita gente que eu conheço foi pra lá e não voltou. Acho que deu certo. Não sei. Aqui a gente trabalha, trabalha e não consegue nem melhorar a nossa casa. Se quiser fazer um curso pra ganhar mais, não consegue porque aqui não tem, aí tem que ir pra Belém. E quem não tem condições nem estuda, não faz nada (José da Silva, 46 anos, desempregado, entrevista realizada em 14/12/2010).

Foi possível também identificar, através dos formulários aplicados nas áreas de ocupação visitadas, o número de naturais e não naturais do município de Santa Izabel do Pará, bem como os naturais e os não naturais do Estado do Pará (Tabela 11), sendo a ocupação Jardim Paraíso a que mais concentra naturais do Pará, e a ocupação Santa Rita de Cássia (Piçarreira) a que concentra maior número de não naturais do Estado.

Tabela 11 – Santa Izabel do Pará: Naturais e Não Naturais do Município Residentes Nas Áreas de Ocupação

Área	Natural de Santa Izabel	Não-Natural de Santa Izabel	Natural de Outro Município do PA	Natural de Outro Estado	Total
Bairro Novo	19	5	8	6	38
Baixa do Tatu	16	7	5	4	32
J. das Acássias	21	5	5	3	34
J. Mirai	47	24	11	7	89
J. Paraíso	11	8	13	2	34
Sta. Terezinha	20	6	9	2	37
Molpasa	5	—	1	1	7
N. Horizonte	34	9	11	4	58
Piçarreira	9	6	9	11	35
Total Absoluto	182	70	72	40	364
Total Relativo	50%	19%	20%	11%	100%

Fonte: Formulário aplicado pela autora, fev./2011
Organização: Flávia Cavalcante

Merece destaque o fato de o número de pessoas não naturais do Estado do Pará e os naturais de outros municípios do Estado (com exceção dos municípios da RMB) ser praticamente o mesmo. Esse dado indica uma forte migração intra e interestadual em direção ao município de Santa Izabel, intensificado a partir da década de 1960, conforme mostrado no subcapítulo 4.2.

Aos entrevistados, foi possível indagar sobre o porquê da vinda para o município de Santa Izabel. Entre as justificativas dos que vieram de outros municípios do Estado do Pará, está a busca por emprego e por educação.

Eu morava em Belém e fui convidado pra trabalhar na área social do município. Tava difícil de sobreviver em Belém. Hoje eu estudo lá, mas morar lá eu não quero mais (Cláudio Martins, 35 anos, funcionário público, entrevista realizada em 12/12/2010).

Eu vim de Capitão Poço pra cá pra estudar. Eu tinha quinze anos e queria melhorar de vida. Acabou que eu terminei só o segundo grau e tive que começar a trabalhar como doméstica e hoje eu ganho um salário e tenho uma folga na semana (Solange da Silva, 51 anos, doméstica, entrevista realizada em 12/12/2010).

Eu vim de Capanema com meu irmão. A gente veio pra ficar em Belém, mas não conseguimos trabalho. Depois moramos em Benevides, foi quando consegui trabalho em Santa Izabel e decidi me mudar pra cá. Hoje tenho minha família e meu irmão mora lá no Aratanha, onde trabalha numa escola (Israel do Nascimento, 47 anos, cobrador, entrevista realizada em 12/12/2010).

Entre as justificativas dos que responderam ser naturais de outros estados da federação, está a busca por trabalho e também por oportunidade de conseguir moradia e terrenos a preços baixos, isto é, acessíveis a essa população.

Eu vim do Ceará muito novinha pra trabalhar. Não tinha nada aqui quando eu cheguei e ocupei essa terra (Maria Aparecida de Moraes, 65 anos, aposentada, entrevista realizada em 13/12/2010).

Juntei um dinheiro trabalhando no sul do País, depois fiquei procurando uma terra pra montar um negócio meu, que é esse comércio que você tá vendo aí (Reginaldo da Silva, 56 anos, comerciante, entrevista realizada em 14/12/2010).

Eu precisava de trabalho, então saí lá de Minas Gerais e andei por tudo quanto foi canto desse Brasil. Já fui pro Acre, Maranhão, Paragominas, Castanhal, Ananindeua e até Belém, mas foi aqui que consegui trabalho e logo montei o meu comércio e ajeitei a minha casa (Antonio Venceslau, 46 anos, comerciante, entrevista realizada em 13/12/2010).

Para as pessoas que necessitam, de forma constante, deslocar-se até o núcleo metropolitano – e isso é perceptível na fala dos entrevistados –, as vantagens resultantes da proximidade com o centro são evidentes, principalmente pelo fato de os deslocamentos necessitarem ser feitos a todo o momento e por diversos motivos. É nesse aspecto que consiste a resposta dos que aqui disseram não desejar sair do município de Santa Izabel para morar em outro local.

Sem dúvida, o processo de metropolização que ora se desenvolve vem configurar um espaço de fluxos cada vez mais intensos. E não somente isso, mas principalmente porque a metrópole, para assim ser considerada, necessita dos deslocamentos populacionais, em especial os que dizem respeito ao fluxo casa-trabalho, pois são estes que continuamente produzem novas e complexas práticas urbanas.

Entretanto, parte significativa da população que habita as áreas de ocupação de Santa Izabel é composta por famílias muito numerosas, poucos assalariados e pessoas idosas de renda muito baixa, que vivem em condições precárias de habitação, privada de serviços e instalações básicas como rede de esgoto, água encanada e pavimentação.

Para Trindade Jr. (1998), o processo de metropolização traz consigo o sinônimo de pauperização, que se estende para todos os municípios metropolitanos, inclusive para Santa Izabel do Pará. Isso porque o município apresenta, em suas áreas periféricas e/ou de ocupação, a presença de uma grande população de baixa renda, trabalhadores pouco qualificados e, principalmente, habitações muito precárias em bairros deteriorados e sem perspectiva de transformação e melhoria (Figuras 24 e 25).



Figura 24 – Jardim Paraíso: ocupação sem rede de esgoto, pavimentação, limpeza e com precárias ligações de energia elétrica (Foto: Flávia Cavalcante, 15/12/2010)



Figura 25 – Santa Terezinha: ocupação sem pavimentação e drenagem, dificultando a circulação de pedestres e automóveis (Foto: Flávia Cavalcante, 15/12/2010)

A dinâmica de dispersão dos assentamentos residenciais em direção a Santa Izabel, sem dúvida, faz parte de um processo mais geral que se redefine em âmbito intraurbano, uma vez que essa dispersão leva a um processo de reestruturação do espaço urbano metropolitano quando, em busca de acessibilidade e moradia, os agentes produtores do espaço se “apropriam” da terra urbana.

A dinâmica desse processo não se resume a simples necessidade de expandir os limites do urbano, mas, e principalmente, de garantir, a partir dessas alterações, a apropriação do espaço e a segregação social em setores. Isso ocorre, não só no entorno do núcleo central, a exemplo do caso belenense, como também em áreas mais afastadas deste, que só se consolidam a partir da dispersão dos assentamentos residenciais e/ou das atividades econômicas (TRINDADE JR., 1998, p. 151).

Vale ressaltar que em 43% dos formulários aplicados nas áreas de ocupação, consta como local de residência anterior outro bairro (Tabela 12) – regularizado do ponto de vista fundiário – do município de Santa Izabel, isso ocorrendo por conta das melhorias urbanísticas e da consequente valorização dessas áreas após tais melhorias.

Tabela 12 – Santa Izabel do Pará: Local de Residência Anterior dos Moradores por Área de Ocupação

Ocupação	Local de Residência Anterior									
	Ananindeua	Belém	Benevides	Sta. Bárbara	Castanhal	Interior de Sta. Izabel	Outro Bairro de Sta. Izabel	Outro Município do PA	Outro Estado	Sempre Morou na Área
Bairro Novo	1	1	—	—	—	2	19	10	3	2
Baixa do Tatu	—	1	—	1	—	1	13	10	2	4
J. das Acássias	—	1	—	—	—	2	17	10	2	2
J. Mirai	—	4	1	1	1	6	34	27	3	11
J. Paraíso	1	2	1	—	—	3	11	10	1	4
Sta. Terezinha	—	1	—	—	—	4	14	12	4	2
Molpasa	—	—	—	—	—	1	5	1	—	—
N. Horizonte	—	—	1	—	—	4	26	19	5	3
Piçarreira	—	1	—	—	—	2	16	13	2	1
Total Absoluto	2	11	3	2	1	25	155	112	22	29
Total Relativo	0,5%	3%	0,8%	0,5%	0,2%	7%	43%	30%	7%	8%

Fonte: Formulário aplicado pela autora, fev./2011
 Organização: Flávia Cavalcante

Os dados da tabela 12 mostram uma dispersão urbana caracterizada por uma dinâmica marcada, por um lado, pelo crescimento populacional do próprio município e, por outro, pela chegada de migrantes oriundos de outros municípios pertencentes ou não à RMB, bem como de outros Estados brasileiros. A escolha, por parte dessa população migrante, de residir em Santa Izabel decorre das dificuldades de encontrar espaços de moradia nos outros municípios da RMB que estejam em consonância com os padrões de vida e rendimento dessa população.

Lá em Belém a casa que eu morava não era minha, era alugada. Depois tive que ir pra Santa Bárbara morar com um irmão meu. Quando comecei a trabalhar de carpinteiro eu soube de uma área que tinham invadido aqui. Peguei minhas coisas e vim pra cá e “tô” aqui até hoje. Eu nem quero sair porque essa casa agora é minha (Ronaldo da Silva, 38 anos, carpinteiro, entrevista realizada em 13/12/2010).

Eu morava de favor lá em Marituba na casa da minha cunhada. Meu pai, que sempre foi metido com esse pessoal de invasão, conseguiu essa área pra gente. Foi até bom porque a gente não ia conseguir comprar uma casa mais pra Belém ou Ananindeua, pois tava muito caro. Agora é que tá difícil pra gente sair daqui porque noutro lugar num dá pra morar, não tem dinheiro pra pagar (Andrey Ferreira, 29 anos, desempregado, entrevista realizada em 15/12/2010).

Eu moro aqui mesmo porque não tinha onde morar. A gente que é pobre não pode comprar uma casa boa. Eu ganho um salário trabalhando em casa de família. Se não fosse eu ter conseguido com meu marido esse “barraco” aqui a gente tava morando na rua. Pelo menos é meu, ninguém pode me tirar daqui e foi a única coisa que a gente conseguiu mesmo, não podia morar na rua (Margarete dos Santos, 40 anos, doméstica, entrevista realizada em 13/12/2010).

As construções para habitação em Santa Izabel, características das áreas de assentamento, mesclam-se entre construções de madeira, o que indica ser uma ocupação relativamente recente, mas que também reflete a precariedade de condições para o melhoramento da habitação por parte de seus ocupantes, bem como também habitações em alvenaria, o que significa, entre outras coisas, que a ocupação não é recente e já está consolidada como área ocupada. No entanto, ainda que de forma precária e com poucos recursos, a maior parte dessas residências foi construída por pedreiros contratados pelos “proprietários” dos terrenos, algumas foram erguidas pelos próprios moradores e outras através de mutirões (Tabela 13).

Tabela 13 – Santa Izabel do Pará: Modalidade de Construção das Residências das Áreas de Ocupação

Área	Forma de Construção			Total
	Autoconstrução Familiar	Construída Por Terceiros	Mutirão	
Bairro Novo	10	28	—	38
Baixa do Tatu	8	23	1	32
Jardim das Acássias	3	31	—	34
Jardim Mirai	16	59	14	89
Jardim Paraíso	3	31	—	34
Santa Terezinha	2	34	1	37
Molpasa	—	7	—	7
Novo Horizonte	11	45	2	58
Piçarreira	5	22	8	35
Total Absoluto	58	280	26	364
Total Relativo	16%	77%	7%	100%

Fonte: Formulário aplicado pela autora, fev./2011
Organização: Flávia Cavalcante

Para Trindade Jr. (1998), os espaços de assentamento que passam a surgir nos novos vetores de expansão metropolitana

são espaços verdadeiramente vazios de cidadania, uma vez que, além das questões infraestruturais, que se assemelham bastante às baixadas centralmente localizadas, possuem o agravante da distância em relação ao centro metropolitano e aos serviços e equipamentos que este oferece, principalmente por ser alvo principal de alocação dos recursos e dos investimentos públicos (TRINDADE JR., 1998, p. 361).

De fato, o que temos é uma dispersão ao longo da rodovia BR-316 com um número elevado de assentamentos que misturam aspectos urbanos, suburbanos e também rurais de forma aparentemente “desorganizada” e, ao mesmo tempo, interligada.

Diante do que foi exposto, entendemos que, de fato, há proliferação de periferias urbanas no interior do município de Santa Izabel do Pará. Dessa forma, pensamos que esta proliferação vem sendo estimulada pela expansão das

ocupações de baixa renda em espaços muitas vezes ambientalmente vulneráveis ou ainda em áreas públicas e privadas, pois, segundo dados do setor de terras do município de Santa Izabel do Pará, das nove áreas de ocupação existentes, uma pertence ao Estado, outra pertence ao próprio município e as demais são de propriedade privada⁴⁹. A partir disso, a população que reside precariamente nas ocupações irregulares passa a buscar o reconhecimento de sua ocupação, isto é, passa a pleitear a institucionalização de seus territórios de habitação, exigindo do poder público acesso a serviços como saúde, educação, saneamento e, principalmente, transporte. Entretanto, infelizmente não há programas específicos e concretos de urbanização ou regularização de ocupações. O que há são somente algumas ações não formalizadas por parte do poder público municipal. Enquanto isso, a população que habita essas áreas de ocupação continua a viver em moradias precárias e em terras que não lhe pertence.

Na verdade, o fato de hoje Santa Izabel do Pará fazer parte da RMB não torna seus habitantes cidadãos metropolitanos, pois ainda não lhes foram concedidos os devidos direitos a saneamento, água de qualidade, serviços de saúde especializados e, principalmente, moradia digna e regularizada, no sentido fundiário, apesar de tais problemas não serem únicos e exclusivos de Santa Izabel, pois também estão bem presentes nos outros municípios da RMB. Em outras palavras, o reconhecimento do município de Santa Izabel do Pará como integrante da RMB ainda não proporcionou à sua população a oferta e o acesso a diversos serviços públicos, que deveriam ser de fato metropolitanos. Ora, é claro que Santa Izabel não vai passar a ter, de uma hora para outra, os seus problemas e carências resolvidos somente por fazer parte da RMB! No entanto, cabe à gestão pública municipal e estadual começar a pensar em um planejamento metropolitano que inclua, de fato, Santa Izabel na dinâmica metropolitana e que transforme a lei em práticas concretas que beneficiem a população que habita a RMB.

⁴⁹ O responsável pelo setor de terras do Município não quis informar quais áreas pertenciam a cada um desses proprietários. Os próprios moradores, por sua vez, também desconhecem os donos das áreas que ocupam.

4.5 DA URBANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO À URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DO TERRITÓRIO

O sentido mais imediato relacionado ao fenômeno da urbanização diz respeito ao aparecimento de novas cidades e também ao crescimento das que já existem. Outro entendimento, ainda que restrito, considera a urbanização a partir de um crescimento maior da população urbana em relação à população rural. Neste caso, a urbanização ganha um sentido demográfico.

Atualmente, o fenômeno da urbanização alcança também a zona rural, isto é, o campo está sendo importante área do processo de urbanização, passando a adotar estilos de vida e expectativas urbanas; fatores que, sem dúvida, refletem as mudanças de comportamento e de relações que ocorrem no âmbito do processo de urbanização. Isso, porém, não significa que haja homogeneidade nos espaços urbanizados.

Se a cidade comporta atividades tipicamente urbanas, isso não significa que apenas em seus espaços se realize o que é “urbano” no mundo atual ou tampouco que haja limites fixos entre a cidade e o campo. Pelo contrário, atualmente, as paisagens da cidade e do campo apresentam-se amalgamadas, difusas, com superposições e imbricações de difícil explicação apenas pela observação (SPOSITO, 2008, p. 14-15).

Os fatores destacados acima mostram que a urbanização não é um fenômeno que diz respeito somente ao crescimento e/ou surgimento de cidades. A urbanização revela o aparecimento de novas relações sociais, novos comportamentos e, principalmente, a aproximação cada vez mais intensa do homem de um espaço artificial em detrimento das relações ligadas à natureza. Em outras palavras, muito mais do que considerar os aspectos referentes a tamanho das cidades, densidade populacional e heterogeneidade dos grupos sociais, deve-se considerar também, e principalmente, a urbanização como fenômeno que oferece uma complexa diversidade de meios e relações sociais.

A urbanização assim tende a deixar de estar relacionada apenas à urbe, ao urbano, à cidade, à aglomeração de pessoas, equipamentos e infraestruturas. A urbanização tende a assumir uma forma pulverizada em segmentos dispersos e conquista desta maneira fragmentada a escala do território – e passa a se referir também a processos gerais e socioeconômicos no meio rural (LIMONAD, 2007, p. 38).

De fato, a urbanização da sociedade diz respeito muito mais à sociedade urbana do que às cidades em si, pois “o crescimento rápido e a difusão de estilos de vida urbana apagaram as fronteiras tradicionais entre o urbano e o rural, e mesmo entre cidades pequenas e grandes” (GOTTDIENER, 1993, p. 60).

O exposto acima mostra que o processo de metropolização do espaço não somente imprime ao território características urbanas, mas principalmente sujeita as práticas espaciais à metrópole (LENCIONI, 2004).

Santa Izabel do Pará, até o exposto, vem apresentando características metropolitanas que fazem com que participe da dinâmica metropolitana, bem como possibilita o reconhecimento do processo de metropolização que ora alcança o município. Ora, como então entender o fato de que, quando da primeira apreciação do Projeto de Lei Complementar acerca da incorporação de Santa Izabel à RMB, já aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará, a então governadora do Estado do Pará Ana Júlia Carepa (PT) tenha vetado o projeto? Segundo a mesma, o veto se baseou nas seguintes justificativas:

1) Para que haja a inclusão de um município na região metropolitana terá que ser realizado um estudo prévio, pois deve ser observada a integração entre as áreas urbanas dos municípios que irão fazer parte da referida região;

A referida integração citada acima já é perceptível no que diz respeito ao setor de emprego. Cerca de 10% das pessoas que responderam à pergunta 10 do formulário aplicado trabalham em Belém e 10% trabalham em outros municípios da RMB, ou seja, 33% dos trabalhadores residentes em Santa Izabel do Pará laboram fora do município. A análise desses fatores será aprofundada no próximo subcapítulo. Diante disso, é indiscutível que há cotidianamente um expressivo fluxo de deslocamento populacional casa-trabalho, realizado principalmente por meio dos transportes coletivos urbanos (Tabela 14). Nas palavras de Lencioni (2004), “é comum o movimento pendular cotidiano das pessoas decorrente da divisão entre o morar e o trabalhar em cidades distintas” (LENCIONI, 2004, p. 160).

Tabela 14 - Santa Izabel do Pará: Transporte Utilizado Para Deslocamento Casa-Trabalho

	Transporte Coletivo (ônibus)	Veículo Particular	Bicicleta	A Pé	Total
Total Absoluto	128	12	98	21	259
Total Relativo	49%	5%	38%	8%	100%

Fonte: Formulário aplicado pela autora, fev./2011

Organização: Flávia Cavalcante

2) No município de Santa Izabel do Pará, embora ele apresente relevante desenvolvimento econômico, as atividades desempenhadas são basicamente rurais e não dependem de o município ser incluído na área da RMB.

É difícil entender como um município que concentra, segundo o IBGE (2010), 80% de sua população em área urbana seja considerado de base rural. Mais difícil ainda é aceitar tal justificativa quando analisamos os dados dos formulários aplicados. Somente 4 dos 259 trabalhadores que responderam ao formulário laboram na área rural do município de Santa Izabel, isso corresponde a 2% do total de trabalhadores devidamente empregados. O restante dos trabalhadores desempenha suas funções em áreas urbanas, no próprio município, ou ainda, em Belém, Marituba e Benevides. Analisaremos com mais cuidado esses dados no subcapítulo seguinte.

Os fatores destacados acima mostram a dificuldade de compreensão dos processos de natureza metropolitana quando da não aprovação do projeto inicialmente, pois não foram consideradas as evidentes ligações metropolitanas existentes entre a RMB e o município de Santa Izabel do Pará.

O que podemos apreender de tudo isso é que, o processo de metropolização já havia há muito ultrapassado os limites da RMB, pois, como tal, não se restringe às fronteiras administrativas. E não somente isso, o processo de metropolização vem constatar que uma parte crescente da população urbana da RMB está hoje vivendo em suas periferias. Ora, a primeira preocupação de uma população urbana que não pára de crescer é, sem dúvida, onde morar, e para essa população extremamente pobre e sem perspectiva o único local a se considerar é a periferia. A questão é que esta falta de opção traz consigo inúmeros problemas que ficam tanto mais difíceis de resolver quanto mais as habitações vão proliferando nas

periferias. Esses problemas perpassam pelo crescimento ilimitado dos espaços urbanos periféricos, pois não há um controle sobre sua ocupação e a não organização de uma estrutura habitacional que permita o acesso à moradia, principalmente dos mais pobres.

Vale ressaltar que o processo de urbanização da sociedade não ocorre de forma isolada, ele acompanha efetivamente o processo de urbanização do território que

é responsável pelo aparecimento de novas cidades e frentes de trabalho em curto espaço de tempo, pela facilidade de implantação de novas formas de organização das atividades produtivas, pela ausência de formas espaciais pretéritas e o caráter frequentemente experimental dessas atividades provoca alterações bruscas na distribuição da população e do trabalho (MACHADO, 1999, p. 109).

Para a autora supracitada, a relação entre urbanização e território se dá no âmbito das redes de comunicação que interligam os conjuntos de vilarejos, vilas e cidades, na medida em que os equipamentos urbanos possibilitam que haja conexão/comunicação em um determinado território (MACHADO, 1999). Em outras palavras, fatores como socialização de informações, atendimento médico e hospitalar e o aumento do grau de escolaridade favorecem à dinâmica relação entre urbanização e território.

De fato, o que se observa no Brasil desde a década de 1960 é o surgimento de novas aglomerações urbanas que vêm acompanhando a expansão econômica do País. Prova disso é o crescimento urbano verificado entre as décadas de 1960 e 1980, que alcançou 57%, sendo as cidades de até 5.000 habitantes as que apresentavam os maiores índices de urbanização (IBGE, 1960, 1980).

Na Amazônia, observamos a expansão, já desde a década de 1960, de um modo de vida cada vez mais urbano, que ultrapassa não só os limites das grandes cidades, mas que se manifesta também no campo e nas pequenas cidades. Isso nos obriga a pensar também na expansão da cidade no território.

Na Amazônia, o processo de urbanização não se dá necessariamente pela presença da cidade na paisagem regional (urbanização do território), mas principalmente pela difusão da sociedade urbana, que se expande para favorecer também as estratégias de gestão do território (OLIVEIRA, 2000, p. 224).

Diante disso, entendemos que os pequenos núcleos e/ou cidades passam também a ser responsáveis pela difusão de um modo de vida urbano e pelo conseqüente surgimento de novas territorialidades em nível local. Para tanto, deve-se considerar o grau de urbanização, mas principalmente a distribuição territorial da população, e não somente isso, deve-se considerar também as contradições que se dão em meio ao cotidiano dessa população urbanizada no âmbito da dinâmica socioespacial metropolitana, principalmente no que diz respeito à moradia. Isso porque, sem dúvida, uma das principais mazelas trazidas pelo processo de urbanização é a exclusão de grande parcela da população do mercado residencial formal, o que leva, conseqüentemente, a outro grave problema: a falta de saneamento básico. Como se pode observar, a urbanização avança no âmbito social e territorial, porém o processo de urbanização no Brasil continua a reproduzir novos e antigos males, principalmente para os grupos de mais baixa renda, que vêm sofrendo mais intensamente com um processo de urbanização crescente.

Diante disso, nos parece claro que as transformações ocorridas em Santa Izabel foram trazidas pelo intenso processo de urbanização, mas que não são reflexo somente do elevado crescimento do tamanho do município nem tampouco das altas densidades demográficas apresentadas por ele, isto é, tais transformações independem da localização. Na verdade, tais transformações dependem muito mais da dinâmica socioespacial existente no município do que propriamente de seu crescimento em tamanho e população, pois essa dinâmica é reflexo da intensa relação de Santa Izabel com os demais da RMB.

Sem dúvida, o processo de urbanização traz consigo mudanças que afetam todos os setores da vida social, sendo que hoje os feitos de tais mudanças estão cada vez mais dispersos, não permitindo mais identificar com facilidade onde começa e onde termina o espaço rural e o espaço urbano. De fato, está se alcançando uma complexidade de relações e interações sociais nunca antes atingidas.

4.6 AS NOVAS DEMANDAS LOCAIS E SUA RELAÇÃO COM OS SERVIÇOS METROPOLITANOS COMUNS

Ao longo das últimas décadas, em função do incremento populacional que trouxe consigo novas necessidades por parte da população, o consumo do espaço se expandiu consideravelmente. O indivíduo da atualidade consome cada vez mais bens, tanto para sua sobrevivência quanto para o seu próprio bem estar. Sem dúvida, o desenvolvimento dos transportes urbanos, bem como sua eficácia e rapidez, contribuíram sobremaneira para isto.

O consumo do espaço da cidade e/ou de seu núcleo central é, sem dúvida, cada vez mais crescente. Entretanto, esse consumo não se restringe apenas ao espaço do morar, mas também ao do trabalho e aos espaços de lazer e entretenimento, dos equipamentos urbanos, dos espaços verdes e dos espaços ainda vazios. Entretanto, as consequências trazidas pelo crescente consumo do espaço também são cada vez mais crescentes, pois à medida que os bairros crescem e se expandem, a necessidade de infraestrutura aumenta na mesma proporção

A facilidade de deslocamento centro-periferia dá a impressão de que o núcleo urbano central está maior e mais próximo. Entretanto, a maior parte desses deslocamentos populacionais ainda é feito visando a obter serviços públicos (saúde, emprego e educação) e também lazer e entretenimento. De fato, o processo de metropolização está aqui presente, pois não haveria como desenvolver os sistemas de transporte que ora facilitam os deslocamentos centro-periferia e vice-versa se antes não tivesse ocorrido um considerável crescimento populacional nos municípios pertencentes à RMB. Isso, sem dúvida, torna o centro mais próximo da periferia, o que facilita sobremaneira a comunicação entre esses dois espaços.

Essa proximidade, porém, faz com que centro e periferia possuam problemas semelhantes que nem sempre são resolvidos conjuntamente, geralmente se resolvem os problemas do centro em detrimento da periferia. Entretanto, os problemas têm de ser tratados em comum, principalmente transportes, especialização das funções, abastecimento de água e energia.

O exposto acima serviu para justificar nosso interesse pelos deslocamentos populacionais, em especial os cotidianos, também chamados de

migrações ou movimentos pendulares, que se caracterizam pela existência de um grande contingente populacional que reside numa cidade e trabalha em outra, ou ainda por uma população que vai ao núcleo urbano central à procura de serviços em geral. Especificamente, analisamos os deslocamentos populacionais entre Santa Izabel e os demais municípios da RMB.

É a circulação que desempenha papel fundamental nesse processo, pois ela contribui sobremaneira para manter as relações existentes entre o centro e a periferia, seja a última próxima ou afastada.

O fator que antecede a necessidade contínua de deslocamento por parte da população é, sem dúvida, o crescimento da aglomeração urbana, pois, à medida que ela cresce, novas diferenças surgem entre os bairros e, principalmente, entre o centro e a periferia da aglomeração. Tais diferenças fazem surgir novas necessidades de consumo e, conseqüentemente, novas necessidades de deslocamento para diversos fins.

No que diz respeito às deslocações casa-trabalho, elas alcançam o maior número de pessoas nos principais horários de pico. Isso, é claro, transfere para o sistema de transporte uma carga de expediente que muitas vezes não é suficiente para suprir todas as necessidades já existentes e as novas que surgem a cada momento.

Outro aspecto importante no que se refere aos deslocamentos populacionais diz respeito ao fato de os movimentos pendulares serem maiores quanto maior for o rendimento familiar, pois geralmente uma renda maior possibilita a aquisição de um automóvel. O nível de qualificação profissional também é um fator que determina a diversidade de deslocamentos, principalmente dos profissionais liberais e daqueles com nível superior. Aqui, facilmente se percebe que os deslocamentos em seus diversos aspectos também são desiguais, tanto de país para país, como de região para região e também entre o centro e a periferia.

As vias de circulação são tão importantes quanto a produção de habitações, entretanto, o desenvolvimento das primeiras não é proporcional à construção e ao melhoramento de habitações ao longo dos eixos de circulação. Sem falar nos custos sociais que os problemas de circulação podem causar, como longos períodos de tempo perdidos, stress, acidentes e descontentamento com a oferta de

alguns serviços, fatores que, sem dúvida, refletem na mentalidade e na saúde da população que está se deslocando, seja por opção ou por necessidade. Dessa forma, a rapidez e a regularidade oferecidas pelos transportes passam a ser mais atraentes do que os problemas que, de fato, estes podem trazer. Diante disso, a perda de tempo, de dinheiro e de saúde, parece ser o lado problemático dos deslocamentos populacionais pendulares que ocorrem no interior das aglomerações urbanas.

Sem dúvida, o transporte é um importante elemento, aliado a outros, para o conjunto e o funcionamento das cidades, pois eles influenciam uma série de atividades. Entretanto, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento dos transportes se dá a partir das necessidades de um grande contingente populacional, eles nunca acompanharão, de forma proporcional, as crescentes demandas dessa população, isto é, as migrações cotidianas tendem a aumentar tanto que podem tornar os sistemas de transporte perpetuamente insuficientes para atender a todas as necessidades dessa população.

Diante disso, entendemos que o sistema de transporte contribui, não sozinho, para a estrutura e a organização da sociedade e, principalmente, para o cotidiano de quem se desloca diariamente em direção ao núcleo central dos grandes aglomerados urbanos.

Os deslocamentos populacionais feitos de Santa Izabel em direção ao núcleo central da RMB se intensificaram à medida que a cidade foi crescendo e a sua população aumentando. Isso sem falar no comércio que também cresceu no município. Tudo isso faz com que as aspirações dos habitantes de Santa Izabel do Pará mudem e se multipliquem na medida em que eles percebem as possibilidades de realização existentes no espaço central metropolitano, não importando para isso a distância, mas sim a velocidade com que ela será percorrida. Entretanto, ainda que o município tenha apresentado significativo crescimento nos setores destacados acima, os equipamentos urbanos ainda são insuficientes. Os habitantes que podem montar pequenos comércios, o restante se subdivide entre aqueles que trabalham no próprio município, entre os que não trabalham e, principalmente, entre aqueles que trabalham ou que buscam trabalho nos outros municípios da RMB ou ainda fora dela.

Em se tratando do fator emprego, Santa Izabel sem dúvida apresenta uma grande disparidade entre a oferta e a procura. Isso é outro grande fator de atração que leva grande parte da população ativa, que não consegue trabalho no município, a se deslocar em direção aos outros municípios da RMB e para fora dela também (Tabela 15). Uma parte dessa população economicamente ativa trabalha longe do seu lugar de residência, pois para essa população, é no núcleo metropolitano central da RMB que se encontram as melhores e mais diversificadas ofertas de emprego. Essa estrutura que ora se configura em Santa Izabel do Pará, nada mais é do que o reflexo da estrutura social e da própria dinâmica socioespacial da RMB. Ora, se os rendimentos do trabalhador são maiores e mais regulares no centro metropolitano sem dúvida o interesse é maior e o esforço para se deslocar também.

Tabela 15 – Santa Izabel do Pará: Município de Trabalho dos Assalariados e Taxa de Desempregados Residentes nas Áreas de Ocupação

Locais	Santa Izabel	Belém	Marituba	Benevides	Castanhal	Outros	Não Trabalham	Total
Total Absoluto	123	86	14	21	6	9	105	364
Total Relativo	33%	24%	4%	6%	1,5%	2,5%	29%	100%

Fonte: Formulário aplicado pela autora, fev./2011
Organização: Flávia Cavalcante

Três informações nos chamam atenção quando analisamos a Tabela 15. A primeira delas se refere ao número de trabalhadores que se deslocam diariamente do município de Santa Izabel do Pará em direção aos outros municípios da RMB, nada menos do que 34% dos trabalhadores das áreas de ocupação laboram nos outros municípios da Região Metropolitana, em especial no município de Belém (Mapa 07). Essa porcentagem é quase a mesma que o número de trabalhadores que laboram no próprio município de Santa Izabel, que é de 33%. A segunda diz respeito ao número de trabalhadores que laboram em Castanhal, somente 1,5%. Isso apesar de Santa Izabel estar a apenas 15 minutos de transporte coletivo do município de Castanhal. A terceira e última se refere à quantidade de mão de obra desocupada existente no município, 29% dos que responderam à pergunta 10 do formulário não exercem nenhum tipo de atividade remunerada, seja ela formal ou não. Algumas dessas famílias recebem um benefício do Governo Federal (Bolsa-

Família), outras vivem da aposentadoria de um de seus integrantes e outras não possuem qualquer tipo ou meio para conseguir renda, isto é, vivem sem meios para a própria subsistência⁵⁰.

O contingente de mão de obra não empregada no município de Santa Izabel do Pará é, sem dúvida, reflexo da pouca oferta de trabalho existente em Santa Izabel, pois a única indústria de grande porte existente, a Frango Americano, não absorve toda a mão de obra disponível no município. Somente cerca de 1.000 munícipes estão empregados nesta fábrica. Um segundo fator diz respeito ao comércio, pois apesar de apresentar um crescimento expressivo, ele ainda absorve pouco contingente de mão de obra. A única solução para quem precisa trabalhar é ir em busca de emprego em Belém e nos demais municípios da RMB.

Em relação a Castanhal, o que pudemos observar durante nossas entrevistas é que, apesar da proximidade e do crescimento econômico apresentado por esse município, não há interesse por parte dos trabalhadores, empregados ou não, em exercer atividade remunerada em Castanhal, apesar de este município apresentar grande oferta de serviços comerciais, bancários, de transporte e de saúde.

Aqui a gente pode ir pra Castanhal, mas tem ônibus que cobra o mesmo preço quando vem de Belém, então a gente vai pra Belém porque é tudo o mesmo preço e ainda passa ônibus toda hora. Pra gente é melhor ir pra Belém. Às vezes a gente nem chega lá, resolve lá em Marituba ou Ananindeua (Maria de Nazaré, 66 anos, aposentada, entrevista realizada em 15/12/2010).

Muita coisa ainda não tem em Castanhal. O pessoal de lá mesmo vai pra Belém. Uma vez fui procurar um médico lá e me mandaram pra Belém. Agora tudo que tenho que fazer é pra Belém que eu vou. Tudo lá é mais fácil pra conseguir, principalmente médico, porque a gente já leva toda papelada e só faz entregar lá na secretaria de saúde de Belém (Vicentino Manassés, 65 anos, autônomo, entrevista realizada em 13/12/2010).

O “fazer parte da RMB” é muito presente na população de Santa Izabel. Pudemos perceber que houve toda uma preocupação por parte do poder público em construir no imaginário da população izabelense a importância de fazer parte da região metropolitana e o que isso poderia trazer de bom à população do município.

⁵⁰ Não foi possível construir dados quantitativos referentes à renda das famílias que não possuem membros empregados formal e informalmente, pois grande parte delas preferiu não falar e/ou revelar de onde provinha a renda da família.

Essa imagem foi tão bem construída que até pessoas com o mínimo ou com nenhuma instrução estavam cientes do que significava o processo de inserção de Santa Izabel à RMB. E mais, quando perguntadas sobre o que esta inserção traria de benefícios para a população, a resposta parecia estar ensaiada ou até mesmo memorizada de tanto que lhes foi repetida.

Acho que vai mudar tudo. Vai ter mais recurso e mais trabalho. A passagem pros estudantes vai ser mais barata. Já melhorou até com o ônibus interurbano. Vai melhorar tudo (Sheila da Silva, 32 anos, universitária, entrevista realizada em 12/12/2010).

Espero que mude tudo. Se trouxer recursos pode melhorar a saúde e ter mais emprego. O transporte urbano também vai melhorar, as empresas vêm pra cá gerar emprego (Lindomar do Nascimento, 39 anos, funcionário público, entrevista realizada em 13/12/2010).

Se houver força de vontade dos políticos em fazer as melhorias tudo pode melhorar. Pode melhorar a saúde, as ruas podem ter mais calçadas, pode ter também uma universidade pros jovens daqui, pra não ter que ir pra Belém, tudo isso. Agora se o prefeito não fizer nada tudo vai ficar do jeito que está, então não vai adiantar de nada ser da Região Metropolitana (Cristiane da Silva, 37 anos, desempregada, entrevista realizada em 13/12/2010).

Diante disso, temos que a relação entre o centro metropolitano e a periferia distante nada mais é do que o reflexo das necessidades existentes nos espaços considerados. E como estas necessidades são muitas, a circulação é sem dúvida intensa. Entretanto, não são só as necessidades de sobrevivência imediata que levam a essa intensa circulação de pessoas.

Não podemos esquecer aqui, que o consumo urbano depende da dimensão da população e principalmente do nível do seu poder de compra. No entanto, é difícil medir o grau de dependência da periferia em relação ao núcleo urbano central, isso porque o nível de atratividade do centro é elevado, pois é nele que estão concentradas as diversas condições que favorecem a todos os tipos de relações próximas e/ou longínquas entre centro e periferia e vice-versa.

A necessidade de consumo por parte do homem urbano, seja ele do centro ou da periferia, é, sem dúvida, diversa. Muitas dessas necessidades são básicas e essenciais, porém, esse homem necessita também de consumir muitas outras coisas. É claro que esse consumo é determinado pelo grupo em que este

homem está inserido, pela sua saúde material e também mental e é reflexo das aspirações desse homem urbano.

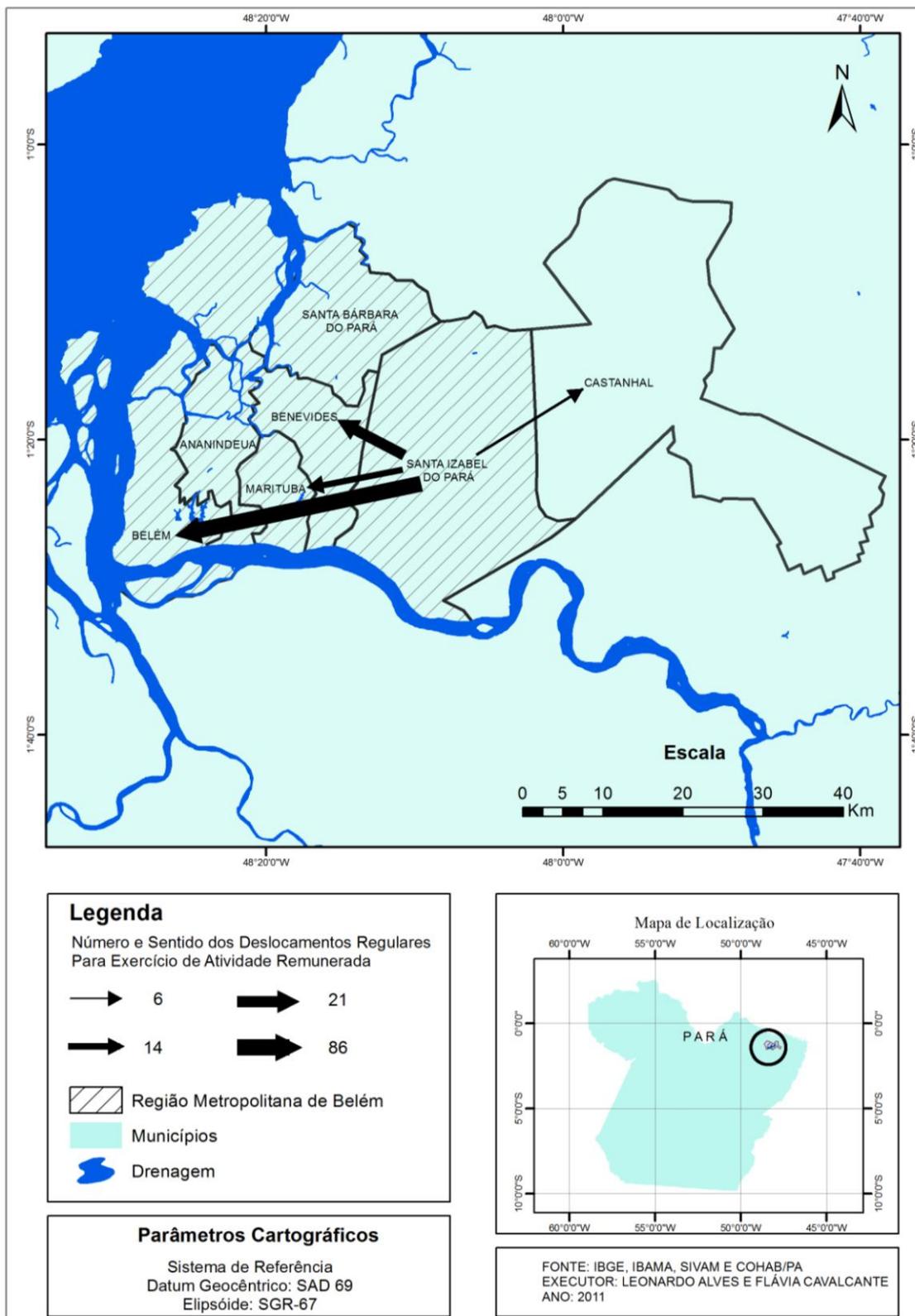
Quando perguntados sobre a principal vantagem de se morar em Santa Izabel, alguns entrevistados responderam que a principal vantagem é a facilidade de transporte e, mais especificamente, a facilidade de se deslocar até Belém. Isso explica o porquê desses moradores entrevistados acharem ótimo morar no município mesmo que ainda em condições desfavoráveis de habitabilidade.

Daqui é tudo perto, é muito fácil se deslocar. Eu estudo em Belém e hoje é muito rápido chegar. O ônibus passa de meia em meia hora (Jonilson do Socorro, 32 anos, universitário, entrevista realizada em 13/12/2010).

Ir pra Belém hoje é fácil, ainda mais que eu faço tratamento de câncer de pele e sempre tenho que ir no Ofhir Loyola pra acompanhar. Antes eu às vezes nem conseguia chegar na hora mas hoje tem bastante ônibus aqui pra gente (Rosivaldo dos Santos, 40 anos, entrevista realizada em 12/12/2010).

Antigamente pra gente sair daqui e ir pra Belém tinha que madrugar, era muito ruim mesmo. Hoje, é rápido e muito fácil de ir pra Belém, pra Castanhal, pra qualquer lugar tem ônibus. Só o preço que tem melhorar, tem que ficar igual o de Belém (Nelson dos Santos, 57 anos, autônomo, entrevista realizada em 13/12/2010).

Mapa 07 – Santa Izabel do Pará: Fluxo de Deslocamento para o Exercício de Atividade Remunerada



Fonte: Base Cartográfica do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)
 Projeto Cartográfico: Leonardo Alves e Flávia Cavalcante

A facilidade de transporte, porém, não é o único fator de atração do centro em relação à periferia. Os equipamentos urbanos, relativamente abundantes e em bom estado, atraem também certo contingente populacional da periferia para o centro, pois na falta de assistência local, sabe-se que independentemente da quantidade ou da qualidade, determinado serviço será oferecido no núcleo metropolitano, não restando, pois, dúvida sobre ter que se deslocar à procura de serviços básicos necessários. Entre os principais serviços procurados pela população izabelense que reside nas áreas de ocupação, nos municípios da Região Metropolitana estão a busca por bens de consumo duráveis como eletrodomésticos e similares e, principalmente, a busca por atendimento de saúde especializado. Isso pôde ser comprovado pela análise dos dados das perguntas 16 e 20 do formulário aplicado (Tabelas 16 e 17).

Tabela 16 – Santa Izabel do Pará: Deslocamento da População Residente nas Áreas de Ocupação em Direção aos Municípios da RMB em Busca de Bens de Consumo Duráveis

Municípios					
	Belém	Ananindeua	Marituba	Castanhal	Total
Total Absoluto	175	57	74	8	314
Total Relativo	56%	18%	23,5%	2,5%	100%

Fonte: Formulário aplicado pela autora, fev./2011

Organização: Flávia Cavalcante

Tabela 17 – Santa Izabel do Pará: Deslocamento da População Residente nas Áreas de Ocupação em Direção aos Municípios da RMB em Busca de Serviço de Saúde Especializado

Municípios					
	Belém	Ananindeua	Marituba	Castanhal	Total
Total Absoluto	214	—	145	2	361
Total Relativo	59%	—	40%	1,0%	100%

Fonte: Formulário aplicado pela autora, fev./2011

Organização: Flávia Cavalcante

As Tabelas 16 e 17 mostram o alto grau de dependência de Santa Izabel em relação ao restante da RMB. Isso porque nada menos do que 56% dos residentes nas áreas de ocupação de Santa Izabel se deslocam para a capital Belém em busca de bens de consumo duráveis (Mapa 08). Isso representa mais da metade dos moradores que responderam ao formulário aplicado.

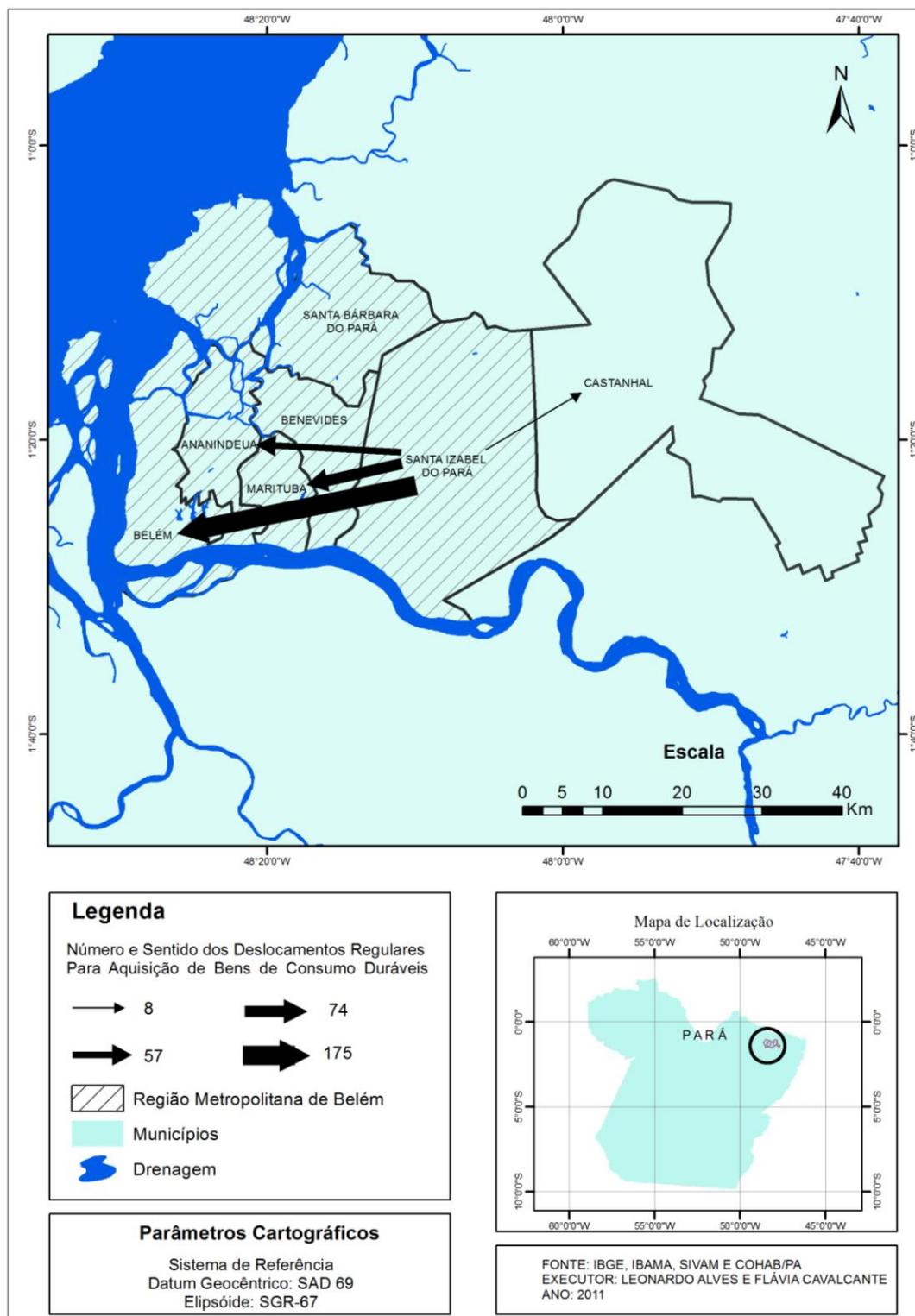
Tal resultado se torna mais relevante ainda quando demonstramos o grau de dependência no que diz respeito aos serviços de saúde, pois 59% dessa população se desloca até Belém para receber atendimento de saúde especializado (Mapa 09).

No que diz respeito aos deslocamentos populacionais em direção aos demais municípios da RMB, cerca de 41,5% da população das áreas de ocupação sai em busca de bens de consumo duráveis e 40% se desloca à procura de especialidades médicas, principalmente em direção ao município de Marituba, pois Santa Izabel do Pará possui um consórcio de saúde com outros municípios para exames de alta complexidade, sendo núcleo de atendimento para os municípios integrantes desse consórcio o município de Marituba⁵¹.

Abrangendo toda a RMB, com exceção de Santa Izabel, é claro, constatamos que 97,5% dos moradores que responderam ao formulário aplicado se deslocam num ritmo relativamente frequente em direção aos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, com o intuito de consumir bens duráveis, e cerca de 99% deles se deslocam em busca de atendimento médico especializado, principalmente em direção a Belém e Marituba. Isso significa que as pessoas que responderam ao formulário dependem diretamente da oferta de bens e serviços existentes nos demais municípios da RMB.

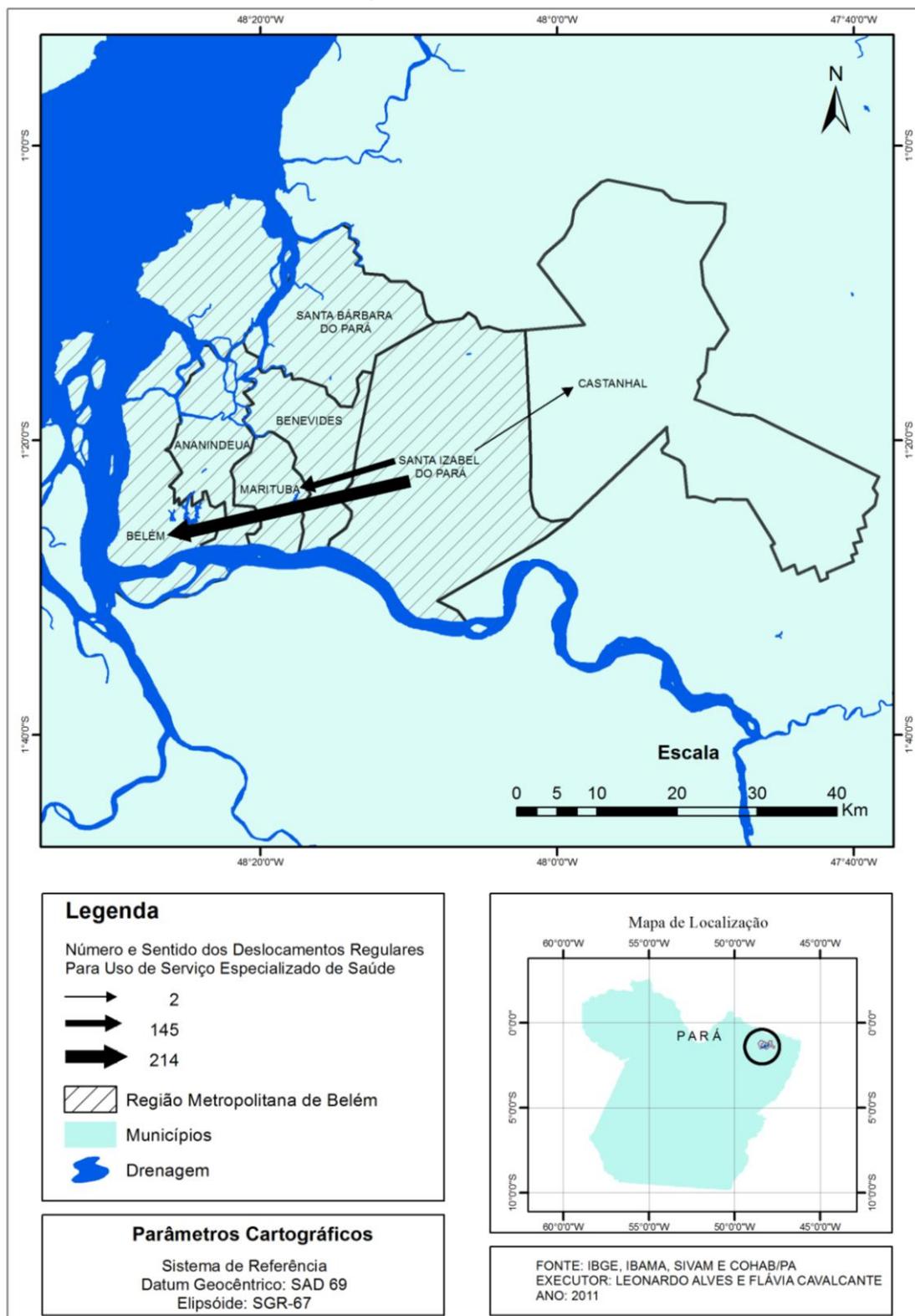
⁵¹ Esse município não participa do consórcio, apenas efetua os serviços médicos particulares pelos quais recebe do fundo mantenedor do consórcio, formado pelos municípios de Santa Izabel, Concórdia do Pará, Acará e Colares.

Mapa 08 – Santa Izabel do Pará: Fluxo de Deslocamento para a Aquisição de Bens de Consumo Duráveis



Fonte: Base Cartográfica do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)
 Projeto Cartográfico: Leonardo Alves e Flávia Cavalcante

Mapa 09 – Santa Izabel do Pará: Fluxo de Deslocamento a Procura de Atendimento Especializado de Saúde



Fonte: Base Cartográfica do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)
 Projeto Cartográfico: Leonardo Alves e Flávia Cavalcante

Três são as empresas que fazem os deslocamentos da população no trecho Belém-Santa Izabel e vice-versa. A expresso Modelo Ltda. faz viagens de Santa Izabel até Belém e também da vila de Americano (Distrito de Santa Izabel) em direção a Belém, tendo esta linha como ponto de origem e destino o pequeno terminal de ônibus localizado em frente ao terminal rodoviário de Belém, no bairro de São Brás. Segundo a ARCON (2011), a quilometragem percorrida no trecho Belém-Santa Izabel durante as onze viagens realizadas diariamente pela empresa é de 633 km. Já no trecho Belém-Vila de Americano, realizado pela mesma empresa, é de 230 km durante as quatro viagens realizadas diariamente. Por mês, são transportados por essa empresa nos dois trechos especificados acima 26.000 passageiros. Por semana, os passageiros transportados chegam a 6.500, significando que quase mil pessoas fazem esse deslocamento diariamente de domingo a domingo.

A cooperativa de transporte COONTESPA também faz o transporte de Santa Izabel em direção a Belém e vice-versa, porém a origem e o destino desta linha é o terminal rodoviário de Belém. A empresa percorre, nas cinquenta e três viagens que realiza diariamente, cerca de 2.580 km. A mesma empresa transporta no trecho Belém-Santa Izabel 20.000 passageiros por mês sendo, conseqüentemente, transportadas 5.000 pessoas por semana, aproximadamente 665 pessoas diariamente de domingo a domingo. É importante destacar que a procura pela cooperativa por parte dos passageiros é menor do que a procura pela empresa Expresso Modelo, pelo fato de esta cooperativa praticar uma tarifa diferenciada no que diz respeito aos passageiros que utilizam a meia passagem estudantil. Enquanto a Expresso Modelo cobra uma tarifa integral de R\$ 3,00, e de R\$ 1,75 para os estudantes, a COONTESPA cobra uma tarifa integral também de R\$ 3,00, porém não aceita o benefício da meia passagem utilizada pelos estudantes do município de Santa Izabel do Pará.

Outra empresa que faz o transporte de passageiros em Santa Izabel é a Comércio e Transporte Boa Esperança Ltda., que também tem como origem e destino o terminal rodoviário de Belém. Esta empresa faz somente uma viagem em direção a Belém, que se encerra no pequeno distrito izabelense de Tacajós, isto é, o trecho percorrido pela empresa é Santa Izabel (Tacajós)-Belém e vice-versa. Por se

tratar de somente uma viagem em direção a Belém, a quilometragem percorrida é de somente 80,70 km. A ARCON informou que, por se tratar de uma empresa que faz somente uma viagem diariamente, o número de passageiros não é registrado para fins estatísticos.

Juntas, a Expresso Modelo e a Cooperativa de Transportes do Pará (COONTESPA) transportam cerca de 46.000 passageiros por mês. Por semana, esse contingente populacional que se desloca chega a quase 12.000 pessoas. O transporte diário de passageiros que se deslocam de Santa Izabel em direção a Belém e/ou em direção aos demais municípios da Região Metropolitana chega a cerca de 1.650 pessoas, isso considerando todas as viagens feitas pelas duas empresas de domingo a domingo.

No que diz respeito ao atendimento especializado de saúde, já foi dito anteriormente que o município de Santa Izabel do Pará possui um consórcio de saúde com outros municípios para a realização de exames de alta complexidade, sendo que o núcleo de atendimento para os municípios integrantes desse consórcio é o município de Marituba. Dessa forma, quando os encaminhamentos não são feitos para Belém através do SUS, eles são direcionados para Marituba através do consórcio de saúde. Isso justifica o fato de Marituba ser o segundo município mais procurado, depois de Belém, para atendimentos na área da saúde.

Diante do que foi exposto, sem dúvida tem-se uma inter-relação muito nítida entre Santa Izabel do Pará e os demais municípios da RMB em sua totalidade de necessidades e aspirações.

Dessa forma, temos um movimento geral que liga dois espaços: o do trabalho e o da residência. Há um grande número de mão de obra “disponível” que desencadeia um fluxo intenso em direção ao centro metropolitano, ou seja, distante do seu local de residência; fluxo, é claro, facilitado por uma relativa acessibilidade.

A dispersão urbana que hoje alcança Santa Izabel do Pará leva consigo o surgimento de novas necessidades. Entretanto, outras já existiam no município, pois a cidade, ela própria, cria as suas necessidades, como, por exemplo, a de prosseguir nos estudos e a busca por uma melhor qualificação profissional.

Além do trabalho, o núcleo metropolitano é também, para a população da periferia distante, lugar de cultura, lazer, formação e encontro. Ao contrário do que

se pode imaginar, os fluxos direcionados para esses fins também são cotidianos, isto é, frequentes. Nesse sentido, o local de trabalho também serve para fazer compras, para resolver problemas administrativos, enfim, acabam por ser resolvidos no centro os problemas cotidianos dessa população periférica. Esse fator é tão verdadeiro que as pessoas que responderam trabalhar em outros municípios da RMB também responderam que é no município de trabalho que buscam bens de consumo duráveis e, quando possível, realizam procedimentos médicos. Em outras palavras, pôde ser analisado, com base nos formulários, que o município de trabalho é aproveitado para o consumo de bens e serviços. Pudemos constatar, analisando os formulários aplicados, que dos 120 trabalhadores que laboram nos outros municípios da RMB, 85 desempenham suas atividades em Belém, isto é, cerca de 95% desses trabalhadores consomem bens duráveis e serviços especializados de saúde em Belém (Tabela 18).

Coincidência ou não, tais dados devem ser levados em consideração, pois mostram o grau de importância que a Região Metropolitana possui para a população izabelense no que diz respeito ao consumo e ao suprimento de necessidades imediatas ou não.

O exposto acima mostra que o núcleo metropolitano está estreitamente ligado ao seu meio circundante e/ou à sua periferia distante. Tal relação está se dando entre cidades cada vez mais longínquas, inclusive cidades que estão fora da Região Metropolitana, ou seja, há sim uma teia de relações entre a RMB e as suas periferias próximas e distantes, que se intensificam.

Toda essa gama de inter-relações também acontece entre Santa Izabel e os demais municípios da RMB, e mais forte ainda com o centro metropolitano, que é Belém, pois todos os fatores destacados acima também provocam fluxos constantes e regulares entre Santa Izabel e os demais municípios da RMB, o que trouxe, sem dúvida, para o município, mudanças de ordem socioespacial. É claro que Santa Izabel não cresceu isoladamente, e sim a partir da dispersão urbana, principalmente a habitacional, o que fez com que a população do município incorporasse necessidades só realizáveis no núcleo metropolitano.

Tabela 18 – Santa Izabel do Pará: Município de Trabalho, Aquisição de Bens Duráveis e Atendimento Especializado de Saúde dos Assalariados Residentes nas Áreas de Ocupação

Município de Trabalho	Município de Aquisição de Bens Duráveis						Município Procurado Para Atendimento Especializado de Saúde					
	Sta. Izabel	Belém	Ananindeua	Marituba	Castanhal	Total	Sta. Izabel	Belém	Ananindeua	Marituba	Castanhal	Total
Santa Izabel	13	46	27	35	—	121	2	55	—	64	—	121
Belém	3	80	2	—	—	85	—	81	—	4	—	85
Marituba	—	—	3	12	—	15	—	3	—	12	—	15
Benevides	—	—	5	15	1	21	—	5	—	16	—	21
Castanhal	—	2	—	—	4	6	—	4	—	2	—	6
Total Absoluto	16	128	37	62	5	248	2	148	—	98	—	248
Total Relativo	6%	52%	15%	25%	2%	100%	1%	59%	—	40%	—	100%

Fonte: Formulário aplicado pela autora, fev./2011
Organização: Flávia Cavalcante

Segundo Trindade Jr. (2010), a estrutura de dispersão da malha urbana metropolitana está sobreposta por uma malha socioespacial que se desenvolve de maneira mais espontânea e fluida. Esta, por sua vez,

decorre da própria necessidade de crescimento da estrutura urbana e de expansão da fronteira urbano-imobiliária. Inclui fluxo de pessoas, de mercadorias e de capitais, que, em grande parte, buscam se ajustar à fluidez e à funcionalidade da vida metropolitana. Configura-se a partir de demandas de mercado, como no caso da expansão da habitação como mercadoria, ou das necessidades de sobrevivência que criam demandas sociais, apenas parcialmente satisfeitas (TRINDADE JR., 2010, p. 331).

Os fatores destacados acima mostram que os equipamentos urbanos existentes no centro da RMB fazem com que todas as necessidades, e até o que não é necessário, volte-se para o núcleo metropolitano; fator que é reflexo de uma expansão da área atendida pelos serviços oferecidos no centro e, conseqüentemente, leva ao aumento do número de interessados nesses serviços. É claro que existem outros fatores de atração como o tipo de habitação, os limites administrativos institucionais, o nível de consumo e o peso das tradições familiares ou coletivas. Estes fatores, em conjunto, potencializam ou não o nível de atração irradiado pelos centros metropolitanos.

A busca por serviços que atendam às necessidades, imediatas ou não, mostra que as relações entre a metrópole belenense e o município de Santa Izabel do Pará extrapolam a escala do próprio município, principalmente no que diz respeito aos deslocamentos populacionais, que são tão intensos que se parecem mais com deslocamentos entre bairros do que entre municípios.

Até aqui, pudemos constatar as necessidades e/ou dependência existente do município de Santa Izabel do Pará em relação aos demais municípios da RMB. E mais do que isso, a dependência ainda maior da população izabelense em relação aos serviços que não existem no município. Isso significa que os serviços no todo da RMB devem ser oferecidos a essa população metropolitana como prevê o Artigo 3^o e 5^o da Lei Complementar n^o 14:

Art. 3^o – Compete ao Conselho Deliberativo:

- I – Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;
- II – Coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Parágrafo Único – A unificação da execução dos serviços comuns efetuar-se-a quer pela concessão do serviço a entidade estadual, quer pela constituição de empresa de âmbito metropolitano, quer mediante outros processos que, através de convênio, venham ser estabelecidos.

Art. 5^o – Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a região:

I – planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II – saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviço de limpeza pública;

III – uso do solo metropolitano;

IV – transportes e sistema viário;

V – produção e distribuição de gás combustível canalizado;

VI – aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser a Lei Federal (BRASIL, 1973, p. 02).

Em outras palavras, fazer parte de uma Região Metropolitana significa integrar, organizar, planejar e executar serviços públicos de interesse comum. Tal condição exige que não somente os serviços sejam oferecidos de forma integrada, mas também e, principalmente, que os problemas sejam solucionados de forma global, isto é, que contemplem toda a RM.

Muito se debate acerca da autonomia política dos municípios integrantes de Regiões Metropolitanas. Porém, apesar de estas serem regiões de natureza administrativa, cada município mantém sua autonomia política, financeira e administrativa (BRASIL, 1973). Dessa forma, o município inserido em uma determinada RM não deixa de ser denominado como tal, porém, ele passa a ser um município metropolitano que, sozinho, não dá conta de atender às necessidades metropolitanas criadas pela inserção desse novo município à RM, pois a demanda por serviços públicos cresce em descompasso com as necessidades coletivas e com as soluções municipais encontradas para estas mesmas necessidades.

Outra questão que se discute é acerca do que seriam as funções comuns de interesse metropolitano⁵². O que pudemos perceber em visita a Santa Izabel do Pará é que essa questão é difícil de responder, pois observamos que, pelo menos nesse município, nem todos os problemas urbanos (municipais) são metropolitanos e vice-versa. Entretanto, as funções metropolitanas de interesse comum, por terem

⁵² Constitui interesses comuns a vários e de vários municípios. São interesses intermunicipais e supramunicipais. Não exclusivos. São interesses regionais, constituindo, também, serviços e problemas comuns regionais, a exigirem soluções comuns e regionais (BRASIL, 1973, p. 14).

sido definidas pelo governo federal, acabam não levando em consideração a realidade específica de cada RM.

Um passo fundamental no processo de planejamento metropolitano é, sem dúvida alguma, identificar quais são as funções de interesse comum para a comunidade metropolitana em foco. São essas funções que deverão ser consideradas e pactuadas pelos agentes das administrações municipais metropolitanas. Essas mesmas funções deverão ser geridas e planejadas na escala metropolitana. As demais funções urbanas, de interesse peculiar dos municípios, deverão ser tratadas no âmbito da gestão e do planejamento urbano municipal (SILVA, 1995, p. 141).

Segundo Guimarães (2004), as atividades, os bens e os serviços resultantes da dinâmica entre as cidades transferem-se de um município para outro, não obedecendo a seus limites geográficos. Daí surge a necessidade de se pensar em mecanismos de gestão comuns à totalidade da RM, incluindo os recursos necessários à gestão metropolitana compartilhada. Tais recursos já estão previstos em lei por meio do Decreto Federal nº 73.600, de 1974, que prevê em seu Artigo 4º que os Estados que possuem RM destinem no “mínimo 5% dos recursos do Fundo de Participação dos Estados à execução do planejamento integrado e dos serviços comuns das respectivas regiões metropolitanas” (BRASIL, 1974, p. 73). Entretanto, para que haja, de fato, uma gestão metropolitana, é necessário deixar de sobrevalorizar a dinâmica socioespacial de âmbito político-administrativo, valorizando a malha socioespacial espontânea que ora se configura nos espaços metropolitanos (TRINDADE JR., 2010).

Vale ressaltar que não há uma legislação específica acerca da execução de funções metropolitanas comuns, que dependem da livre iniciativa por parte dos gestores metropolitanos municipais e estaduais, isto é, a constituição não confere autoridade metropolitana em detrimento do poder municipal. Aqui, porém, está o problema. Segundo Alves (1994), há uma complexa

dificuldade de se estabelecer um condomínio legislativo para alcançar a unidade necessária objetivando a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse de todos, referidas a problemas urbanos igualmente unitários e complexos (ALVES, 1994, p 54).

Sabemos que não é possível construir um espaço metropolitano homogêneo, onde cada município atue de forma una e sem conflitos, pois cada integrante do espaço metropolitano possui características, necessidades e

demandas específicas. Entretanto, é possível a construção de articulações políticas que valorizem as especificidades de cada tecido metropolitano.

Não se trata de pensar a ação de sujeitos isolados, tendo em vista que as práticas se constróem a partir de redes de articulação e de ação política, mas de se pensar premissas que considerem a complexidade do espaço metropolitano, as suas contradições socioespaciais e o caráter não corporativo do território, que tendem a anular a visão de totalidade em que se constitui a estrutura metropolitana (TRINDADE JR., 2010, p. 345).

Na verdade, a questão do planejamento deve ser retomada, resgatando, para isso, os primeiros elementos considerados no âmbito do Movimento Nacional pela Reforma Urbana na década de 1980 (VELOSO, 2010). Para tanto, torna-se indispensável pensar a partir de uma política nacional de desenvolvimento que considere a complexa estrutura existente nestes mesmos espaços.

Em se tratando de ações concretas, no que diz respeito à realização de serviços comuns na Região Metropolitana de Belém, somente dois programas habitacionais contemplaram o município de Santa Izabel, ambos sob a responsabilidade da COHAB. O primeiro foi realizado entre 1996 e 2001 quando o município ainda não fazia parte da RMB. Já o segundo foi idealizado ainda sem a participação de Santa Izabel na Região Metropolitana de Belém, tendo sido concluído em 2010 quando o município de Santa Izabel já havia sido inserido na referida Região Metropolitana (Quadro 07).

Quadro 07 – Santa Izabel do Pará: Programas Habitacionais Realizados pela COHAB⁵³

Programa	Objetivo	Instituição Promotora	Natureza da Provisão	Localização
Pró-Moradia	Programa da CEF para o setor público habitacional que objetiva o desenvolvimento de ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais. Implementado por meio da concessão de financiamentos com recursos do FGTS aos Estados, DF, municípios ou órgãos das respectivas administrações direta e indireta.	Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB)	Recuperação e/ou complementação de infraestrutura dos conjuntos do Plano PAIH (Plano de Ação Imediata para Habitação)	Cj. Raimundo C. Gaspar (Santa Izabel)
PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)	Programa do Governo Federal que objetiva a urbanização de assentamentos precários e a construção de dois milhões de moradias. Os recursos são provenientes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).	Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB)	Construção de 584 unidades habitacionais para a população de baixa renda, implantação de infraestrutura e urbanização dos lotes.	Residencial Jardim das Garças (Santa Izabel)

Fonte: COHAB (2010) e Ministério das Cidades (2011).
Adaptação e Organização: Flávia Cavalcante

Excetuados os programas habitacionais especificados acima, a única discussão em torno de serviços comuns diz respeito a um consórcio⁵⁴ para a destinação de resíduos sólidos. Desde 2007, há discussões em torno da questão do lixo entre os municípios de Benevides, Santa Bárbara e Santa Izabel. No entanto,

⁵³ Referimos-nos somente aos programas habitacionais que incluíram Santa Izabel do Pará. Outros da mesma natureza foram realizados nos demais municípios da RMB, não sendo oportuno abordá-los nesta pesquisa.

⁵⁴ Constitui uma parceria entre as diversas prefeituras, aumentando a capacidade de solucionar problemas comuns sem lhes retirar a autonomia. E são instituídos por assuntos temáticos como lixo, água, saneamento, meio ambiente (RAMALHO, 2010, p. 03).

essa questão é muito delicada, pois, em se tratando de lixo, nenhum município quer ser o receptor.

Já existia uma discussão entre Benevides, Santa Izabel e Santa Bárbara quanto à destinação do lixo, de fazer um trabalho integrado para a destinação do lixo dos três municípios. Eu não sei se isso chegou a ser implementado, se foi adiante ou não, mas já existiu uma discussão para formar um consórcio entre esses municípios pra tentar resolver a questão do lixo (César Colares, Ex-Deputado Estadual, Advogado, entrevista realizada em 21/10/2010).

Tivemos uma articulação pra fazer um consórcio de resíduos sólidos. O lixo é um carma hoje pra tudo quanto é prefeito, é um problema. O ministério público tá em cima pressionando. Cada município tem que dar fim o seu lixo, tem que fazer seus aterros sanitários, as suas usinas e a gente não tem como bancar isso. Nossos municípios não têm estrutura financeira pra montar um centro de coleta, um aterro sanitário, uma usina de compostagem, seja lá o que for pra dar fim, destinação ao nosso lixo urbano, doméstico. Então é muito complicado e muito caro e os municípios do Pará não têm condições financeiras pra isso. Aí a gente tentou fazer esse consórcio pra mobilizar um recurso pra que a gente pudesse financiar esses investimentos. Mas veja que isso não é muito simples porque ninguém quer receber lixo dos outros. Ninguém quer nem os seus, imagine os dos outros! Então é complicado de se fazer um consórcio de lixo, é difícil. Essa é uma demanda importante que tem que ser feita, que a gente tá lutando pra isso, hoje é um foco nosso aqui em relação a isso. Tem como resolver o nosso problema de coleta de lixo sim. Já foi pleiteado em 2007, com intermediação do Governo do Estado, mas não andou, faltou financiamento e aí os municípios não tinham condição de financiar sozinhos e aí acabaram paralisando as negociações. Mas as conversas agora voltaram a acontecer de novo em relação a financiamentos pra essa demanda de lixo doméstico; pra financiar lixões ou usinas de reciclagem e tudo mais que possa dar destinação ao nosso lixo. Mas precisa ter mais cuidado e, principalmente, tem que ter a ponte governamental. Sozinhos não vamos dar conta (Marió Kató, Prefeito de Santa Izabel, Médico, entrevista realizada em 01/12/2010).

Até aqui, os dois argumentos principais utilizados pela ex-governadora para vetar o projeto não se confirmaram. Primeiro, porque os dados apresentados até agora mostram uma intensa relação e/ou dependência do município de Santa Izabel em relação aos demais municípios metropolitanos. Segundo, apesar de seu ainda pequeno desenvolvimento econômico, o município não está há muito tempo baseado em atividades rurais. Isso pôde ser comprovado nos formulários aplicados e nas entrevistas realizadas. Em outras palavras, o fazer parte da estrutura metropolitana é, antes de qualquer coisa, o resultado das relações entre as dinâmicas e processos que se dão nesse espaço metropolitano.

Diante disso, Santa Izabel deve, na condição de município metropolitano, ser atendido no que diz respeito às demandas de interesse social, principalmente àquelas referentes à legitimação de suas áreas de ocupação e à garantia de acesso à moradia digna, assim como prevê a Constituição brasileira⁵⁵. Para tanto, é necessário que haja, para todos os municípios da RMB, uma instrumentalização operacional que dê conta dos problemas urbanos existentes na RMB.

⁵⁵ Art. 6^o - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso esforço foi no sentido de tentar aproximar o máximo possível o conceito de metrópole e metropolização à realidade estudada. De forma mais empírica, procuramos mostrar que há uma relação de dependência do município de Santa Izabel do Pará em relação ao restante do espaço metropolitano de Belém. Esta dependência é gerada pela falta de emprego, serviços e outras necessidades, imediatas ou não. Isso justifica o movimento contínuo da população izabelense em direção ao núcleo da RMB. No entanto, esse movimento traz consequências que não são exclusivas da RMB. A mais pungente delas se refere a “pressão” que a demanda por parte dessa população vai causar à área central, pois isso leva a um excessivo aumento de fluxo que não é acompanhado pela oferta e melhoramento de serviços e trabalho por parte do poder público, seja no núcleo metropolitano, seja fora dele.

Santa Izabel do Pará hoje representa uma periferia distante e dispersa da metrópole belenense. Primeiro porque abriga uma massa de trabalhadores metropolitanos, desempregados, subempregados e também migrantes, que vêm da área rural do município ou ainda de outras cidades paraenses ou não, somar-se à força de trabalho já existente e não absorvida pelo mercado de trabalho. Segundo porque há entre Santa Izabel e o núcleo metropolitano belenense fluxos intensos para a realização das mais diversas atividades, como ir ao trabalho, realizar consultas médicas ou mesmo fazer compras. Terceiro, porque no município vemos hoje os mesmos problemas de carência infraestrutural, pobreza urbana e violência existentes no restante da metrópole e que representam desdobramentos da dispersão do tecido metropolitano em direção a Santa Izabel do Pará. Isso pode ser observado pela própria condição social dessa população que reside nas áreas de ocupação do município, pois o que detectamos foi uma grande quantidade de pessoas vivendo em domicílios e entornos respectivos em condições precárias de habitabilidade, o que caracteriza Santa Izabel como um espaço intraurbano vulnerável social e economicamente

Dessa forma, concluímos que Santa Izabel do Pará, sem dúvida, constitui-se um novo espaço de assentamento residencial irregular e/ou ilegal no contexto da RMB, pois sua periferia vem sendo ocupada por uma população que se

reproduz de forma precária nos espaços urbanos do município. Essa dinâmica está imbricada ao processo de metropolização do espaço, no qual Santa Izabel está envolvido, caracterizado pela dispersão metropolitana que ora alcança o município. Isso pode ser observado pelo adensamento populacional apresentado nas áreas de ocupação visitadas, que foi intensificado com a chegada de pessoas oriundas de vários municípios da RMB – fator que comprova a existência da dinâmica de dispersão metropolitana em Santa Izabel –, e de outros municípios do Pará e de fora dele também.

Do ponto de vista metropolitano, as demandas trazidas por um crescente adensamento populacional não são acompanhadas de políticas públicas de forma proporcional, pois parte significativa da população que habita as áreas de ocupação de Santa Izabel necessita deslocar-se em direção aos outros municípios da RMB, principalmente para trabalhar, consumir bens e usar serviços diversos. Dessa forma, tem-se uma relação muito intensa entre Santa Izabel e os demais municípios da RMB.

Sem dúvida, estamos aqui diante de um processo de dispersão metropolitana, caracterizado por um adensamento populacional intensificado pelo próprio crescimento natural do município, mas também e, principalmente, pela chegada de pessoas oriundas de outros municípios paraenses e estados brasileiros. Entretanto, a dispersão que ora alcança o município de Santa Izabel do Pará traz consigo novas demandas e necessidades por parte da população izabelense, que busca supri-las nos outros municípios metropolitanos, em especial na capital Belém. Para tanto, verificou-se aqui os intensos fluxos de deslocamento populacional de Santa Izabel em direção aos demais municípios da RMB na busca por suprir necessidades como: trabalhar, consumir bens de consumo duráveis, procurar atendimento médico especializado, entre outros serviços. Na verdade, os deslocamentos realizados pela população izabelense no espaço metropolitano do qual faz parte é reflexo da estrutura econômica e social dessa população e também desse espaço, pois ao mesmo tempo em que as áreas de assentamento vão sendo incorporadas à metrópole belenense, há também um novo rearranjo demográfico e social se estabelecendo.

Dessa forma, na medida em que as necessidades aumentam – e as mesmas não são supridas no município de Santa Izabel – os fluxos de deslocamentos vão se multiplicando. Isso nos faz chegar a duas conclusões. A primeira delas é que há um elevado grau de relação e/ou dependência de Santa Izabel para com os demais municípios da RMB. A segunda é que as demandas são muitas, porém a oferta de serviços em âmbito metropolitano ainda é insuficiente para atender a todas elas. Isso porque ainda não há uma gestão metropolitana voltada à realização de serviços comuns na RMB como um todo.

Diante disso, acreditamos que os problemas hoje existentes em Santa Izabel do Pará são metropolitanos e, portanto, devem ser resolvidos conjuntamente com os demais municípios da RMB, e também, quiçá, com outros não oficialmente reconhecidos, caso de Castanhal. Isso significa dizer que, depois de criadas as condições, muitas das soluções deverão ser implantadas de forma conjunta, buscando eliminar possíveis impasses gerados por interesses diversos mas integrantes de uma mesma unidade metropolitana.

O fato de o planejamento hoje estar voltado muito mais para as escalas municipais/locais dificulta sobremaneira a resolução dos problemas socioespaciais na escala metropolitana. Tal limitação prejudica a necessidade de compreensão e implementação de um planejamento urbano metropolitano. Temos aqui o que Moura (2007) chama de tensão entre o processo de metropolização e as políticas de planejamento metropolitano, pois o primeiro considera o planejamento a partir da dinâmica urbana, sem considerar os limites administrativos municipais, enquanto as políticas de planejamento são pensadas e executadas sob o prisma dos limites institucionais administrativos. No caso de Santa Izabel do Pará, temos um município inserido oficialmente na RMB mas não de fato, pois observamos ainda a presença de diversos problemas metropolitanos que estão longe de serem resolvidos nesse âmbito. Entretanto, esses problemas não são exclusivos deste município, pois a realidade observada nos demais municípios da RMB mostra que muitos de seus problemas são resolvidos em âmbito municipal e até mesmo estadual, isto é, a resolução na escala metropolitana mostra-se pouco interessante para os gestores municipais. Isso porque há um “temor”, por parte desses gestores, de perder a autonomia municipal e, conseqüentemente, os “benefícios” trazidos por ela.

Sem dúvida, as relações, demandas e dinâmicas que se dão hoje na metrópole belenense são muito mais espontâneas do que formais e institucionais. Nesse sentido, a mobilidade é fator de extrema importância, pois a dinâmica metropolitana, reflexo das funções dos agentes urbanos e dos fluxos realizados por eles, anima esse processo por meio de suas práticas cotidianas. É necessário aqui reconhecer a existência de uma nova metrópole que nasceu da intensa relação entre o centro e a periferia do conjunto urbano belenense e dos usos feitos de ambos no âmbito dessa relação.

Cabe-nos propor, o que, de certa forma já foi feito, para essa nova metrópole, planejar e organizar serviços comuns metropolitanos articulados e coordenados entre todas as esferas governamentais (municípios, estados e união). Para tanto, pode-se organizar também a formação de consórcios, que possibilitam alcançar diversos resultados positivos como: melhora no atendimento público em geral, melhor aplicação dos recursos⁵⁶, fortalecimento dos municípios perante os governos estadual e federal e, principalmente, uma diminuição das desigualdades socioeconômicas. Todos esses fatores favorecem ao desenvolvimento da Região Metropolitana como um todo. Entretanto, deve-se levar em consideração, ao se propor serviços metropolitanos comuns, que estes devem estar em sintonia com as particularidades da RMB, bem como estar cientes das demandas e dos recursos disponíveis para a implantação/realização desses serviços no conjunto da Região Metropolitana.

Sem dúvida, a gestão metropolitana integrada é uma necessidade que precisa ser atendida, mas para tanto, é indispensável que haja um planejamento em âmbito metropolitano. Porém, em se tratando da realidade das RMs brasileiras, a gestão metropolitana só será possível quando os municípios integrantes dessas regiões se assumiram como tal, buscando apoio e financiamento, inclusive do governo federal, para a resolução de seus problemas. E não somente isso, mas também se faz necessário um esforço por parte dos gestores municipais em construir uma cooperação intergovernamental em busca de recursos financeiros que

⁵⁶ Podem vir de receitas próprias ou das contribuições dos municípios integrantes, todos os municípios podem dar a mesma contribuição financeira, ou podem variar em função da receita de cada um, da população, do uso dos serviços e bens do consórcio ou por outro critério julgado conveniente (RAMALHO, 2010, p. 03).

solucionem ou pelo menos amenizem os problemas considerados metropolitanos. Vale ressaltar que se deve fazer um esforço na busca por um equilíbrio que conserve a autonomia municipal ao mesmo tempo em que possibilite a construção e o avanço de uma agenda metropolitana comum. Isso sem dúvida facilitaria a cooperação entre os municípios metropolitanos, levando os mesmos a avançarem em direção a uma governança metropolitana.

Em se tratando da RMB, podemos observar que há uma grande dificuldade de se estabelecer mecanismos formais de cooperação metropolitana entre seus municípios. Primeiro, pelo fato da competição entre os municípios ser mais intensa do que a vontade política de estabelecer vínculos formais de cooperação. Segundo, pelo peso que a capital Belém representa em relação aos demais municípios da RMB no âmbito estadual. Terceiro, pelo fato de os problemas metropolitanos serem resolvidos de forma fragmentada, isto é, na escala local/municipal.

Referências

- ALVES, A. C. **Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões: novas dimensões constitucionais da organização do Estado brasileiro.** São Paulo: José Bushattsky, 1994.
- AMORA, Z. B. **O espaço urbano cearense: breves considerações.** Fortaleza: Funece, 2003.
- ASCHER, F. **Metápolis: acerca do futuro da cidade.** Portugal: Celta, 1995.
- BELÉM. Prefeitura Municipal. **Secretaria de Saúde.** Belém, 2011.
- BOLFARINE, H. **Elementos de amostragem.** São Paulo: Blucher, 2005.
- BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973.** Estabelece as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Brasília: DF, 1973.
- BRASIL. **Decreto nº 73.600, de 08 de fevereiro de 1974.** Determina aos Estados o repasse de 5% dos recursos do Fundo de Participação para o planejamento integrado dos serviços comuns das regiões metropolitanas. Brasília: DF, 1974.
- BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.** Estabelece os parâmetros para o parcelamento do solo para fins urbanos. Brasília: DF, 1979.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996.** Dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios. Brasília: DF, 1996.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Programa de Aceleração do Crescimento.** Brasília, DF, 2011.
- BRITO, F. **Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população: um breve ensaio além dos números.** 2000. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2000.
- CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CATALÃO, I. F. **Brasília: metropolização e espaço vivido - práticas espaciais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole.** 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado) -

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008.

COELHO, M. C. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, p. 91-122, 1995.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 23-47.

CRUZ, E. **A estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política**. Belém: Falangola, 1955.

EGLER, T. T. C. Espaço social na metrópole. In: SILVA, C. A.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: Faperj, 2006. p. 237-250.

ENDLICH, A. M. Centralização, concentração e primazia na política urbana. In: MENDONÇA, F.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. (Orgs.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográficos**. Curitiba: Ademadan, 2009. p. 406-421.

FERREIRA, H. L. D. **Expansão urbana e periferização em áreas de interesse turístico: o caso da Ilha do Mosqueiro – Belém-Pará**. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Amazônia, Belém, 2010.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Urbanização e cidades: os vários desafios à investigação geográfica. In: MENDONÇA, F.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. (Orgs.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográficos**. Curitiba: Ademadan, 2009. p. 387-405.

GOTTDIENER, M. **Produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

GUERRA, G. A. D. Apropriação, uso da terra e desenvolvimento territorial na Amazônia. In: MAGALHÃES, S. B.; ROCHA, G. M.; TEISSERENC, P. (Orgs.). **Territórios de desenvolvimento e ações públicas**. Belém: Edufpa, 2009. p. 185-205.

GUIMARÃES, N. A. **Regiões Metropolitanas: aspectos jurídicos**. Rio de Janeiro: Malheiros, 2004. p. 1-14.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas de população**, 2008, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro, 1999.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. **Estudos Integrados**. Belém: IDESP, 1970.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Instrumentos de planejamento e gestão urbana**: Belém, Natal e Recife. Brasília: IPEA, 2002.
- LEFÉBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LENCIONI, S. **Reestruturação urbano-industrial**: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo. 1991. 297 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- LENCIONI, S. O processo de metropolização do espaço: uma nova maneira de falar da relação entre metropolização e regionalização. In: SCHIFFER, B. (Org.). **Globalização e estrutura urbana**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 153-165.
- LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C. A.; Freire, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (Orgs.). **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: Faperj, 2006. p. 41-57.
- LENCIONI, S. **Regiões metropolitanas do Brasil**: radiografia da dinâmica recente do emprego industrial e da remuneração do trabalhador. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>>. Acesso em: 08 ago. 2009.
- LIMA, J. J. F. A estrutura sócio-espacial da Região Metropolitana de Belém: reflexões sobre a distribuição dos tipos sócio-ocupacionais de 1990 a 2000. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 10, n. 1, p. 143-176, 2007.
- LIMA, A. P.; ROCHA, G. M. A criação de novos municípios e o ordenamento territorial no Estado do Pará. In: MAGALHÃES, S. B.; ROCHA, G. M.; TEISSERENC,

- P. (Orgs.). **Territórios de desenvolvimento e ações públicas**. Belém: Edufpa, 2009. p. 209-230.
- LIMONAD, E. Urbanização dispersa: mais uma forma de expansão urbana? **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 14, p. 31-45, 2007.
- MACHADO, M. S. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. **Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 17-32, jan. 1997.
- MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MIRANDA, R. R.; RODRIGUES, J. C. Relação campo e cidade em um subcentro regional do nordeste paraense: o caso de Castanhal. In: CARVALHO, G.; MOURA, A.; NETO, J. G.; TRINDADE JR., S. C. (Orgs.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: Fase, 2009. p. 299-331.
- MORAES, A. C. R. Notas metodológicas sobre a metropolização e a metrópole. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **Geografias das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOURA, R. O metropolitano no urbano brasileiro: identificação e fronteiras. In: JÚNIOR, O. A. S.; RIBEIRO, L. C. Q. (Orgs.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 127-156.
- OLIVEIRA, J. A. **Cidades na Selva**. Manaus: Editora Valer, 2000.
- OLIVEIRA, M. P. Reconhecendo a metrópole no cotidiano. In: SILVA, C. A.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (Orgs.) **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: Faperj, 2006. p. 59-66.
- PARÁ. Projeto de Lei nº 002, de 02 de setembro de 2008. Dispõe sobre a incorporação do Município de Santa Izabel do Pará na Região Metropolitana de Belém. **Assembléia Legislativa do Estado do Pará**, Belém, PA, 07 abr. 2008. Sessão ordinária, p. 08.
- PARÁ. Projeto de Lei nº 002, de 02 de setembro de 2008. Dispõe sobre a incorporação do Município de Santa Izabel do Pará na Região Metropolitana de Belém. **Assembléia Legislativa do Estado do Pará**, Belém, PA, 07 abr. 2010. Sessão ordinária, p. 01.

- PARÁ. Governo do Estado. **Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças**. Pará, 2008.
- PINHEIRO, A.; LIMA, J. J. F.; ROCHA DE SÁ, M. E.; PARACAMPO, M. V. A questão habitacional na Região Metropolitana de Belém. **Coleção Habitare**, Belém, n. 7, p. 150-193, 2000.
- RAMALHO, A. M. F. A problemática da gestão metropolitana. In: CONGRESSO DE DIREITO URBANÍSTICO, 3, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: 2010.
- RIBEIRO, L. C. Q.; LAGO, L. C. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, n. 3, p. 111-130, 2000.
- SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University, 1986.
- SANTA IZABEL DO PARÁ. **Plano Diretor Participativo de Santa Izabel do Pará**, 2006.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, T. V. **Fronteiras de Papel: uma análise da perspectiva metropolitana em planos diretores da Região Metropolitana de Belém**. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SILVA, C. A. Tendências da metropolização brasileira e dissociação entre construção teórico-conceitual e política. In: SILVA, C. A.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: Faperj, 2006. p. 389-402.
- SILVA, J. A. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

SOUZA, M. A. A. Reconstituindo a história da Região Metropolitana: processo, teoria e ação. In: SILVA, C. A.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: Faperj, 2006. p. 27-40.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo: Unesp, 2008.

TRINDADE JR, S. C. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. 1998. 366 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TRINDADE JR, S. C. Amazônia oriental: cidades, urbanização do território e estratégias de gestão no espaço paraense. In: MENDONÇA, F.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. (Orgs.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográficos**. Curitiba: Ademadan, 2009. p. 635-658.

TRINDADE JR, S. C. Malhas socioespaciais e desafios da gestão metropolitana no Brasil: reflexões a partir da Região Metropolitana de Belém. In: OLIVEIRA, J. A. (Org.). **Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010. p. 327-349.

VICENTINI, Y. A especificidade da cidade na Amazônia. In: VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: UFPR, 2004. p. 177-208.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada realizada com o Ex- Deputado Estadual César Colares no dia 21 de outubro de 2010

- 1) Por que o senhor se empenhou para que Santa Izabel do Pará passasse a integrar a RMB?
- 2) A Emenda Constitucional de 1996 nº 15 em seu § 4º art. 18 prevê a consulta à população em caso de inserção. Isso foi feito no Município de Santa Izabel do Pará? Como se deu esse processo?
- 3) Que fatores foram mais levados em consideração no momento da elaboração do projeto? Por quê?
- 4) Santa Izabel possui os mesmos serviços existentes nos demais municípios da RMB? Quais?
- 5) O que muda efetivamente com a inserção de Santa Izabel na RMB?
- 6) Que fatores levaram a não aprovação do projeto inicialmente?
- 7) Quem era contrário ao projeto? Por quê?
- 8) O que a população de Santa Izabel pensa a respeito da inserção do município na RMB? Por quê?
- 9) Que ações e projetos serão encaminhados a partir da inserção do município na RMB com vistas a consolidação efetiva de Santa Izabel como parte integrante da RMB? Como serão implantados tais ações e projetos? Serão necessárias parcerias com outros municípios e com as outras esferas de governo (estado e união)?
- 10) Qual a importância da inserção de Santa Izabel para o Município de Belém e para a RM como um todo (Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara)?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada realizada com o Prefeito de Santa Izabel do Pará Marió Kató no dia 01 de dezembro de 2010

- 1) O crescimento populacional de Santa Izabel tem sido significativo? A partir de quando esse crescimento passa a se intensificar? A que fatores o senhor atribui tal crescimento?
- 2) O que vai mudar no município em termos políticos, econômicos e sociais a partir de sua inserção na RMB?
- 3) Como tem sido o crescimento urbano do município nas últimas décadas? A que fatores se deve esse crescimento urbano?
- 4) Quais os principais problemas enfrentados pelo município oriundos do crescimento urbano? Como o governo municipal tem contornado tais problemas?
- 5) As pessoas que vem morar em Santa Izabel são oriundas de onde? Quais os fatores responsáveis pela vinda dessas pessoas para Santa Izabel?
- 6) Quais os principais tipos de moradia (ocupações, assentamentos, conjuntos residenciais) tem surgido nos últimos anos no município? A que fatores o senhor atribui isso?
- 7) As pessoas que moram em Santa Izabel trabalham principalmente onde?
- 8) Os serviços de educação tem sido suficientes para atender à população do município? Por quê? Como resolver o problema dos alunos que necessitam cursar o nível médio e superior?
- 9) Os serviços de saúde tem sido suficientes para atender à demanda do município? Por quê? Caso não haja determinado serviço especializado de saúde no município, como se resolve o problema?
- 10) Existem convênios ou projetos de cooperação entre Santa Izabel e outros municípios do Estado? Quais são esses convênios? Quem são os colaboradores e/ou parceiros? Quais os objetivos desses convênios e/ou parcerias?
- 11) Quais são os principais vetores de crescimento urbano no Município de Santa Izabel? Por que a expansão urbana ocorre principalmente nesses vetores?
- 12) O senhor foi a favor ou contra a incorporação? Por quê?
- 13) Como é a sua política de regularização das ocupações? Têm enfrentado atualmente pressões por parte dos moradores dessas áreas?

14) O senhor tem conhecimento de alguma “indústria de invasão” e se há alguém que comanda esse processo aqui no Município? Como isso ocorre?

15) De que forma o governo municipal pretende inserir Santa Izabel na dinâmica econômica da RMB?

16) Há algum projeto em parceria com as outras esferas de governo ou com a Caixa Econômica Federal para a viabilização de programas de habitação no Município? Quais? Como o senhor pretende viabilizar tais projetos?

17) Com a incorporação do Município à RMB há possibilidade de unificação das tarifas de transporte coletivo? Por quê?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada realizada com os moradores das áreas de ocupação do Município de Santa Izabel do Pará entre os dias 12 e 21 de dezembro de 2010

- 1) Há quanto tempo o (a) senhor (a) mora nesta área?
- 2) Antes de morar aqui onde o senhor (a) morou?
- 3) Por que você decidiu vir morar aqui em Santa Izabel? Morou em outros bairros do município antes desse?
- 4) Onde você e as pessoas da sua família trabalham?
- 5) Pra você, quais são as vantagens de trabalhar próximo ou distante do trabalho, e as desvantagens?
- 6) Quando você precisa de serviços de saúde para onde você se dirige? Por quê? E se nesse local você não encontrar o atendimento que necessita que outro local você procura? Por quê?
- 7) Alguém de sua família frequenta escolas de segundo grau e universidades? Onde elas estudam, aqui mesmo ou em outros municípios? Esses estudantes encontram dificuldades para se deslocar até a escola/universidade?
- 8) Qual a principal vantagem de morar em Santa Izabel? E a principal desvantagem?
- 9) Se você pudesse, escolheria outro local para morar? Onde? Por quê?
- 10) Hoje, Santa Izabel faz parte da RMB, você acha que esse fato vai trazer algum benefício para você? Por quê?

APÊNDICE D – Formulário aplicado nos domicílios das áreas de ocupação do Município de Santa Izabel do Pará entre os dias 21 e 25 de fevereiro de 2011

1) Nome completo:

2) Idade:

3) Local de Nascimento:

- Interior de Santa Izabel Cidade de Santa Izabel
 Outro local da Região Metropolitana de Belém (Marituba, Benevides, Ananindeua, Santa Bárbara, Mosqueiro, Belém). Especificar: _____
 Castanhal Outro município do Pará
 Outro estado brasileiro Outro País

4) Há quanto tempo o (a) senhor (a) mora nesta área?

- menos de 1 ano entre 1 a 5 anos.
 entre 6 a 10 anos. mais de dez anos. Especificar: _____

5) Como você adquiriu o terreno onde está localizada a sua residência?

- Ocupação (invasão) Comprado Cedido por alguém
 Alugado Imóvel emprestado
 Outro tipo. Especificar: _____

6) Qual a situação fundiária do terreno?

- Regularizado Não regularizado Outros.
 Especificar: _____

7) Como foi construída a sua residência?

- Autoconstrução (mão-de-obra familiar) Mutirão Construída pelo poder público
 Construída por empresa privada Construída por pedreiros, mestre de obras etc. Outros. Especificar: _____

8) Qual o recurso financeiro utilizado para construir sua moradia?

- Recursos próprios Empréstimo bancário
 Recursos do poder público Outros. Especificar _____

9) Antes de morar aqui, o senhor (a) morou onde?

- Em outro bairro da cidade de Santa Izabel No interior de Santa Izabel
 Outro município da Região Metropolitana de Belém (Marituba, Benevides, Ananindeua, Santa Bárbara, Mosqueiro, Belém).
 Especificar: _____
 Castanhal Outro município do Pará
 Outro estado brasileiro Outro País.

10) Onde você ou as pessoas da sua família trabalham? (Considerar a maioria das pessoas da família ou, em último caso, pessoa de maior rendimento, se os lugares forem diferentes)

- () Em Santa Izabel
 () Outro local da Região Metropolitana de Belém (Marituba, Benevides, Ananindeua, Santa Bárbara, Mosqueiro, Belém). Especificar: _____
 () Em Castanhal () Outro local. Especificar: _____ () Não trabalham

11) Alguém de sua família frequenta escolas de ensino médio? Onde elas estudam?
 () Em Santa Izabel () Outro município da Região Metropolitana de Belém (Marituba, Benevides, Ananindeua, Santa Bárbara, Mosqueiro, Belém). Especificar: _____
 () Outro município fora da Região Metropolitana de Belém Especificar: _____ () Não estudam

12) Alguém de sua família frequenta universidades? Onde ela (s) (a maioria) estuda?
 () Em Santa Izabel () Outro local da Região Metropolitana de Belém (Marituba, Benevides, Ananindeua, Santa Bárbara, Mosqueiro, Belém). Especificar: _____
 () Outro local fora da Região Metropolitana de Belém. Especificar: _____ () Não estudam

13) Como você se desloca para o trabalho?
 () Transporte coletivo (ônibus) () Veículo particular () Transporte cedido pela prefeitura () Moto () Bicicleta () Transporte alternativo (Van, Kombi, Micro-ônibus, etc.) () A pé
 () Outro. Especificar: _____

14) Como os estudantes de sua casa se deslocam até a escola e/ou até a universidade?
 () Transporte coletivo (ônibus) () Veículo particular () Transporte cedido pela prefeitura () Moto () Bicicleta
 () Transporte alternativo (Van, Kombi, Micro-ônibus, etc.) () A pé
 () Outro. Especificar: _____

15) Onde você faz as compras necessárias para seu dia-a-dia (alimentos e gêneros de primeira necessidade)?
 () Em Santa Izabel () Outro local da Região Metropolitana de Belém (Marituba, Benevides, Ananindeua, Santa Bárbara, Mosqueiro, Belém). Especificar: _____
 () Outro local fora da Região Metropolitana de Belém. Especificar: _____

16) Onde você faz compras de móveis e eletrodomésticos e outros produtos similares?
 () Em Santa Izabel () Outro local da Região Metropolitana de Belém (Marituba, Benevides, Ananindeua, Santa Bárbara, Mosqueiro, Belém). Especificar: _____
 () Outro local fora da Região Metropolitana de Belém. Especificar: _____

17) Das necessidades abaixo, qual a que você considera mais importante para o seu bairro? (marcar o de maior necessidade)

- Água Esgoto Coleta de lixo Pavimentação
 Energia elétrica Outros. Especificar: _____ Nenhum

18) Se fosse possível, você escolheria outro local para morar? Qual?

- Outro bairro de Santa Izabel Interior de Santa Izabel
 Outra cidade da Região Metropolitana de Belém (Marituba, Benevides, Ananindeua, Santa Bárbara, Mosqueiro, Belém) Especificar: _____
 Outra cidade do Estado do Pará. Especificar: _____
 Outra cidade do Brasil. Especificar: _____
 Outra cidade fora do Brasil. Especificar: _____
 Não mudaria

19) Quando precisam de atendimento básico de saúde, onde você e as pessoas de sua família procuram atendimento a maior parte das vezes?

- Em Santa Izabel Em Belém Em Castanhal
 Outro município da região metropolitana (Marituba, Benevides, Ananindeua, Santa Bárbara, Mosqueiro, Belém). Especificar: _____
 Outro local. Especificar: _____

20) Quando precisam de atendimento de saúde especializado (exames e tratamentos mais complexos), onde você e as pessoas de sua família procuram atendimento a maior parte das vezes?

- Em Santa Izabel Em Belém Em Castanhal
 Outro município da região metropolitana (Marituba, Benevides, Ananindeua, Santa Bárbara, Mosqueiro, Belém). Especificar: _____
 Outro local. Especificar: _____